

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

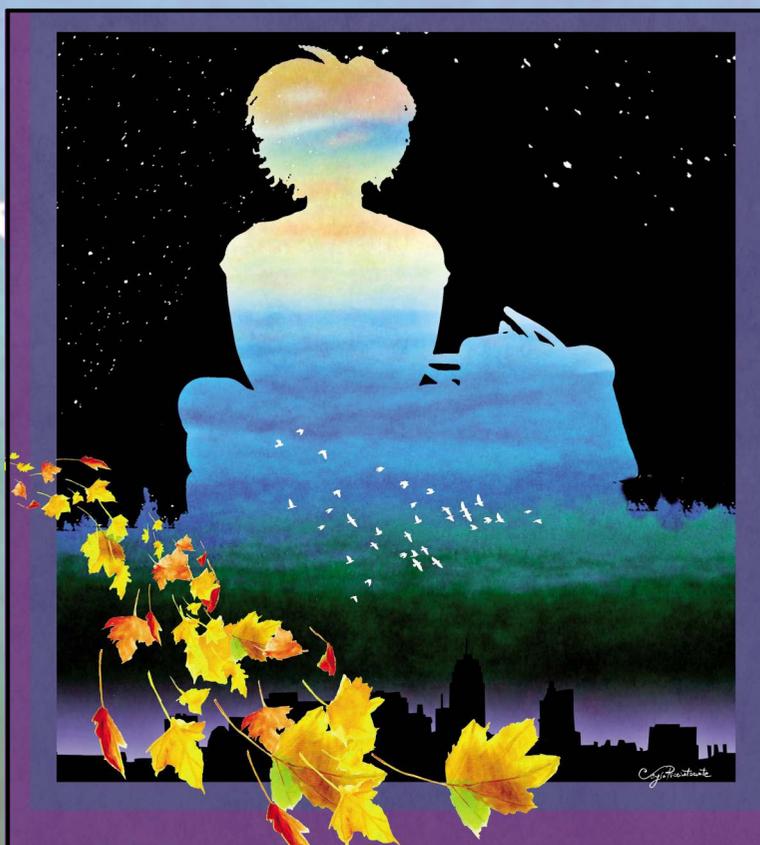


CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante

78

Publicação do CEM - Ano XXIX, nº 78, Janeiro - Junho/2016



Brasileiras

Colombianas

ROSTOS FEMININOS NA MIGRAÇÃO

- dossiê -

Bolivianas

Paraguaias

Japonesas

Migração temporária interna

Migração internacional

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos)
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)
Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)
Francisco Nunes (Casper Líbero)
Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP)
Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma)
Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)
Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)
Sidney Antonio da Silva (UFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES)
Ana Cristina Arantes Nasser (USP)
Carlos Freire Silva (USP)
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp)
Heinz Dieter Heidemann (USP)
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)
José Carlos Pereira (CEM/SPM e CERES/IFCH/Unicamp)
Léa Francesconi (USP)
Margarida Maria de Andrade (USP)
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC)
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp)
Sidnei Marco Dornelas, cs (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade
01514-000 - São Paulo / SP - Brasil
Fone: (11) 3340-6952
travessia@missaonspaz.org
cem@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

SUMÁRIO

Apresentação - A importância da categoria “gênero” nos novos estudos migratórios 03

Ana Carolina Gonçalves Leite

DOSSIÊ: ROSTOS FEMININOS NA MIGRAÇÃO

A face feminina na migração “permanentemente” temporária no Estado de São Paulo: o caso das trabalhadoras da citricultura 09

Lidiane Maciel; Giovana Gonçalves Pereira

Rostos femininos nas migrações internacionais: mulheres brasileiras no Sul da Flórida 27

Valéria Barbosa Magalhães; José Renato de Campos Araújo

Rostos goianos na migração 53

Juliana dos Santos Pereira Moraes

Mulheres em movimento: registrando memórias migrantes 65

Tatiana Chang Waldman; Maria Angélica Beghini Morales

Vivências discriminatórias según colombianas y paraguayas radicadas en Ecuador y Brasil 79

Elizabeth Ruano; Patrícia Nabuco Martuscelli

A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo ... 101

Clara Lemme Ribeiro

Mulheres japonesas e suas famílias: migração e colonização privada no estado de Mato Grosso - 1952 121

Aldina Cássia Fernandes da Silva

RELATO

Vozes de mulheres migrantes não apenas em 8 de março 137

Elizabeth Ruano

RESENHA

Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX 147

Sidnei Marco Dornelas, cs

A importância da categoria “gênero” nos novos estudos migratórios

*Ana Carolina Gonçalves Leite**

Foi com um conjunto farto de narrativas que revelam a diversidade de trajetórias e dos significados atribuídos a elas que, sobretudo pesquisadoras, atenderam ao nosso chamado para a composição de um dossiê com o intuito de apresentar alguns dos “Rostos femininos na migração”. Migrantes internas permanentemente temporárias na agroindústria citrícola paulista, migrantes brasileiras na Flórida ou em Lisboa, além de peruanas, chilenas, paraguaias, colombianas, bolivianas e japonesas no Brasil ou noutros países da América Latina tiveram seus caminhos, histórias, memórias, reflexões, críticas, vontades, sonhos delicadamente retratados em trabalhos que avançaram também perguntas importantes sobre o caráter atual das migrações e sua relação com a inserção polissêmica das mulheres nesse processo.

Nos debates que integram aquela que se tornou a chamada “questão migratória”, ao menos desde o clássico “As leis da migração”, de Ernst Georg Ravenstein, publicado na penúltima década do século XIX, no Reino Unido, a centralidade assumida pelo trabalho entre as motivações que impulsionam os migrantes vem sendo sempre referida. Seria, todavia, apenas a partir da segunda metade do século XX, diante das profundas transformações em escala mundial transcorridas na reprodução capitalista assim como nas práticas sociais, suas representações, instituições e na forma de interpretá-las, inclusive no campo acadêmico-científico, que dessa referência seria desdobrado distinto, ainda que derivado, problema de investigação.

Considerado o trabalho entre as principais motivações dos migrantes, esse migrante devia ser pensado também como trabalhador – e como trabalhador teria um corpo a se deslocar e produzir simultaneamente o espaço para os seus deslocamentos. Ficava ensaiada uma poderosa crítica a uma concepção cartesiana das migrações e o espaço do deslocamento não podia mais ser entendido como um plano em que pontos desenhariam retas ou curvas.

Um importante leitor da obra de Michel Foucault, hoje pouco lembrado nos estudos sobre as migrações, investigaria a questão acima apresentada analisando

* *Doutora em Geografia pela USP.*

a produção de corpos docilizados (cf., por exemplo, Gaudemar, 1981). Outro, brasileiro, seguiria pela mesma senda, mas dedicado especialmente à própria questão migratória como um campo modulado pela possibilidade e necessidade, do ponto de vista da reprodução das relações historicamente estabelecidas, de controle dos corpos dos trabalhadores (cf., por exemplo, Vainer, 1984).

Da apreensão do migrante como trabalhador – e do fundamento das modernas migrações no estabelecimento histórico de uma sociedade do trabalho – e do trabalhador com um corpo, seriam dados passos possíveis em direção ao reconhecimento das diferenças, especialmente aquelas marcadas socialmente pelo registro da desigualdade, hierarquia e formas de dominação, mediante as quais os mesmos se inseririam nas tramas de relações e representações sociais. Uma intersecção entre questão de gênero e questão migratória nasceria desde aí – e não só ela, assim como intersecções com as dimensões da etnia, religiosidade e identidade dos processos sociais.

Outro caminho interpretativo também teria como base a questão das motivações dos migrantes para daí derivar uma corporalidade necessária à consideração da questão migratória. Ao invés de perseguir o traçado aqui redesenhado com poucas linhas graúdas das motivações ao migrante, dele ao trabalhador, esse com um corpo, o mesmo abordaria a ideia de motivação encontrando nela, mais ou menos pressuposto, um sujeito que deseja, projeta, escolhe.

Como lembrado na apresentação da última edição da revista *Travessia*, pensadas como fato social total (cf., por exemplo, Sayad, 1998 e, antes dele, Mauss, 2005 [1950]), as migrações ganhariam contornos numa espécie de quadro multivetorial que incluiria, entre outros, aspectos culturais, políticos, de gênero, identitários, relativos à saúde, e, porque não, relativos também ao trabalho. Diferentemente da construção sugerida antes, na qual a existência enquanto trabalhador definia o campo da formação do sujeito que nele deseja e cujas motivações incluiriam, inclusive, a busca por trabalho, aqui sujeitos e condicionamentos eram tomados em sua existência independente, a partir da qual estabeleceriam interações que (trans)formariam os primeiros e, com eles, concomitantemente os últimos, mas sempre considerados, ambos, a priori. Por conseguinte, política, economia, cultura, família, identidades corresponderiam a campos dotados de autonomia relativa cuja conjugação teria em vista certa perspectiva de totalidade apreensível nos corpos dos sujeitos, sínteses de condicionamentos.

Embora não tenha sido tematizada explicitamente, essa linha tênue que divorcia pontos de vista, cujas diferenças hoje em dia se encontram bastante esfumadas, apareceria, entretanto, na diversidade de perguntas que foram desdobradas da apresentação dos rostos das mulheres migrantes feitas pelas pesquisas aqui reunidas.

Com o objetivo de apresentar a expressividade feminina nos processos migratórios para a agroindústria paulista, as autoras Lidiane Maciel e Giovana Gonçalves Pereira ofereceram, em seu artigo, “A face feminina na migração permanentemente temporária no Estado de São Paulo: o caso das trabalhadoras da citricultura”, relatos e observações preciosas sobre as condições de trabalho experimentadas por mulheres nos laranjais, observando o problema do trabalho feminino aparecer como complementação ao masculino, mas também o da individualização decorrente do auferimento de renda pelas mulheres, a produzir inúmeros desdobramentos na forma que assume a dominação masculina assim transformada. Dessa caracterização, as autoras desdobrariam, contudo, questionamentos sobre o próprio processo que constituiria determinada migração feminina num contexto de emergência de novas funções decorrentes da reestruturação produtiva da agroindústria brasileira, como as de “catadoras de pedras” ou “bituqueiras”, que surgiram com o processo bastante recente de mecanização do corte da cana-de-açúcar, na medida em que aqueles novos degradados postos de trabalho fariam com que as mulheres se tornassem, nas palavras das autoras, uma “mão-de-obra atrativa”.

Diferentemente, perguntando-se sobre mudanças mais profundas nos processos sociais a intaragirem com novas características das migrações, Valéria Barbosa Magalhães, em conjunto com José Renato de Campos Araújo, e Juliana dos Santos Pereira Moraes, dariam destaque, nos seus respectivos artigos “Rostos femininos nas migrações internacionais: mulheres brasileiras no Sul da Flórida” e “ Rostos goianos na migração”, para a inversão da tradicional posição do Brasil enquanto país em tese receptor de migrantes e para os efeitos da chamada última crise mundial, cujo epicentro ocorrera em 2008, observando processos sem apresentá-los do ponto de vista da sua especificação de gênero. Migrações contemporâneas de brasileiras para a Flórida, nos Estados Unidos, contraporiam uma caracterização essencialista das posições de cada país nas migrações internacionais e sofreriam modificações com a crise, responsável por restringir a viabilidade de uma inserção econômica no destino, desencadeando inclusive a adoção de novas rotas, como alternativa para a realização dos projetos migratórios.

A questão de gênero apareceria contornada mais pelos relatos de experiência daquelas mulheres migrantes que permitiam entrever, para a reelaboração dos papéis sociais, a importância da experiência em processos de socialização que tencionam com o que é tradicionalmente esperado no Brasil, em termos de dominação masculina, mas também a repetição de determinados conteúdos sociais nas trajetórias das mulheres que migram para acompanhar os projetos de seus maridos ou daquelas que, migrando sozinhas, sofrem com estereótipos de gênero que associam certo ideal de cultura brasileira a caracterizações que se pretendem humilhantes da sexualidade/sensualidade das migrantes.

É na caracterização da experiência particular das mulheres num processo migratório não especificado desse ponto de vista que a questão de gênero se apresenta também no trabalho “Mulheres japonesas e suas famílias: migração e colonização privada no estado de Mato Grosso - 1952”, da autora Aldina Cássia Fernandes da Silva. É retomado o problema clássico da colonização, nesse caso, privada, das fronteiras do território nacional em formação com imigrantes estrangeiros.

Os papéis de gênero e as relações de dominação seriam analisados na relação com as particularidades culturais daqueles grupos japoneses migrantes, embora a valoração de certas atividades como femininas também coincidissem com velhas conhecidas da “nossa” cultura ocidental. Para além das oposições entre cozinhar e derrubar árvores com a machado, aparecia todavia na trama do *gambarê*, que pode ser traduzido como a luta dos japoneses para ter sucesso, a emergência de uma família de decisões fortemente centralizadas pelo patriarca, diante da qual as mulheres tinham que operar estratégias de modo a tentarem fazer valer suas escolhas, como a de não ter tantos filhos ou não aceitar pretendentes que não escolheram de maneira autônoma.

Essa caracterização é igualmente o fundamento no artigo de Tatiana Chang Waldman e Maria Angélica Beghini Morales, “Mulheres em movimento: registrando memórias migrantes”, dedicado a apresentar um dos projetos de caracterização das migrações contemporâneas na coleção de História Oral do Museu da Imigração. Mas as experiências de migração, nesse trabalho, aparecem contornadas por processos coletivos de organização de mulheres migrantes que pontuam, para além do atual estado de coisas, as perspectivas dessas mulheres de ampliação do respeito às diferenças culturais mediante a implantação de políticas públicas específicas, por exemplo, ligadas à saúde e às condições de parto, mas também à facilitação na regularização e no acesso ao aprendizado do idioma e seu processo comum de fortalecimento diante de dificuldades que decorrem do fato de ser mulher e migrante.

Caracterizações como essas ganhariam um aparato conceitual para sua interpretação no artigo “Relatos de discriminação negativa em países sudamericanos”, de Elizabeth Ruano e Patrícia Nabuco Martuscelli. As autoras partem da perspectiva de que o próprio privilegiamento das mulheres enquanto sujeitos faria a dimensão de gênero das vivências migratórias ganhar centralidade. Tais vivências, com respeito à sua especificação de gênero, seriam pensadas mediante o conceito de discriminação negativa pontuado para discutir tanto os prejuízos para certas particularidades identitárias do “outro” como os limites das atuais disposições dos tratados internacionais que regulam a inserção dos migrantes. Uma caracterização particularizada dos hodiernos processos migratórios seria organizada, todavia, partindo da análise dos fatores

que incentivam a migração da Colômbia para o Equador e do Paraguai para o Brasil, mas daquelas populações como um todo.

Assim, também nas narrativas apresentadas no relato “Vozes de mulheres migrantes não apenas em 8 de março”, da mesma Elizabeth Ruano, onde nacionalidade, idade, profissão, *status* migratório e questão de gênero são investigados do ponto de vista do impacto que produzem sobre a possibilidade do migrante ter voz diante de condições, as quais, de uma maneira ou de outra, são contornadas pela discriminação negativa. Na condição de relato, contudo, a construção viria definida sobretudo pelas experiências de sofrimento que a discriminação produz, diferenciada mesmo das interpretações que partem de memórias e narrativas, como revela de maneira significativa um fragmento do depoimento de Erika onde ela diz: “As dores que eu tenho não podem ser quantificadas”.

Um caminho mais próximo àquele ensejado pelo primeiro texto que apresentamos apareceria, finalmente, no artigo de Clara Lemme Ribeiro, “A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo”. Como na totalidade dos trabalhos que compõe esse dossiê, a autora traria também as experiências de discriminação, humilhação e sofrimento, mas avançaria ainda uma pergunta sobre o processo contemporâneo identificado como feminização das migrações, refletindo se novas eventuais características dessas últimas se relacionariam com processos de empoderamento feminino ou de feminização da pobreza.

Em seu conjunto, os trabalhos que agora apresentamos revelam o quão profícua se tornou a categoria “gênero” na produção de reflexões sobre as experiências dos sujeitos sociais em suas particularidades, incluídas aqui as experiências de mulheres migrantes, a ponto de exigir esforços de ruptura epistemológica das ciências sociais de modo a incluir em suas análises um sujeito apresentado em suas particularidades, entre outras, também identitárias, étnicas, religiosas ou nacionais. Possibilitam ainda, todavia – e essa consideração não é trivial para a perspectiva de incorporação do “gênero” enquanto categoria de análise necessária às investigações sociais – um reconhecimento da potência que teria a incorporação da mesma para pensar a própria migração, suas formas sociais em processo e seu caráter mais atual.

Referências

- GAUDEMAR, Jean-Paul. *La movilizacion general*. Seseña/Madrid: Las ediciones de la piqueta, 1981.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2005.
- RAVENSTEIN, Ernest George. [1885] As leis das migrações. Trad. Hélio A. Moura. In: MOURA, Hélio A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p.25-88, 722p.
- SAYAD, Abdelmaleck. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Edusp, 1998.
- VAINER, Carlos. *Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória*. Rio de Janeiro: mimeo., IPPUR, UFRJ, 1984.

A face feminina na migração “permanentemente” temporária no Estado de São Paulo: o caso das trabalhadoras da citricultura

*Lidiane Maciel**
*Giovana Gonçalves Pereira***

Introdução

A maior presença da mão de obra feminina no mercado de trabalho rural no interior do Estado de São Paulo não é reflexo de um processo econômico único e específico. Ela segue tendências observadas na América Latina e em outros lugares do mundo. De acordo com Flores (1995), a feminização do assalariamento rural acompanhou a reorganização do sistema de produção de agro alimentos para exportação na nova divisão internacional do trabalho.

Observa-se um cenário semelhante ao brasileiro em países como Chile, Argentina e México que endossam a lista das nações que formalizaram suas agroindustriais na década de 1990. A importância e valorização do trabalho feminino, sob essa conjuntura, explorando características “tipicamente” femininas como a delicadeza e a destreza, garantiria o “acabamento” e qualidade do produto a ser apresentado para venda. No mercado de frutas, hortaliças, legumes e flores, a seleção minuciosa do produto para atender critérios “estéticos” socialmente aceitos pelos compradores reforçou a preferência dos empregadores pelo trabalho de precisão executado pelas mulheres.

Conquanto, a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho rural formal não significou a alteração de suas condições laborais anteriores e destacou-se também pela posição de instabilidade, precariedade e temporalidade dos

* *Pesquisadora de Pós-doutorado do departamento de sociologia da UNICAMP e pesquisadora do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo” (FAPESP/CNPq) sediado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP) coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger.
Email: lidiani.maciel@gmail.com*

** *Mestra em Demografia, Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais (UNICAMP). Integrante do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo” (FAPESP/CNPq) sediado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP) e coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger. Email: giovana.ggp@gmail.com*

postos de trabalho ocupados. Contexto assentado, majoritariamente, na ideia ainda persistente do trabalho feminino como “auxiliar” ou “complementar” à renda familiar.

Nesse sentido, Flores (1995) também enfatiza que a preferência pelos empresários do ramo por mulheres migrantes no México, dentro das agroindústrias das flores e hortaliças, não se tratava somente da valorização de qualidades concebidas socialmente como femininas, mas em mesma medida do uso e aproveitamento de uma qualificação não reconhecida e obtida em outros ambientes de trabalho, como o espaço doméstico.

Além disso, as mulheres se apresentavam como mão de obra flexível nos quadros empresariais desde a década de 1970. Assim, a condição de instabilidade gerada pela situação migratória atrairia a atenção dos empregadores, pois havia ali certo potencial para a exploração da força de trabalho. Simultaneamente, a necessidade do aumento da produtividade nos circuitos agroindustriais tem imposto aos (as) trabalhadores (as) práticas tayloristas expressas pelos processos de padronização da produção (CÁNOVAS, 2012). Nesse contexto, faz-se presente a criação de novos postos de trabalhos, compassado com a destruição de outras ocupações, a mão de obra feminina é por fim recolocada.

No caso da agroindústria da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, conforme apontam as pesquisas de Silva (2011 e 2014) foram criadas funções como “bituqueiras” e “catadoras de pedras”. São cargos nos quais as mulheres tornam-se responsáveis, tanto por recolher pedaços de cana deixados pela colheitadeira, quanto pela limpeza do canavial para que a máquina possa executar o corte. Isto significa, muitas vezes, passar uma jornada completa de trabalho a recolher materiais como pedras, restos de vegetações invasoras, como galhos secos de árvores e quaisquer outras impurezas encontradas. Segundo a autora (SILVA, 2011 e 2014), essas atividades somam-se a outras já estabelecidas no canavial como as de “bombeiras”; cuja principal atividade é o abastecimento dos garrafões de água para o consumo dos trabalhadores do corte manual da cana evitando assim que sofram de desidratação.

Já em relação a agroindústria citrícola, foram verificadas no trabalho de campo¹, aproximações e semelhanças no trabalho feminino e masculino. A colheita da laranja se apresenta, basicamente, pela derrubada do fruto no chão e, posteriormente, pelo recolhimento do mesmo. A colheita também pode ser feita pela coleta do fruto junto ao pé. Depois de colhido, ele é depositado diretamente em sacolas penduradas aos corpos dos (as) trabalhadores (as).

Essa atividade pode ser realizada “em dupla” e caracteriza-se pela divisão das tarefas entre casais de trabalhadores. Nesse caso, a derrubada da laranja efetiva-se pela mão de obra masculina, em decorrência dos homens considerarem essa atividade arriscada, quando feita através da utilização de escadas, especialmente, em situações em que suas esposas apresentam alguma limitação física como uma gravidez. Assim, caberia as mulheres o ato de “catar” os frutos do chão. Todavia, ainda assim, as divisões entre atividades masculinas e femininas se apresentam de maneira menos rígida na citricultura do que nas demais atividades agrícolas no estado de São Paulo.

O processo migratório de trabalhadoras rurais piauienses para a colheita de cítricos na Região Administrativa Central do estado de São Paulo²

As trabalhadoras rurais migrantes da colheita da laranja na Região Central de São Paulo, especialmente nas cidades de São Carlos e Matão, vivenciam processos migratórios delineados e planejados no universo familiar. Suas aspirações também são construídas e afetadas pelo cotidiano repleto de discurso embasados nas experiências intergeracionais migratórias (MENEZES, 2009; MACIEL, 2016). Desse modo, a migração para o trabalho rural citrícola, apresenta-se, majoritariamente através da figura de mulheres mães casadas ou unidas, as quais acompanham os movimentos migratórios de seus esposos ou companheiros.

Em relação às mulheres migrantes entrevistadas na Região Administrativa Central, verificamos a existência de distintas trajetórias migratórias associadas, em geral, à residência em periferias migrantes (PEREIRA e BAENINGER, 2016) e envolvendo o deslocamento diário para os espaços rurais circundantes as regiões de Matão e São Carlos e que representam a modalidade migratória (BAENINGER, 2011 e 2012) definida como permanentemente temporária (SILVA, 1992). O trabalho realizado em Matão é amplamente valorizado por essas trabalhadoras que veem na atividade uma possibilidade de auferirem renda própria. A Figura 1, uma imagem cedida por uma trabalhadora rural à pesquisa³, aponta para a valorização do ambiente de trabalho como cenário para fotografias cujo teor é a descontração.

Figura 1: Reprodução de imagem do acervo pessoal de uma Trabalhadora Rural Migrante ilustrando a colheita da laranja na Safra de 2013 no município de Matão/SP.



Fonte: MACIEL, L. M.; PEREIRA, G. G (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo.

No entanto, como nos demonstra o estudo de Silva (1995), a individualização da força de trabalho feminina não simbolizou necessariamente a ruptura com os laços de dominação masculina estabelecidos anteriormente. Nesse sentido, segundo SILVA (1995), há transferência do poder tradicionalmente centralizado no universo familiar, representado pelo pai e irmãos, para outras figuras também masculinas como administradores e fiscais. Contudo, na citricultura paulista, já nos anos 2000, notamos que em relação às trabalhadoras rurais migrantes do Estado do Piauí há novos papéis sociais sendo gestados. O posicionamento de multiplicadoras da renda familiar apresenta-se nesse contexto como um aspecto positivo no rol dos ganhos da migração, contestando tendência anteriores e estruturas de dominação anteriormente fixadas.

De acordo com Bacellar e Lima (1990), até a década de 1980, a população feminina migrante piauiense circulava em espaços específicos. Inicialmente os fluxos vinculavam-se à dinâmica intraestadual, privilegiando a capital do estado, Teresina/PI, e outros municípios caracterizados por um maior desenvolvimento econômico. Em nossa pesquisa de campo, observou-se que o movimento migratório feminino desse período era relacionado também às redes de cuidado presentes na capital piauiense. Nesse sentido, o principal argumento das motivações se relacionava ao ato de “acompanhar o marido” e em segundo, o deslocamento se relacionava à entrada das mulheres no mercado de trabalho doméstico ainda quando eram adolescentes.

Forçada, ou não, recolhemos relatos, bastante comuns, em que famílias tradicionais teresinenses “benevolentes” procuravam, nos “interiores” ou zonas rurais, meninas que pudessem se ocupar do trabalho doméstico em suas casas em troca de “morada”. Ir ao interior “buscar uma menina” apresentava-se nesse contexto como uma prática corriqueira e estrutural da sociedade teresinense.

Além disso, Bacellar e Lima (1990) apontam que nos espaços tradicionais de migração e circulação, como aqueles do eixo Rio-São Paulo, a migração individual e masculina destacava-se em decorrência do mercado de trabalho articulado, majoritariamente, à construção civil.

No mesmo sentido, encontramos nos relatos e entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais migrantes de Jaicós/PI que a moradia improvisada nas obras e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho – formal ou informal – por parte das mulheres, se apresentavam como justificativas para o emprego da migração masculina como estratégia de reprodução familiar nos locais de origem (MENEZES, 2009).

No levantamento de campo realizado em 2013, observamos que no que diz respeito às regiões metropolitanas, como a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), principalmente no caso das migrações para os municípios do ABC paulista, destacavam-se narrativas perpassadas pela vivência de situações de precariedade, periferização e violência. Tais discursos eram ainda corroborados

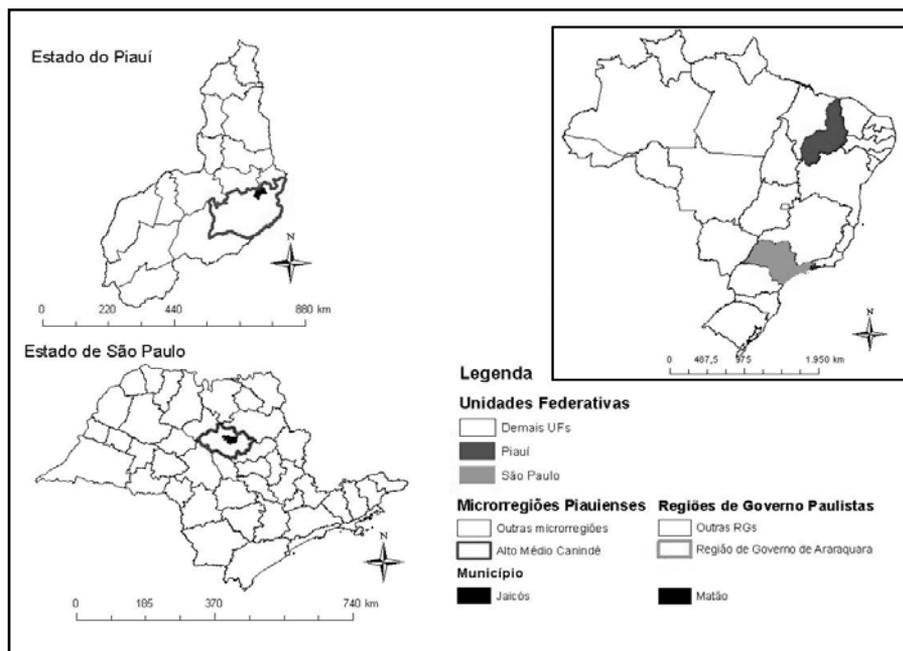
pela descrição de aspectos relacionados a instabilidade econômica ocasionada pelos contratos de trabalho temporários e sem registros em carteira. Sob esse contexto, as mulheres eram até mesmo desestimuladas a acompanharem seus maridos.

A década de 2000 apresentou-se como momento chave no que tange a migração feminina piauiense. Nesse período, as migrações direcionadas a colheita da laranja nas áreas rurais paulistas tornaram-se, em muitas cidades, como Jaicós/PI (Figura 2), a principal fonte de rendimento de muitas famílias, o que potencializou modificações da posição da mulher dentro do arranjo familiar. Em consonância, o estudo de Maciel (2013) acerca dos arranjos familiares de colhedores de laranja em São Carlos/SP já nos chamava a atenção acerca das distintas faces dos discursos articulados ao “melhorar de vida” como indutor de rearranjo e rearticulação dos papéis desempenhados pelas mulheres no âmbito intrafamiliar.

Sumariamente temos que, como demonstrado por Pereira (2015), o redirecionamento do fluxo migratório de piauienses da RMSP para o interior paulista pode ser compreendido a partir de três períodos:

- a) o primeiro, entre as décadas de 1960 e 1980, se correlacionou a relação entre mobilidade espacial e potencialidade de ascensão social (SINGER, 1976; DURHAM, 1984) e direcionava-se aos grandes polos de atração regional como Teresina/PI e Picos/PI ou à Região Metropolitana de São Paulo. Assim, a população migrante, essencialmente masculina e jovem, empregava-se nos setores de prestação de serviços, na construção civil e nas indústrias;
- b) o segundo momento, por sua vez, foi caracterizado com a chegada e intensa circulação de equipamentos agrícolas produzidos por indústrias associadas ao agronegócio do interior paulista. Esse cenário propiciou um primeiro contato com o espaço produtivo das cidades do agronegócio paulistas (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007), particularmente, com o município de Matão/SP (Figura 2). Isso corroborou, nesse sentido, para o surgimento de fluxos migratórios direcionados ao mercado de trabalho urbano da cidade paulista;

Figura 2: Localização dos municípios analisados em suas respectivas Unidades Federativas, por Região de Governo e Microrregião, e em relação ao Brasil, 2010.



Fonte: Malhas Digitais (IBGE, 2010)

c) por fim, o terceiro e atual momento, iniciou-se nos anos finais da década de 1990, e é representado pelo emprego da mão de obra migrante no meio rural paulista, vinculado ao aumento da produtividade exigida nas culturas agrícolas (SILVA, 2008a; SILVA; BUENO; MELLO, 2014). O principal reflexo nas comunidades rurais jaicoenses é representado pelo “fechamento das casas” e esvaziamento populacional dos espaços rurais da região. Nessas circunstâncias, a mulher, antes apontada como a responsável pela reprodução de uma economia familiar agrícola durante a ausência de seu marido, passa a fazer parte da “roda da migração” motivada, em mesma medida, pelas condições oferecidas pelo novo contexto produtivo paulista.

A migração de trabalhadoras rurais é delineada, em mesma medida, pela divisão sexual do trabalho. Como observamos na entrevista realizada com Maria⁴, uma ex-colhedora de laranja em Jaicós/PI, em dezembro de 2014:

Aí no Matão, homem e mulher trabalha, aí os homem acha mais melhor. Porque levava as mulher, assim, de modo a trabalhar pra ajudar. Ajudava e lavava a roupa. E, eles indo só, eles eram forçados a lavar a roupa deles. Ai se ele pode

levar mulher, eles acha mais melhor. Porque levando lá as mulher, elas sempre trabalha. Cuida da casa. (...) Em São Paulo, eles achava ruim a modo de pagar alguém pra lavar a roupa, porque homem num é sempre que lava a roupa né? (...) Tem deles que não leva, assim, sabe [mulher] de menor, assim é difícil de levar. Porque é mulher de menor, aí não pode trabalhar. Eles querem levar as mulher que já têm a idade pra trabalhar na roça mais eles. (...) Trabalhava, assim, de domingo e de sábado, lavava a roupa e arrumava a casa. [Entrevista realizada em Jaicós/PI no dia 15/12/2013].

A mulher se apresenta, portanto, responsável pela manutenção e organização das atividades referentes ao universo doméstico. Outra narrativa importante foi encontrada em julho de 2013, enquanto realizávamos entrevistas em Matão. Uma das entrevistadas que assumia socialmente uma posição de destaque entre o grupo de colhedoras buscou e mostrou-nos, durante a entrevista, todos os seus holerites e folhas de pagamento com o objetivo de destacar que colhia laranja “como qualquer homem” e comparativamente conseguia ganhar mais do que o esposo.

Os trabalhadores rurais migrantes estabelecem, concomitantemente, categorias de classificação do nível de produção (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016) e sob esse contexto percebemos a aparição da mãe da turma, título atribuído pelo grupo de colhedores de laranja à trabalhadora que atinge níveis altíssimos de produtividade, uma mulher que colhe mais do que as outras colegas e compete, sobretudo, com os homens. Ela é cortejada por sua força, determinação e agilidade na colheita, sendo considerada uma figura de grande importância e colocada socialmente em posição de destaque frente aos demais trabalhadores. Desse modo, o mesmo enlace estabelecido entre a figura materna e sua importância na vida de um filho, a mãe da turma deve ser respeitada por sua posição. Verificamos ainda a existência da inserção das mulheres em outras experiências ocupacionais menos expressivas como de arregimentação dos trabalhadores rurais, fiscalização do processo de trabalho e motoristas de ônibus rurais.

Sobre as faixas de remuneração média referentes ao mercado de trabalho formal da citricultura da RA Central, notamos, pela Tabela 1, que a faixa se concentra, sem diferenciação por sexo, nos intervalos de 1,01 a 3,00 salários mínimos correspondendo a variação de R\$ 622,00 a R\$1.866,00 em 2012. Enquanto que no caso feminino, a maior concentração de casos ocorre nas faixas de 1,01 a 1,50 salários equivalendo ao ganho de R\$ 622,00 a R\$ 933,00. Já os vínculos masculinos concentram os ganhos mensais nas faixas de 1,5 a 2,00 salários referindo-se à variação de R\$ 933,000 a R\$ 1.244. Podemos perceber, portanto, uma diferença não substancial entre os ganhos.

Tabela 1: Faixa de remuneração média em salários mínimos⁵ dos Vínculos Ativos em 31/12/12 de Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura na Região Administrativa Central em 2012.

Faixa de Remuneração Média	Sexo Trabalhador		Total
	Masculino	Feminino	
Até 0,50	67	52	119
0,51 a 1,00	398	362	760
1,01 a 1,50	1.802	2.042	3.844
1,51 a 2,00	2.377	1.703	4.080
2,01 a 3,00	2.285	670	2.955
3,01 a 4,00	395	42	437
4,01 a 5,00	38	7	45
5,01 a 7,00	46	6	52
7,01 a 10,00	72	5	77
10,01 a 15,00	57	8	65
15,01 a 20,00	6	0	6
Não classificados	138	83	221
Total	7.681	4.980	12.661

Fonte: RAIS – MTE/2012

No que tangencia os níveis de produtividade e consequentemente os ganhos salariais das trabalhadoras nas safras da citricultura, cabe trazeremos ao debate o papel desempenhado pelas mulheres ao serem contratadas sob o regime de trabalho masculino. A justificativa mais utilizada pelos trabalhadores é de que a colheita da laranja seria “mais leve” quando comparada ao trabalho no eito dos canaviais. Por isso o ramo atrairia tantas mulheres. Associando, por esse viés, os canaviais se apresentariam como ambientes masculinos. As mulheres, então, ficariam reservado trabalhos e atividades “coerentes” com as suas capacidades físicas gerando-se, nesse contexto, uma desigualdade de posição entre os trabalhadores rurais.

A Tabela 2 nos mostra que em 2012, os vínculos empregatícios femininos representavam 39%, enquanto os masculinos eram 61% na citricultura. No mesmo período, na RA Central, é possível observarmos que na cana-de-açúcar os vínculos femininos representavam 20%, e os masculinos 79% (RAIS, 2012).

Em relação aos níveis de escolaridade, as mulheres apresentam uma escolaridade semelhante, com tendência para menor, a dos homens e tendem a se concentrar no ensino fundamental. Nota-se também a baixa representatividade dos analfabetos, destacando que a maior concentração desse nível ocorre nas faixas etárias de 30 a 64 anos (RAIS, 2012).

Tabela 2: Escolaridade agregada dos Vínculos Ativos dos Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura, na Região Administrativa Central, em 2012.

Escolaridade Agregada	Vínculos Masculinos	Vínculos Femininos	Total
Analfabeto	403	179	582
Até 5ª Incompleto	1.412	731	2.143
5ª Completo Fundamental	1.332	923	2.255
6ª a 9ª Fundamental	1.706	1.026	2.732
Fundamental Completo	1.040	707	1.747
Médio Incompleto	1.035	779	1.814
Médio Completo	727	625	1.352
Superior Incompleto	13	3	16
Superior Completo	13	7	20
Total	7.681	4.980	12.661

Fonte: RAIS – MTE/2012

A entrada no mercado formal de trabalho rural para essas mulheres ocasiona impactos de múltiplas ordens. Nas entrevistas realizadas entre os anos de 2012 e 2013 se tornavam expressivos casos em que o desejo e a escolha pela maternidade eram colocados no plano das “despesas” e “ônus” em razão da necessidade de reorganização e acionamento das redes familiares e de vizinhança para os cuidados com a criança enquanto a mesma não está em idade escolar.

Todavia, a liberação das mulheres da casa para o mercado de trabalho ocorre com a subcontratação de outras mulheres que atuam como cuidadoras de crianças nas cidades de destino migratório como ocorre em Matão. Essas cuidadoras são na maior parte das vezes moradoras “locais” mais velhas, que viram nessa necessidade das trabalhadoras rurais migrantes, uma oportunidade de auferirem ou complementarem a renda familiar. Assim, se antes a questão da maternidade era central na construção da identidade dessas mulheres, ela passa a ser questionada pelas novas práticas sociais vivenciadas no deslocamento de um estado para outro.

A predominância da dupla jornada de trabalho também era recorrente nas narrativas das entrevistadas. Não foram colhidos relatos em que ocorressem mudanças da relação de hierarquia pré-estabelecida no ambiente doméstico. A pesquisa de campo apontou-nos, inclusive, que as mulheres são socialmente “bem vistas” ao acompanharem seus maridos, no contexto da colheita da laranja em Matão/SP, visto que as mesmas são responsáveis pelo crescimento do patrimônio familiar, com o controle dos gastos domésticos e a implantação da noção de poupança, além de se ocuparem com a reprodução da vida doméstica e cuidarem dos homens quando há adoecimento.

Ao visitarmos as casas dos trabalhadores rurais migrantes aos finais de semana era comum encontrarmos as mulheres ocupadas com os afazeres domésticos e com os varais preenchidos por roupas do dia a dia e de trabalho; enquanto os homens ocupavam-se com atividades de lazer ou ligadas a sociabilidade como jogo de futebol, de cartas ou em bares espalhados pelos bairros.

Em 2011, época da primeira pesquisa de campo na cidade em São Carlos/SP, já havíamos verificado, em relação as mulheres, como o mercado de trabalho disputava espaço com o trabalho doméstico. Para a maior parte das entrevistadas estar na safra significava submeter-se a dupla jornada de trabalho e, muitas vezes, a frustração por sentir que não estava cuidando bem do lar e cumprindo os “requisitos” de uma “boa dona de casa”. O relato de Valentina, transcrito abaixo, nos sinaliza claramente essa condição, pela qual o tempo de descanso é capitalizado através do serviço doméstico:

Quando estou na safra, é oito horas da noite estou na beira do tanque ou fazendo o jantar. Olha meu marido me ajuda, mas não é a mesma coisa. Se pede para lavar um quintal só joga uma água e diz que está pronto, não faz as coisas direito; Se vai lavar a louça só dá uma passada por cima, apesar de que eu, quando estou na safra, não areio as panelas e aí vai ficando para o feriado, para o fim de semana. (MACIEL, 2013: p. 30)

No estudo desenvolvido entre 2009 e 2012, as mulheres entrevistadas eram majoritariamente migrantes do estado do Paraná e de diversos estados do Nordeste, e tinham uma condição de “permanência” no município de São Carlos, possuindo, inclusive, moradia própria. Conquanto, no caso das trabalhadoras rurais migrantes entrevistadas em Matão/SP, no período de 2013 e 2014, a situação de precariedade era aumentada devido a condição de permanência ser condicionada ao período da safra. Desse modo, as mulheres e os homens se viam forçadas (os) a aumentarem cada vez mais o nível de produtividade, uma vez que eles nos afirmavam que não estavam lá – em Matão – para “perder tempo”.

As informações colhidas em campo também sinalizaram mudanças nos valores advindos das idas e vindas daquelas trabalhadoras entre São Paulo e o Piauí. Aferimos que a migração para Matão/SP e o seu consequente retorno instituíram novos hábitos de consumo entre os moradores de Jaicós/PI. A obtenção de renda passou de alguma maneira a alterar as relações que as mulheres mantinham com seus companheiros e comunidades de origem, inserindo-as também em um mercado de consumo “estético ou de beleza” antes pouco acessado. Como nos conta Elena (32 anos, trabalhadora rural):

Eu não perco um minuto na roça. Só se não tiver sacolão para gente encher, porque é tão bom o nosso pagamento. Agora, quando vem fraco dá uma tristeza, mas quando vem bom... Nossa! Não é bom ter seu dinheiro e poder comprar sua roupa, seu calçado, arrumar sua unha, seu cabelo, não depender de ninguém? Comprar um batom bonito, um esmalte bonito, trabalhar é a melhor coisa, triste é você viver doente em cadeira de roda, aí é triste, mas trabalhar é a melhor coisa. [Entrevista realizada em abril de 2012 em Matão].

Além disso, as mulheres também passaram a acessar o mercado de consumo da “mobilidade”. As motos e carros passaram a ser guiados por elas nas comunidades rurais de Jaicós. Há uma importância significativa atribuída a essa habilidade, considerando que nesse município não há transporte público e as distancias entre uma comunidade e outra ou entre elas e o centro da cidade é significativa.

A Figura 3, referente ao registro realizado em Jaicós no ano de 2013, ilustra essa questão. A posse das motos é vista como vantajosa, tanto pelo custo de manutenção inferior quanto pela possibilidade de ser utilizada de forma operacional pela família. Ou seja, para visitar familiares e amigos residentes em outras comunidades, levar as crianças para a escola, fazer as compras, ir a consultas médicas, alargando assim a gama de atividades e relações sociais até então limitadas pelas distâncias entre as comunidades rurais, os bairros rurais e o centro da cidade.

Figura 3: Trabalhadora Rural Migrante em Jaicós/PI e sua motocicleta.



Fonte: MACIEL, L. M.; PEREIRA, G. G (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações.

Os espaços da migração (TARRIUS, 2000) se apresentam simultaneamente de maneiras distintas nos discursos dos entrevistados. A migração para a RMSM entrelaçava-se a ausência da participação direta das mulheres, enquanto que a migração para a laranja contava com maior participação feminina nas decisões do ambiente doméstico e no destino da renda.

A percepção de si mesmas como “acompanhantes” do marido deixa de ser protagonizada nas falas das entrevistadas ao longo de nossas conversas ou entrevistas. Pouco a pouco, elas vão nos mostrando a articulação de suas posições nas negociações que levaram o casal à migração e a luta constante por novas posições.

Assim, consideramos que as pequenas conquistas cotidianas dessas mulheres influenciaram diretamente em suas biografias migratórias familiares e em suas condutas sociais, a ponto de colocarem a migração e o trabalho como divisores de águas na formação de suas identidades de gênero e percepções de projetos futuros.

Outras configurações passam, então, a compor o tecido das relações sociais nas comunidades de origem dada a mudança do *status* social das mulheres, anteriormente responsáveis pela manutenção da vida comunitária, como a organização de festas, novenas e diversas outras atividades lúdicas e culturais, sobretudo, da pequena agricultura familiar. Antes, consideradas “*viúvas de marido vivo*” (SILVA; MENEZES, 2010), tornam-se agora agentes ativas no mercado de trabalho e na “roda da migração”. Em Jaicós ocorre, portanto, uma reorganização da vida comunitária dado o “fechamento das casas”, que são somente abertas para a limpeza, serviço esse realizado por membros familiares não migrados, e quando há o retorno da família no fim da safra.

Ainda destacamos que a entrada no mercado de trabalho impõe, à muitas mulheres que não podem levar seus filhos, a aceitação da imagem da mãe que deixou os mesmos aos cuidados das avós ou de outros familiares do sexo feminino. Nesse sentido, verificamos a ênfase no protagonismo das mulheres nas redes relacionais e na organização ativa para reorganização dos papéis dentro do âmbito doméstico e familiar (DAWSEY, 2013).

Nesse contexto, o Bolsa-Família, denominado inúmeras vezes como “o cartão das crianças” ou “cartãozinho”, viabilizava tanto a manutenção dos filhos deixados sob o cuidado das avós e irmãs mais velhas em Jaicós/PI, quanto garantia o acesso à escola e aos serviços de saúde das crianças e jovens em Matão/SP. Como podemos perceber no excerto da fala de Marilene, ex-colhedora de laranjas:

Entrevistadora: *Ele (em referência a criança ao lado no dia da entrevista) possui o bolsa família?*

Marilene: *Sim, mas como minha mãe sempre cuidou muito dele, deixo o cartãozinho com ela. Ela ajudou muito na*

criação dele. É uma maneira, hoje, de eu retribuir. E ele conseguiu o benefício por causa dela. [Entrevista realizada no mês de dezembro de 2013 em Jaicós/PI].

Por outro lado, as avós também sofrem a ausência de seus netos quando eles são levados para Matão, resguardando a memória através das fotografias e histórias sobre o entente querido na esperança do mesmo voltar com os filhos na entressafra (Figura 4)

Figura 4: Avó, em sua casa em Jaicós/PI, nos mostra foto do neto residente temporariamente em Matão/SP.



Fonte: MACIEL, L. M.; PEREIRA, G. G (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações.

A família passa, então, a se reorganizar e os filhos a circularem por diferentes casas. Essa dinâmica tende a diminuir os gastos durante a safra e possibilita a composição de uma poupança por parte do casal. Ademais, esse aspecto pode produzir novos significados a autoridade familiar, visto que a imagem dos pais será relacionada a ausência (SAYAD, 1999). Em relação aos casais, por exemplo, quando a figura do “pai” se associava ao migrante, a mãe tenderia a garantir a “estabilidade” da relação de autoridade paterna na estrutura relacional da família nuclear, atuando na ativação constante da memória do ausente.

Assim, reforçamos com essas reflexões teóricas e empíricas o interessante jogo identitário e a alteração, mesmo que discreta e sutil, do posicionamento das mulheres frente aos desafios impostos a elas na vida familiar e no mercado de trabalho, seja nos canaviais ou laranjais do estado de São Paulo. Certamente as fraturas na composição social de suas comunidades de origem, quando analisamos situações como as apresentadas entre Jaicós e Matão, são diversas

e nos exige um olhar pontual e comparativo com a finalidade de percebermos quais serão as tendências a serem apresentadas num futuro próximo em seus ambientes relacionais.

Ao atentarmos para a presença de mulheres em ambientes outrora masculinos, não deixamos de nos confrontar com a necessidade da edificação de políticas públicas, também direcionadas a elas, visando auxiliá-las na luta cotidiana pelo acesso ao ainda complexo sistema de direitos sociais e trabalhistas, muitas vezes desconhecido. A força de trabalho feminina é certamente de grande importância para a construção da riqueza do setor agroexportador brasileiro, seja ele de cítricos ou sucroalcooleiro. Daí a importância de estudos que se voltem para essas trabalhadoras que sofrem a invisibilidade produzida pelo setor.

Considerações Finais

Considerando esses aspectos apresentados ao longo deste artigo, podemos inferir que as faces femininas nos trabalhos da agroindústria paulista (SILVA, 1998) operam transformações não somente no mercado de trabalho, mas concomitantemente na reorganização da vida familiar.

Particularmente, ao considerarmos que no interior dos esquemas tradicionais e patriarcais de existência, a imagem da mulher ainda está relacionada ao ambiente da casa e da estabilidade familiar, em contraste com a posição do homem, que é associado à rua e ao mercado de trabalho.

Simultaneamente, a presença feminina no mercado de trabalho formal paulista potencializa os ganhos familiares ao mesmo tempo em que gera reorganizações dos papéis nas redes de relações familiares no interior piauiense.

Dessa forma, as mulheres pertencentes aos contextos migratórios apresentados atuam ativamente na transformação de suas trajetórias de vida ao passo que exercem em seu cotidiano micro resistências (SCOTT, 1992); sejam elas vinculadas à custosa competitividade entre os trabalhadores, sejam referentes à gestão das relações internas à casa, contrariando, de maneira sutil ou direta, valores anteriormente estabelecidos.

Por fim, nota-se que a luta pela diminuição de preconceitos no mercado de trabalho e nos ambientes ditos públicos só é possível para essas mulheres através da reconstrução, ainda que de maneira tímida, dos seus espaços de vida (COURGEAU, 1988), e almejando que eles sejam cada vez mais abertos à expressão de suas identidades sociais possíveis.

Notas

¹ Nota metodológica: O artigo apresentado surge do cruzamento das pesquisas realizadas pelas autoras desde 2009, o que compreende um trabalho de campo (entrevistas semiestruturadas, biografias migratórias, e etnografias) realizado na Região Central e de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo, abrangendo as cidades de São Carlos, Matão, Ribeirão Preto, Barrinha, Dobrada, Ibaté. E um trabalho de campo realizado nos municípios de Picos e Jaicós, no Alto Médio Canindé, no estado do Piauí. Tendo como objetivo um balanço comparativo, o artigo se apropria de outros trabalhos empíricos, devidamente citados, realizados por diversos pesquisadores da área. A coleta de dados também foi amparada por tabulação de dados quantitativos e qualitativos de diferentes bases, tais como Fundação SEADE; Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), e CadÚnico. Por fim, os dados foram submetidos a diferentes tratamentos e análises qualitativas e quantitativas considerando o aporte teórico selecionado que descreveremos ao longo do artigo.

² Classificação Fundação SEADE (Informações Municipais). A RA Central é composta por 26 municípios e duas regiões de governo a de Araraquara e São Carlos.

³ Agradecemos a todos os participantes da pesquisa pela compreensão, paciência e gentileza, principalmente aqueles (as) que nos autorizaram fotografar seu cotidiano e divulgarmos através de nossos trabalhos de comunicação de pesquisa. Entendemos que as fotografias e imagens nos permitem compreender melhor e acessar os processos investigados.

⁴ Os nomes das entrevistadas foram modificados com o intuito de preservarmos suas identidades.

⁵ A faixa de remuneração média é contabilizada a partir do número de salários mínimos na época, ou seja, no valor de R\$ 622,00.

Referências

BACELLAR, O. I; LIMA, G. P. *Causas e tendências do processo migratório piauiense*. Teresina, Fundação CEPRO, 1990. (Relatório de Pesquisa).

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011.

_____. *Fases e Faces da migração em São Paulo*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

CÁNOVAS, A. P. Convergencias globales. Apuntes para una sociologia del trabajo de la nueva condición jornalera en las agriculturas intensivas. In. BENDINI, M.; et al. *Trabajo rural y travesías migratória*. Buenos Aires/Argentina: Educo, 2012.

COURGEAU, D. *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: Migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris. Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

DAWSEY, J.C. *De que riem os boias-frias?* Diários de Antropologia e Teatro. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

- DURHAM, E. R. *A Caminho da Cidade: A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs). *Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Banco do Nordeste. Fortaleza. 2006.
- _____. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, 2007.
- FLORES, S. La feminización del trabajo asalariado en los cultivos de exportación no tradicionales en América Latina: efectos de una flexibilidad “salvaje”. In. FLORES, S. (Coord.). *Jornaleras, temporeras y bóias frias. El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina*. Venezuela: UNRISD/Nueva Sociedad, 1995.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Malhas digitais – 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Documento digital). Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>
- MACIEL, L. *O sentido de melhorar de vida arranjos familiares na migração para o Interior de São Paulo*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.
- _____. Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto e Médio Canindé piauiense para a Região Central do Estado de São Paulo. *Tese de doutorado*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2016.
- MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Relume Dumará: Paraíba, 2002.
- _____. M. A. Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P. de.; MENEZES, M. A. de; ROSA A. M. (Orgs.). *Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias*. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: Unesp, 2009.
- PEREIRA, G. G. Entre o partir e o chegar: Os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2015.
- _____; BAENINGER, R. Periferias Migrantes: Trabalhadores rurais migrantes do Agronegócio Citrícola em São Paulo (BRASIL). In: *Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Estudios del Trabajo*. Buenos Aires, 2016
- SAYAD, A. *La double Absence. Des illusions de l’émigré aux souffrance de l’immigré*. Paris: Seuil, 1999. Collection Liber.
- SILVA, M. A. de M. Destino e trajetória de camponeses migrantes. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Vol. 3. 1992.
- _____. Mujeres boias-frias: el difícil arte de vivir em Brasil. In. FLORES, S. L. *Jornaleras, temporeras y bóias-frias: el rosto femenino del mercado de trabajo rural en América Latina*. UNRISD/Editorial Nueva Sociedad. 1995.
- _____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1998.

- _____. Trabalho e trabalhadores do mar de cana e do rio de álcool. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: Ufscar, 2007.
- _____. MENEZES, M. A. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. 2007.
Disponível em:
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf
- _____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. V *Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento*. Campinas: PREAC, Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação/FE. 2008a.
- _____. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. In: *INTERFACEHS – Revista de gestão integrada em saúde do trabalhador e meio ambiente – v.3 n.2. Artigo 1, pp.1-30, abr-ago. 2008.*
- _____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan. /jun. 2011.
- _____. ; BUENO, J. D. ; MELO, B. M. . Quando a máquina desfila os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, p. 85-116, 2014.
- SILVA, M. S; MENEZES, M. A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. A. (orgs.). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- SCOTT, J. *A dominação e a arte da resistência*. Discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 1992.
- SINGER, P. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo. In: MOURA, H. de. (Coord.). *Migrações internas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BND, [1976] 1980.
- TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar. Las circulaciones migratória: Conveniència de la noción de “território circulatorio” Los nuevos **hábitos** de la identidad. Ciudad de México. *Relaciones*, vol XXI. N 83. 2000.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a face feminina nos processos migratórios “permanentemente” temporários (SILVA, 1992) na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo nos anos recentes. A abordagem metodológica fundamentou-se na aplicação de técnicas qualitativas que privilegiaram entrevistas semiestruturadas e biografias migratórias com familiares de trabalhadores rurais do setor citrícola da referida região. Para tanto, foram realizadas pesquisas de campo nos municípios de São Carlos e Matão no interior paulista e Jaicós no interior piauiense. Nossa hipótese central é de que os processos migratórios alteram profundamente a posição das mulheres em relação às suas famílias e em suas comunidades de origem, lançando-as num jogo de recomposição de suas identidades sociais.

Palavras-Chave: trabalhadoras rurais migrantes, migração permanentemente temporária, citricultura.

ABSTRACT

This article aims to present the female face in permanently temporary migration processes for the State of São Paulo. The research was developed in the years 2010 in the city of São Carlos and Matão, São Paulo, and Jaicós, in Piauí state – city of origin of rural women workers. The methodology used is qualitative, especially semi-structured interviews and migratory biographies. The hypothesis considers that migration processes change the position of these women in their families and their communities recomposing their social identities.

Keywords: women migrant rural workers, temporary migration, citrus production in Brazil.

Rostos femininos nas migrações internacionais: mulheres brasileiras no Sul da Flórida

*Valéria Barbosa Magalhães**
*José Renato de Campos Araújo***

Introdução

Neste texto, pretendemos discutir aspectos da realidade das mulheres brasileiras no Sul da Flórida que são reveladores da heterogeneidade brasileira no exterior. Argumentaremos que o caso de nossa emigração é sugestivo de uma situação de diversidade e não de uma condição de homogeneidade dos brasileiros nos Estados Unidos.

Este artigo está baseado em dados de ampla pesquisa realizada por Valéria Magalhães, feita em dois momentos: de 2002 a 2006 e de 2013 a 2016¹. Nos dois projetos, foram utilizadas fontes diversas, entre elas: 58 entrevistas temáticas de história de vida, 65 questionários abertos (aplicados em 204 e 2015), documentos fornecidos por associações de brasileiros no Sul da Flórida e notícias de mídia sobre imigração brasileira na região. O artigo dará ênfase ao conteúdo das entrevistas com mulheres e fará referência a outros dados, tais como matérias de jornais e revistas e entrevistas com agentes consulares.

O Contexto dos Brasileiros no Exterior

Desde meados da década de 1990, as Ciências Sociais brasileiras elegeram os grupos de brasileiros fixados no exterior como um de seus objetos de estudo², sendo eles considerados um fenômeno relevante para o entendimento da realidade brasileira naquele contexto (MARGOLIS, 1994; SALES, 1999a e 1999b).

Sem dúvida, naquele momento da década de 1990, no mínimo era curioso olhar para os processos que constituiriam tais grupos em terras estrangeiras.

* *Docente da EACH/USP nos cursos de graduação e de Pós Graduação em Estudos Culturais/USP. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória/USP.*

** *Docente da EACH/USP, nos cursos de graduação de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais. Coordenador do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP/USP).*

Afinal, o Brasil sempre foi compreendido como um país que, desde o século XIX, fora intensamente marcado pela chegada de trabalhadores estrangeiros que interagiriam diretamente com o desenvolvimento nacional presente em nossa história do século XX.

O Brasil, grosso modo, até ao menos a Segunda Guerra Mundial, era ainda uma nação estruturada no tripé clássico da sociedade colonial latino-americana: latifúndio, agro exportação e uso intensivo de mão de obra agrícola. Podemos até dizer, como foi fartamente demonstrado pela bibliografia sobre introdução do trabalho livre no Brasil³, que seriam os imigrantes internacionais (em sua maioria advindos da Europa) a base para a formação de nossa sociedade industrial. Além de terem sido mão de obra para a nascente indústria, eles foram, nas primeiras décadas do século XX, a estrutura para a produção de excedentes econômicos agrícolas que financiariam o processo de industrialização brasileiro, que só estaria minimamente alicerçado a partir da década de 1960⁴.

Assim, a farta bibliografia produzida no Brasil, até os anos 1990, sobre migrações internacionais sempre pensava o Brasil como um país receptor de trabalhadores estrangeiros. Uma parte dela até mesmo naturalizava, dadas as características nacionais, sermos um país “essencialmente” receptor de fluxos migratórios internacionais⁵. Essa imagem de certa maneira ainda permeia visões sobre o Brasil, tanto aquelas nascidas no senso comum, quanto aquelas presentes no discurso de interlocutores especializados em reflexões sobre deslocamentos populacionais internacionais, como por exemplo, a grande imprensa e até mesmo parte da burocracia do Estado brasileiro⁶, que trabalha diretamente com tais fenômenos⁷.

Foi somente na década de 1990, com trabalhos como de Neide Patarra (1995) sobre demografia brasileira; de Teresa Sales (1999) e Bela Feldman Bianco (1992), sobre brasileiros nos Estados Unidos e em Portugal; e de Helena Hirata (1994), sobre Sociologia do Trabalho no Japão⁸; que a academia brasileira começou, de certa forma, a apontar a existência de um fenômeno migratório até então novo na sociedade brasileira: a saída de brasileiros para o exterior. Processos sociais que até aquele momento pareciam inexistir, ou ao menos serem invisíveis, passaram a se constituir em objeto de pesquisa para pesquisadores das migrações, que antes estudavam os movimentos migratórios da segunda metade do século XX no mundo, momento em que houve inversão dos fluxos migratórios Norte-Sul para Sul-Norte.

Com essa mudança de perspectiva nas ciências sociais brasileiras, podemos dizer que houve certa renovação dos estudos migratórios no país, entre a década de 1990 do século XX e a primeira década do século XXI, pois além da emergência de um novo objeto vimos um renovar das interpretações sobre os tradicionais processos históricos das migrações internacionais que aqui se fixaram. A esse respeito, merecem destaque, sem dúvida, os trabalhos de Giralda Seyferth (1982, 1994, 1999 e 2000). Neles, a ideia de assimilação, norteadora de boa parte da tradição analítica brasileira, foi relativizada. Isto se deu pela introdução de outros conceitos presentes na bibliografia internacional, no mesmo período, mas que

ainda não haviam adentrado as interpretações para nossos fluxos migratórios, como foi o caso da concepção de etnicidade⁹.

Temas novos também emergiram, tais como a relação entre gênero e movimentos migratórios (consequência daquilo que alguns autores denominaram de “feminização da migração”)¹⁰ e as redes de imigrantes, assuntos estes que foram inspirados principalmente nos estudos internacionais sobre imigrações e em vertentes pós-estruturalistas.

Portanto, estamos hoje caudatários dessa “nova” tradição dos estudos migratórios brasileiros, nos quais os temas constituídos em torno dos conterrâneos no exterior - tais como os processos de construção identitária (seja no Brasil, por comunidades estrangeiras, ou no seio das comunidades brasileiras no exterior), a etnicidade, o transnacionalismo e a desterritorialização, entre outros - são largamente utilizados em nossa produção bibliográfica contemporânea¹¹.

Por outro lado, há ainda um caminho a ser percorrido, principalmente se pensarmos nas experiências subjetivas das diásporas brasileiras espalhadas pelo mundo, bem como na enorme diversidade de vivências que elas abrigam. Seria reducionista tratarmos os diversos grupos de brasileiros, nos mais diversos continentes, como um fenômeno homogêneo a ser entendido única e exclusivamente através de instrumentais analíticos econômicos e estruturais, nos quais alguns autores se baseiam¹².

Na última década, assistimos, por um lado, à entrada de migrantes com origens diversificadas daquelas que tradicionalmente adentraram o nosso território, como os haitianos e uma miríade de nacionalidades africanas – fluxos que se adensam, se pensados em conjunto com latino-americanos que eram realidade no mosaico migratório brasileiro, desde ao menos a década de 1990 do século XX. E, por outro lado, começamos a assistir a algum movimento de retorno de brasileiros fixados no exterior, no bojo da crise econômica nos países centrais do modo de produção capitalista, especialmente a partir de 2008. Esses deslocamentos não se completaram ainda ou têm algum refluxo nos últimos dois anos, desde 2014, com o emperramento do crescimento econômico brasileiro. Ao mesmo tempo, brasileiros com condições sociais razoavelmente privilegiadas e descontentes com o Governo Dilma e com o Brasil alegam a necessidade de se mudarem para outros países, com especial preferência pela Flórida, nos Estados Unidos¹³.

O Contexto Brasileiro Recente no Sul da Flórida

Para a entrevistada Denise¹⁴, que coordena uma importante associação de brasileiros na Flórida, a crise econômica do Governo Dilma fez com que brasileiros de classe média se mudassem para os Estados Unidos:

E eles vêm pela segurança, vêm com medo do que vai acontecer no Brasil com a reeleição da Dilma. É porque piora muito, piorou demais, deteriorou. Agora tá uma coisa

ridícula. Eu acho esses recém-chegados muito novos. Eles procuram fazer uma rede entre eles ali, entre as moças jovens que chegaram, acho que eles nem percebem que tem uma comunidade brasileira aqui, não vejo isso.

Os recém-chegados mencionados por Denise são pessoas com condição social privilegiada no Brasil e que investem dinheiro próprio em negócios na Flórida para obterem vistos de investidores nos Estados Unidos (visto EB-5) e imigrarem com suas famílias. Há, atualmente, escritórios de advocacia na Flórida que oferecem apoio específico aos brasileiros que têm intenção de imigrar por essa via¹⁵. Esses sujeitos, entretanto, preferem se identificar como “expatriados” e não como imigrantes.

Em entrevista a Valéria Magalhães, em 2015, Alice¹⁶ identificou parte dos brasileiros recém-chegados em Miami como “expatriados” ou “refugiados”, evitando a classificação “imigrante”. A explicação é que eles estariam fugindo das dificuldades político-econômicas e da falta de segurança no Brasil:

Têm muitos que já foram sequestrados, assaltados e aí têm filhos e querem dar oportunidade para terem um inglês fluente, espanhol fluente. Fazem altos investimentos, sabe? Eu acho que eles procuram isso hoje aqui no sul. Muitas pessoas vieram com os maridos expatriados, tem muitas mulheres também que o marido veio expatriado. (...) Eu acho ridículo a gente estar no Brasil e dar graças a Deus que roubaram só a televisão da sua casa. Ou, sabe? “Graças à Deus que o cara levou só um tiro na perna e não foi na cabeça”, sabe? Acho que o Brasil tá indo cada vez pra trás. A gente vive hoje em Miami, que é um lugar de refugiados. Antigamente a gente só via refugiado Venezuelano, Cubano, Argentino e agora estamos lotados de brasileiros [os refugiados econômicos]. E parece que o Brasil está indo pro mesmo caminho. Isso dói sabe? É triste!

O termo “expatriado”, utilizado por muitos brasileiros ouvidos nas nossas pesquisas (MAGALHÃES, 2011), revela uma tentativa de diferenciação em relação aos conterrâneos de outras levas de imigração para o Sul da Flórida ou com origem social menos privilegiada e, ao mesmo tempo, denota uma rejeição da nossa condição de país de emigrantes. Cabe esclarecermos que, em seu sentido estrito - o termo “expropriado” define pessoas que vivem voluntaria ou involuntariamente fora do país - todos os brasileiros no exterior seriam expatriados. O que chama a atenção nas entrevistas recentes feitas por Valéria Magalhães¹⁷, porém, é que o uso dessa palavra na comunidade brasileira no Sul da Flórida é recente e tem um significado simbólico que define diferenças internas¹⁸.

Nas 40 entrevistas de história oral temática realizadas por Magalhães (2011) em sua primeira etapa de pesquisa, entre 2002 e 2004, esse termo nunca havia sido usado pelos entrevistados e, menos ainda, durante o extenso trabalho de observação participante realizado pela autora no referido período. Foi em seu trabalho de campo mais recente, feito a partir de 2013, que a palavra começou a aparecer. Os próprios entrevistados costumam dizer que os “expatriados” são pessoas que foram para a Flórida para abrir empresas ou que foram transferidos a trabalho ou que estão fugindo da economia ruim do país.

Esse novo panorama migratório brasileiro no Sul da Flórida revela uma complexidade cuja compreensão precisaria ir além dos aspectos macroeconômicos, sugerindo a necessidade de uma variedade de dimensões explicativas para a imigração. Fatores como a dualidade do mercado de trabalho mundial e o transnacionalismo têm sido a chave para a compreensão do fenômeno. Ainda que essas interpretações sejam mais do que pertinentes, devem sempre ser combinadas com outros fatores explicativos (MAGALHÃES, 2011), tais como a subjetividade e as questões de gênero, a orientação sexual ou a origem regional e de classe. Poucas vezes nos deparamos com análises que levem em consideração toda a complexidade desses fenômenos, como bem nos alertaria Sayad (1999).

O entendimento das dimensões complexas das migrações como um fato social total (SAYAD, 1999) requer tanto um escopo teórico e conceitual de diversas disciplinas das ciências humanas, como métodos que nos auxiliem a refletir sobre as peculiaridades de diversas experiências migratórias – que são marcadas tanto pelas características do país de origem como da localidade que recebe tais fluxos. Com isso, neste texto, advogamos a necessidade de elegermos métodos refinados de compreensão do fenômeno, bem como um olhar sensível para a profunda diversidade dos migrantes¹⁹. Esta heterogeneidade está presente não só entre comunidades de nacionalidades distintas, mas também internamente aos próprios grupos nacionais.

Em obra recente sobre brasileiros em Massachusetts, Martes (2011) apontou para a possibilidade da imigração brasileira para o exterior não ser homogênea. Para ela, por outro lado, mesmo havendo certa diversidade interna, a comunidade brasileira em Massachusetts seria ainda caracterizada por certa homogeneidade, tendo em vista uma bagagem e memória cultural comuns. O caso do Sul da Flórida se mostra diferente do de Massachusetts e tem revelado justamente a diversidade da condição brasileira nos Estados Unidos.

Gênero e Imigração

Assumindo a heterogeneidade brasileira nos Estados Unidos, recorreremos, neste artigo, a alguns relatos de mulheres brasileiras fixadas no Sul da Flórida²⁰, nos Estados Unidos, para refletirmos sobre aspectos da nossa diversidade no exterior. Isto, de antemão, nos sugere algumas questões, por exemplo: como a

temática de gênero se apresentaria no dia a dia das comunidades migrantes e como isto marcaria a trajetória dessas mulheres? Além disso, caberia refletirmos também sobre os papéis que as características locais/territoriais assumem na interação direta com tais trajetórias sociais femininas. Evitaremos homogeneizar as experiências migratórias de brasileiras nos Estados Unidos, pois isto esconderia elementos importantes para a compreensão da riqueza de nossa diáspora no exterior.

Entendemos que a fala do migrante, captada através de instrumentos apropriados da história oral, poderia destacar as especificidades de gênero e favorecer a tarefa analítica dos estudos migratórios de lançar luz sobre esses processos. Trabalhos com histórias de imigrantes têm mostrando que elas nos levam a entender certos aspectos das migrações, como por exemplo, a interação social com a sociedade nativa, os transcurso de remodelagem identitária de mulheres (sempre marcantes nestes contextos), ou ainda as relações sociais que se mantêm ou que se constroem em novas bases. Aliás, em artigo recente, Magalhães e Santhiago (2015) enfatizaram a importância que a história oral tem tido para as pesquisas em imigração no Brasil. Alistair Thomson (2002) procedeu à tarefa semelhante, mostrando a relevância deste método para o tema, na Grã-Bretanha e na Austrália.

Histórias de vida de homens e de mulheres brasileiros no Sul da Flórida revelam uma imigração que nada tem de homogênea. Situações específicas reforçam a heterogeneidade, tais como os LGBT que imigraram por uma aventura ou para juntarem dinheiro, mas que, ao se depararem com a possibilidade de viverem livremente sua sexualidade, passaram a ver outro sentido na experiência do exterior. Nos Estados Unidos, são comuns as trajetórias de LGBT²¹, que saíram do Brasil para escapar do preconceito vindo de suas famílias ou de seu grupo social. Também são reveladores os casos de mulheres que decidiram dançar como *gogo girls* e que acabaram por fazer programas para sustentar os filhos no Brasil. E há também as mulheres que abandonaram seus projetos profissionais no Brasil em benefício do sucesso da carreira do marido no exterior, formando um grupo significativo no Sul da Flórida.

Gênero e sexualidade têm sido pouco abordados nos estudos de brasileiros nos Estados Unidos²². Entretanto, homens, mulheres, LGBT e heterossexuais vivenciam de forma diversa a experiência migratória. Entrevistas realizadas por Magalhães (2011), em sua tese de doutorado e, mais recentemente, em seu projeto de pesquisa no Sul da Flórida²³, revelaram uma incrível heterogeneidade de experiências de gênero entre brasileiros no exterior: mulheres frustradas com a mudança de país (por terem feito uma escolha em favor da família e em detrimento de seus projetos pessoais) e homens com dificuldade nos relacionamentos amorosos (porque se depararam com mulheres mais independentes daquelas que estavam acostumados no Brasil). Esposas que dependiam dos empregos dos maridos passaram a ganhar melhor do que eles, revertendo os tradicionais papéis de gênero brasileiros. Como vimos acima, nos últimos dois anos, desde 2013, vê-se a organização de grupos de apoio de mulheres brasileiras na Flórida

compostos de pessoas com origem de classe média e média alta e descontentes com o Governo Dilma. Principalmente em Miami, elas promovem atividades de apoio às mães e fazem encontros sociais. São mulheres que, em sua maioria, não estão trabalhando nos Estados Unidos e que, no exterior, são responsáveis pelos cuidados familiares.

No caso dos homens, são frequentes as narrativas que valorizam a experiência fora do Brasil pela “formação enquanto homem”, mais do que pelos ganhos puramente materiais, como revelou a fala de Homero²⁴:

Com 36 anos, um terço da minha vida eu vivi nos Estados Unidos. Foi a minha formação de adolescente para adulto, entre meus 22 e 35 anos. Esses 22 anos, pô! Estou praticamente saindo da minha adolescência e vivi, vamos dizer assim, a minha formação como homem nos Estados Unidos.

Além das especificidades de gênero, a sexualidade não pode ser esquecida quando se pensa sobre diversidade brasileira no exterior. A busca pela reinvenção do “eu” longe dos olhos dos conterrâneos leva muitos LGBT do Brasil a optarem por deixar o país. Tais situações os unem e definem também um traço identitário importante entre os brasileiros no Sul da Flórida, mas que é paradoxalmente diverso em sua constituição²⁵.

No Sul da Flórida, histórias de brasileiros que não se encaixam nas definições heteronormativas confirmam que a imigração é sempre um fenômeno multicausal. Elas reforçam a necessidade de se prestar atenção ao binômio imigração e sexualidade. As perspectivas de gênero e de orientação sexual na imigração também precisam ser analisadas em suas intersecções com outras variáveis que fazem parte da identidade brasileira em Miami-Dade, Broward e Boca Raton, tais como a origem de classe no Brasil, a posse de documentos, a origem regional, a identificação racial, a geração etc²⁶. Isto porque, na complexidade de situações migratórias e identitárias que caracterizam esse grupo migratório, ser mulher ou homem ou definir-se como heterossexual ou não, não implica necessariamente uma identidade comum a outros brasileiros do mesmo gênero ou orientação sexual semelhante. Em certas conjunturas específicas na Flórida, ter *Greencard*, por exemplo, ou falar inglês, pode unir mais os brasileiros do que a orientação sexual ou a condição de gênero. Por outro lado, em outra conjuntura, o arranjo identitário poderá se apresentar segundo outros critérios.

A imigração comporta vivências subjetivas complexas e infinitamente diversas, de modo que as trajetórias individuais no Sul da Flórida necessariamente combinarão dimensões migratórias variadas e suas intersecções. Uma mulher brasileira pode ter imigrado por achar que não teria melhores perspectivas de ganhos financeiros no Brasil, mas, ao mesmo tempo, ter buscado escapar de uma situação familiar ruim ou de violência. Isto não quer dizer que, por ser mulher, ela se identificará com todas as mulheres brasileiras da Flórida ou dos Estados Unidos.

Histórias de vida e inserção em comunidades específicas separam grupos que aparentemente são uniformes. No Sul da Flórida, mulheres de empresários tendem a não se reconhecer como iguais às mulheres trabalhadoras braçais que são suas conterrâneas. Há, é claro, momentos específicos em que todos os imigrantes se reconhecem como “brasileiros”, especialmente nas comemorações de Sete de Setembro e em jogos de Copa do Mundo, mas não passam de situações em que a identidade nacional se sobrepõe às outras identidades, estas últimas definidoras de outras divisões transportadas do Brasil, como a identidade de classe (MAGALHÃES, 2011).

No Sul da Flórida, essas divisões identitárias são fortes o suficiente para que não haja convivência, ou sequer reconhecimento de pertencimento, entre pessoas inseridas nos diferentes e complexos grupos de brasileiros. Margolis (2008) analisa com espanto essa dinâmica da identidade brasileira no exterior e também a manipulação que dela fazem os nossos imigrantes para se contraporem às classificações dos americanos:

O brasileiro é bifocal, uma postura que permite que ele e outros transnacionais vejam seu mundo através de lentes diferentes e adotem diferentes identidades simultaneamente (Rouse, 1991). Dependendo do ponto de referência, tal postura bifocal embaralha os relacionamentos entre identidades locais, regionais e nacionais. A origem regional é muitas vezes um marcador social importante no Brasil, mas nos Estados Unidos, onde a maioria dos americanos não sabe nada sobre a geografia do Brasil, ser mineiro, paulista, carioca ou cearense tem pouca importância. Ao lidar com os estrangeiros, as identidades locais e regionais brasileiras são submersas e têm pouca importância, mesmo que continuem sendo relevantes dentro da comunidade imigrante brasileira. No contexto americano, o indivíduo sofisticado do Rio de Janeiro, por exemplo, está ansioso para se distinguir do brasileiro de uma cidade como Governador Valadares, que ele considera um caipira sem educação. Mas a identidade local e regional perde seu peso relativo quando o “outro” é um estrangeiro, um americano. Mesmo assim, essas identidades continuam a ser importantes na organização da experiência migratória, na qual pessoas da mesma cidade podem se unir para promover ajuda mútua (Ribeiro, 1997). A identidade, novamente, depende do contexto; varia dependendo da pessoa com quem se está lidando – um brasileiro da mesma cidade, outro brasileiro ou um americano. (MARGOLIS, 2008, p. 296).

Tais manipulações identitárias têm efeito na forma como os brasileiros se relacionam no Sul da Flórida e seus reflexos atingem as relações de gênero. Por isso, muitas mulheres brasileiras nos Estados Unidos repensam sua identidade e seus papéis sociais quando em convívio com uma sociedade que lida com eles de maneira diferente do que é tradicionalmente esperado no Brasil, chegando a modificar seus projetos subjetivos de vida. Foi o caso da entrevistada Solange que tinha um casamento estável no Brasil. Ao se mudar para a Flórida com a família e ao começar a trabalhar fora e a ganhar seu próprio dinheiro, passou a questionar sua relação com o marido e a pensar no divórcio.

Devido à precariedade dos dados, não sabemos qual a proporção de mulheres brasileiras que vivem no Sul da Flórida, mas sua presença é significativa: são mães que garantem a adaptação dos filhos, trabalhadoras braçais que ganham mais do que seus maridos, dançarinas procurando melhorar de vida (algumas se envolvem na prostituição), esposas e namoradas que seguem os projetos daqueles que amam, lésbicas que encontram nos Estados Unidos um ambiente menos hostil à sua sexualidade, todas compartilhando o traço identitário de ser mulher imigrante (mas internamente dividido em inúmeras outras identidades que podem ser acionadas conforme forem pertinentes).

Confrontadas com outra cultura, é inevitável o questionamento do papel da mulher no Brasil: seriam suas relações com seus parceiros brasileiros mais machistas do que com os americanos? Em sua memória, essas mulheres guardam as lembranças da situação feminina em seu país e repensam seus destinos, pois, de acordo com Espin (Dez/1997. p. 445), ao cruzarem fronteiras, os imigrantes também atravessam barreiras emocionais e de comportamento. Isso acontece quando novas identidades e papéis são incorporados ao dia-a-dia. A autora afirma também que a experiência de cruzar fronteiras toma forma específica no caso das mulheres, permitindo que quebrem barreiras de papéis sexuais.

Tendo tais mudanças em vista, as mulheres passam por processos distintos dos masculinos ao saírem do Brasil, pois se defrontam com situações de gênero diferenciadas daquelas do local de origem. Quando imigram com a família, seu papel familiar é repensado. Se sozinhas, têm de enfrentar situações de preconceito e os estereótipos negativos ligados à mulher brasileira. Para completar, muitas têm de trabalhar em atividades diversas daquelas realizadas no país de origem. Outra situação com a qual precisam lidar são os relacionamentos com homens de outras culturas. Por outro lado, ir para o exterior pode significar a oportunidade de ganhar independência e de se livrar de julgamentos comumente atribuídos às mulheres no Brasil por parte de familiares e da sociedade, como, por exemplo, de que a mulher deveria se adequar a um papel tradicional no casamento.

Ao mesmo tempo, as experiências e trajetórias das mulheres no Sul da Flórida são muito diferenciadas, abarcando desde esposas de empresários até mulheres pobres que imigraram para juntar algum dinheiro. Há solteiras, casadas, pobres, ricas, intelectuais, dançarinas, faxineiras e muitas outras ocupações e situações.

Quando há um projeto de imigração familiar em que a mulher opta por mudar de país em benefício da família e da profissão do marido, ela assume integralmente o papel familiar da mãe. Denise explica essa situação da seguinte forma:

A mulher faz todo o trabalho de adaptação atrás porque os maridos ficam no escritório o dia inteiro e não têm tempo de ver como que o pessoal na terra opera, quais são os novos ritmos de vida, os novos códigos sociais. Quem determina isso é a mulher porque na escola você vai começar a ter contato com outras mães ou no playground do prédio, na piscina etc e tal. Você começa a aprender como funciona o negócio, depois as crianças crescem e entram na escola, aí você vai aprender como as escolas aqui funcionam, é totalmente diferente do Brasil. Aí você transmite isso para o resto da família, é um trabalho extremamente importante.

O papel da mãe como mediadora no processo de adaptação é mais comum para quem imigra com os filhos pequenos. Solange, que mora em Pompano Beach (condado de Broward), sentiu que a ponte entre as duas culturas ficou prejudicada por ela não ter tido a oportunidade de conviver com outras mães, quando os filhos eram crianças:

Ser imigrante e mulher e, no meu caso, mais velha, atrapalha... É muito mais fácil se adaptar se você é jovem com filhos pequenos, acaba tendo um contato com mães, as crianças acabam se relacionando com americanos. Para criança nem pega tanto isso, ela acaba falando a língua rapidinho e se relacionando, aí a mãe tem um entrosamento. No meu caso, com os meus filhos grandes já não tenho. Se tivesse os filhos pequenos, teria me entrosado mais com americanos. Em termos de trabalho, aqui trabalho bastante, todas as coisas que tinha no Brasil, de fazer unha toda semana, já não faço porque não dá. Aqui é até bom por você estar se relacionando e aprendendo a língua.

A escolha pelo papel de mãe, por outro lado, frustrou algumas mulheres que não conseguiram dizer “não” ao projeto familiar imposto pela profissão do marido, como no caso de Sônia, que morou por 17 anos na Flórida por causa da transferência de emprego do marido. Sua relação com os filhos adolescentes foi prejudicada ao se mudarem para Miami, em 1991. Sua opção pela família foi uma decepção, como também para outras mulheres na Flórida. Ela descobriu, aos 50 anos, que o preço do abandono de seus sonhos pessoais havia sido muito alto:

Meu filho ia ficar no Brasil, meu filhote querido, eu ia me separar dele. Minha filha ficou muito aérea, tinha 16 anos, era bem desmioladinha, acho que até gostou porque tinha repetido de ano. Meu marido espalhou para a torcida do Flamengo, sem a confirmação que ia e a gente não teve a confirmação até meados de dezembro. Eu pensava que estava certo e não estava! Ele era da VASP antes de ser privatizada, conhecia muito da empresa. O Canhedo queria abrir internacional, alguém tinha que vir, ficou meio que ia ser ele, mas ele não perguntava. O meu filho falou: “não vou! Entrei na faculdade agora, sou presidente do grêmio, adoro a faculdade...” (...) Muitos castelos caíram. Muita tristeza, eu sou muito sensível, muito emotiva, meus filhos também e a gente sofre.

Essas experiências emocionais e subjetivas do contexto feminino no Sul da Flórida são muito diversas e dificilmente caberiam em um arcabouço teórico estrutural. São questões migratórias que merecem atenção porque explicam como se dão processos de adaptação e de identidade em contexto heterogêneo.

Se algumas mulheres, como no caso de Denise, conseguiram dar outro significado ao seu papel no projeto migratório familiar, outras, como Rosa (que foi viver em Miami por dois anos, enquanto o marido americano fazia o MBA), tinham dificuldade com o papel doméstico. Rosa contou que:

Cheguei lá depois de uma temporada de competições aqui no Brasil muito puxada, achei: “que bom, vou descansar um tempo antes de começar a trabalhar”, mas aí você chega lá e não tem família, não tem amigos e esse descanso em uma semana já é o suficiente para você começar a sentir saudades do Brasil. Aquele glamour, aqueles shoppings, aquela beleza toda já começava a perder a graça, meu marido sempre muito ocupado trabalhando o dia todo, estudando a noite... É muito difícil fazer pós-graduação e trabalhar período integral, então eu basicamente ficava sozinha fazendo aquelas coisas repetitivas: cuidar de casa, assistir TV e não entender nada, as pessoas ligando...

Quando a mulher acompanha um projeto que é do marido, sua adaptação no exterior se complicará se não puder conviver em um ambiente de trabalho ou escolar que a permita conhecer novas pessoas. Rosa gostava de trabalhar no Brasil e por isso o começo da vida em Miami foi penoso. Há ainda os casos das solteiras que foram encontrar um amor ou namorado, a exemplo de Joana e Elisa, entrevistadas em 2003, que também tiveram dificuldades de adaptação na Flórida e acabaram voltando ao Brasil.

Nas novas levas de brasileiros para o Sul da Flórida, repetem-se os casos de mulheres que se mudaram para o exterior para se casar, como aconteceu com Alice, citada anteriormente. Em 2005, ela passou nove meses em Miami a trabalho, quando conheceu o atual marido. Após retornar ao Brasil, manteve o relacionamento à distância até 2011, quando decidiu se mudar definitivamente para a Flórida. Desde então, teve uma filha nos Estados Unidos e também criou uma associação informal de apoio a mulheres brasileiras recém-chegadas.

Essa associação se caracteriza por ser uma rede de troca de informações e de apoio para mulheres que recentemente imigraram com suas famílias, especialmente durante o governo Dilma. De modo geral, destina-se às residentes do condado de Miami-Dade, que viviam em boas condições no Brasil, tendo transportado parte de seu padrão de vida para a Flórida (moram em casas próprias em Miami e, comparativamente aos trabalhadores braçais brasileiros no condado, têm uma vida confortável, ainda que não tenham conseguido carregar certos privilégios sociais do país de origem, como o de contratar empregadas domésticas nos Estados Unidos nos moldes das relações de trabalho brasileiras²⁷).

Do ponto de vista das razões subjetivas que alimentam os movimentos migratórios de mulheres, a relação com os companheiros faz parte do conjunto de motivações que as ajudam a decidir sair do Brasil, como nos casos de Rose e de outras entrevistadas. Imigrar é sempre uma resolução multicausal, como revelam as histórias de imigrantes. São as combinações de fatores macroestruturais com outras dimensões sociais e do próprio sujeito que explicam esses fluxos, seja para as decisões de imigrar, seja para as resoluções de permanecer no exterior. Dessa forma, histórias de pessoas descontentes com certo panorama político ou econômico ou com expectativas de juntar dinheiro no exterior se combinam com motivos pessoais (tais como brigas familiares, amores distantes e fuga de julgamentos sociais negativos) e ainda com as redes de imigração.

No caso das mulheres que imigram solteiras, elas precisam se adaptar aos novos padrões de relacionamento no exterior e necessitam encontrar sozinhas seus próprios meios de sobrevivência. Fran, entrevistada em 2004, imigrou sozinha para Miami para juntar dinheiro. Lá, se casou com um brasileiro e demorou a decidir sair do casamento problemático por medo da solidão. Ela sabia que, após a separação, não teria apoio de ninguém, já que os familiares e amigos moravam no Brasil:

Só que, na época, eu estava sozinha na loucura daquela casa, queria sair de lá, gostei dele e fui me envolvendo e acabou que tudo que eu construía, eu perdia...

Diferentemente de mulheres que orientaram seus planos de imigração pela profissão dos maridos, há solteiras que vão para os Estados Unidos em busca de independência financeira ou pessoal e que precisam se manter por meio de atividades econômicas diversas, como foi o caso de Fran. Os nichos

de trabalho disponíveis para as imigrantes brasileiras no Sul da Flórida são variados e dependem de alguns fatores, tais como o domínio da língua inglesa ou espanhola, a posse ou não de documentos e as redes de apoio que permitem inserções diferenciadas em certos postos. Dentre eles, destacam-se os serviços de limpeza, de beleza e de *baby sitter*. Há também as profissionais liberais, professoras, médicas, escritoras e tradutoras, entre outras atividades.

A dança²⁸ é uma tentação para quem pretende juntar dinheiro rápido. Entrevistadas relataram que a diferença de ganhos entre a dança e as outras atividades pode ser enorme, por isso muitas cedem ao seu apelo financeiro. Ser *gogo girl*, além de proporcionar ganhos materiais, leva algumas brasileiras a viverem em um mundo diverso do de outras mulheres. Em alguns casos, elas acabam por utilizar a atividade como espaço de ascensão social, associado à expectativa de um bom casamento, como foi o caso de Wilma (MAGALHÃES, 2011).

A expectativa de melhorar de vida vem dos ganhos esperados em relação à dança. Para Monalisa, o trabalho como *gogo girl* foi estimulado por amigos brasileiros que ressaltavam as vantagens financeiras da atividade, já que pretendia ganhar dinheiro para ter uma empresa própria. Entretanto, ela esperava que a realidade fosse diferente:

Enfim, os namorados das brasileiras com quem eu morava começaram a me dizer: “se você quiser fazer dinheiro rápido para abrir sua empresa, vai dançar de *gogo girl* como todo mundo, você nunca vai conseguir ganhar isso trabalhando decentemente como uma pessoa per bene, como uma secretária. Todas as meninas que fazem dinheiro aqui vão dançar como *gogo girl* porque ninguém pode tocar nelas”. Salientemos que isso não é verdade.

Tanto para Monalisa quanto para Wilma, os proveitos financeiros da dança e dos programas como acompanhante nos Estados Unidos são incomparáveis com aqueles de outras atividades tanto lá quanto no Brasil. Monalisa fez uma avaliação sobre os lucros da prostituição nos Estados Unidos:

No fundo, todo mundo pensa em parar, só que é difícil, é muito dinheiro. Fazendo programas, posso ganhar vinte mil dólares por mês, acho difícil ganhar isso de outro jeito. Um engenheiro no Brasil talvez ganhe depois de ter estudado sete anos, mas acho muito difícil. Só que isso vai me ajudar por cinco anos ou seis anos, não é que daqui a dez anos estarei fazendo este dinheiro. Por isso que precisa ter consciência que isso vem e vai embora rapidinho, precisa aproveitar o máximo, guardar o dinheiro, comprar alguma coisa e depois conseguir um trabalho decente para ir pagando suas contas.

Do mesmo modo que mulheres repensam suas posições nos casamentos brasileiros, essas duas entrevistadas passaram a ver os companheiros brasileiros do sexo oposto sob uma ótica negativa, devido ao contato com os clientes das casas de dança.

Afetividade e sexualidade na imigração

As reclamações sobre os homens brasileiros não se restringiram às narrativas de Wilma e de Monalisa, ambas *gogo girls*. Frequentemente, outras entrevistadas reclamaram do machismo dos conterrâneos porque o contato com outra cultura as fez repensarem as relações de gênero. Tal opinião foi compartilhada por algumas delas, durante a pesquisa. Ana, que desde os nove anos vive em Pompano Beach, diz não gostar de se relacionar com os homens de seu país e compara a situação da mulher nos dois países:

Nunca tive um namorado brasileiro, não acho que aguento. Acho que o homem brasileiro tem que mudar aqui nos Estados Unidos, se eles estão achando que vão namorar com mulher americana ou até brasileira... A brasileira aqui é muito mais importante na economia da casa do que seria no Brasil. A maioria das brasileiras casadas aqui sustenta os maridos porque trabalha muito mais do que se estivessem lá, de faxineira, no chão, limpando. Ele tem que mudar, se acha que vai namorar mulher americana aqui, as coisas que eles fazem no Brasil não rolam, elas são muito mais independentes e querem as coisas do jeito delas. Não é igual ao Brasil, ao que vejo pelas minhas primas namorando ou o casamento das minhas tias.

O julgamento negativo sobre os homens brasileiros é repetido por Monalisa, que os considera retrógrados e machistas:

Eu não namoraria mais um brasileiro depois de ter vivido fora, a menos que ele tivesse mentalidade europeia. Acredito que exista, mas não encontrei nenhum. O brasileiro não dá muito valor à mulher. Não estou falando no trabalho porque não tem essa coisa de homem trabalhar e mulher não, os dois deveriam fazer as mesmas coisas. O brasileiro não valoriza a mulher como tal. Nisso, o Brasil está muito atrasado, acho que os muçulmanos são mais adiantados que eles.

A experiência migratória tem efeito nas percepções sobre as relações entre homens e mulheres. O contato com diferentes relações de gênero faz com que brasileiras revejam o que pensavam sobre os homens de seu país.

As avaliações desfavoráveis quanto aos parceiros latinos ou brasileiros partem de mulheres que consideram ter sofrido com o machismo no Brasil e que acabaram por se deparar com novos padrões de relacionamento ao imigrar. Elas enfatizam o sexismo e a mentalidade atrasada dos conterrâneos, criticando o fato de alguns homens aqui não aceitarem que suas mulheres trabalhem. Ainda que as estatísticas apresentem uma tendência de novos arranjos familiares e do aumento de mulheres nas chefias das famílias, a estrutura familiar imaginada ou vivida por muitas mulheres brasileiras ainda é a patriarcal, pelo menos em algumas classes sociais e regiões do país²⁹. Fato que, sem dúvida, nos leva a pensar sobre uma contradição entre os dados estatísticos, que normalmente refletem macroestruturas, e a realidade sentida e vivida por parte das mulheres brasileiras, apontando claramente que, apesar de ocorrerem mudanças significativas nas famílias, as estruturas patriarcais ainda predominam em seu cotidiano³⁰.

Para algumas mulheres, ir para o Sul da Flórida é uma solução pessoal que engloba estratégias de trabalho como a dança ou as atividades braçais que não seriam cogitadas no Brasil. Ao mesmo tempo, a recusa das relações patriarcais no país de origem também se mostra como motivo para permanência na Flórida. Adicionam-se a essas motivações outras questões privadas. Rever amores ou sair de relações complicadas constituem justificativas importantes para mudar de país. Para Jô³¹, o fim de um casamento frustrado foi a gota d'água para decidir mudar para Pompano Beach:

Eu estava em um stress danado, meu casamento estava acabando. Estou no segundo casamento, aliás, terceiro, mas de papel passado era o segundo. Ele não é o pai dos meus filhos, eu estava realmente muito estressada.

Como Jô, a história de Leda³² confirma que processos subjetivos e pessoais, como fuga de relacionamentos difíceis, orientam escolhas migratórias. Tendo vivido em um casamento abusivo no Brasil, durante 26 anos, Leda decidiu se separar. Foi quando o ex-marido a ameaçou com uma faca. Os filhos já eram adultos e sua empresa no Brasil não estava dando certo. Decidiu então ir para Miami, local que tinha visitado a passeio e do qual havia gostado muito. Uma amiga que morava na Flórida sempre falava das oportunidades de trabalho, apesar de algumas dificuldades. Tendo isto em mente, Leda não teve medo de imigrar porque já tinha perdido muito no Brasil, ela disse que qualquer coisa fora do casamento já seria um ganho. Quando imigrou, o filho foi junto e a filha ficou com o pai.

Foi uma coisa muito traumática [a agressão do ex-marido], terrível e eu sentia na minha cabeça que era me separar pra começar a vida aqui porque eu já estava prevendo que não ia dar certo viver perto dele. (...) Eu vim pra

cá, exatamente porque nesse um ano nós [eu e minha amiga] trocamos as informações, ela me disse de todas as dificuldades que eu poderia enfrentar. Eu me lembro que ela sempre foi muito positiva e me dizia: aqui ainda, eu com as minhas oportunidades, pouco antes já... O governo tinha fechado a possibilidade de tirar o Social Security que antes os brasileiros chegavam e tiravam o Social Security...

Leda conheceu o atual marido, que é americano, quando comprou um carro em Miami e sua bateria falhou, aí ele parou para ajudá-la. Isso foi em 1999. O novo amor foi, entre outros, o motivo que definiu sua permanência nos Estados Unidos.

A entrevista de Leda também revela outro aspecto motivador para as decisões de imigrar que são as redes sociais, isto é, os amigos que dão suporte para o projeto migratório e para a permanência no exterior.

Mulheres que saíram do Brasil para se unirem a amores distantes compõem uma importante variável da imigração feminina. Foi o que aconteceu com Silvia, que começou a namorar, ainda no Brasil, um antigo amor que vivia em Miami. Com quase 50 anos de idade, a artista plástica do Rio de Janeiro decidiu que se mudaria para a Flórida para se casar. O marido, que é do Brasil, está nos Estados Unidos desde o começo da década de 1990 trabalhando em uma multinacional brasileira:

Eu sou do Rio e eu vim porque comecei a namorar um antigo amigo do Brasil, a gente se encontrou. Ele já estava aqui há muitos anos, começamos a namorar, acabei vindo pra cá pra morar com ele.

Outro exemplo é o de Eliana, jornalista entrevistada em 2003, que conheceu o marido durante uma estadia na Flórida. Isto mudou o rumo de seu projeto temporário no exterior.

Os velhos e novos amores motivam pessoas a permanecerem no exterior. Mari contou que saiu do Brasil para aprimorar seu inglês. Sendo da religião mórmon e vivendo temporariamente nos Estados Unidos, conheceu um moço que também era mórmon e com ele se casou. Apesar de ter sofrido no casamento, foi ele que a prendeu na Flórida, pois tendo duas filhas americanas com pai nos Estados Unidos, ela nunca conseguiu retornar ao Brasil, mesmo após a separação.

Ainda no campo das questões subjetivas que movem o processo migratório, são comuns os casos de lésbicas que se sentiam sufocadas no Brasil por não poderem assumir sua sexualidade ou revelar seu interesse por outras mulheres. Daniela³³ começou a perceber que era gay quando estava na faculdade e achou que seria mais fácil lidar com isso estando longe de casa. Foi para os Estados Unidos para “não se revelar”, como ela disse, pois queria se afastar de uma moça

por quem havia se apaixonado. Decidiu então fazer um curso de inglês fora do país. Mesmo tentando fugir desse sentimento, a amiga foi atrás dela nos Estados Unidos e as duas ficaram juntas por doze anos. Daniela afirmou que se soubesse que a família e os amigos reagiriam tão bem ao fato dela ser lésbica, talvez não tivesse ido embora do Brasil.

Fátima está entre as lésbicas que saíram do Brasil por não suportarem o preconceito em seus locais de origem. Nascida em cidade pequena do interior de Minas, ela sofreu toda sorte de discriminações por ter assumido, muito cedo, sua sexualidade:

Saí de casa por isso [ser lésbica] e porque tinha vontade de morar fora para estudar e trabalhar, mas saí numa boa, não obrigada. Minha família me apoiou o tempo todo, a dela não. Eles descobriram tudo e pediram para eu sair da escola, fizeram uma reunião com todos os professores e escreveram uma carta de transferência para me tirar de lá. Eram umas 20 pessoas na reunião, falei que não ia sair e que não era a única homossexual da escola, que tinha mais de 20 e que os boatos que estavam rolando com relação à minha pessoa eram mentira. Falaram que eu estava agarrando as meninas dentro do banheiro, que estava dando maconha para elas, bem coisa de filminho americano. Me puseram como uma cobaia e me humilharam. Na reunião, estavam minha mãe, meu pai e todo mundo em uma mesa redonda. Alguns professores foram a meu favor, veio o padre da diocese não sei de onde para falar comigo, veio psicólogo do Rio de Janeiro, o negócio foi muito sério. Eu assumi: “tenho esse lado e acabou, não vou sair da escola”. Naquele momento, mostrei a personalidade que eu tinha, mudaram as duas de turma e continuei estudando, eu à noite e ela de manhã e, em cinco meses, o pai dela casou ela. Ela queria fugir comigo, mas falei: “nós vamos fugir? Somos duas adolescentes, vamos para onde?” Ela casou forçada, me amando.

O quê que aconteceu? Todo mundo na rua perguntando para mim: “é verdade que você transa mulher? É verdade que você tem pênis?” “Eu tenho, um desse tamanho!” Eu não trabalhava, peguei e arrumei um estágio na Caixa Econômica Federal por um ano e dali comecei a ganhar o respeito das pessoas porque deixaram de me ver como a sapatão para me ver como ser humano, como pessoa, como profissional. Terminou o estágio, cheguei na minha família e falei para eles que ia embora. Fui para Brasília e meu pai: “vai para Brasília porque lá posso te ajudar, tenho amigos que podem te arrumar trabalho”.

Eu fui sozinha, eu e Deus. Tenho um irmão que tinha um caminhão e me deixou lá. Fui com ele e nunca mais voltei. Foi isso que aconteceu. Nesse período, eu já pensava muito em vir para o exterior.

Essas subjetividades femininas são marcadas por histórias de rejeição e de violência. Nessa seara, as histórias revelaram sentimentos de medo e de frustração que só puderam ser amenizados no exterior. Aos olhos de muitas mulheres, o outro país se apresentou como um caminho para a cura das dores do passado. Para Leda, Miami representava a superação de uma condição difícil no Brasil e qualquer coisa que viesse seria melhor do que a vida que tinha com o ex-marido:

Olha, Valéria, acontece o seguinte: eu não fiquei com medo de vir porque além de tudo eu achei que eu já tinha perdido tanto no Brasil que...

Esses exemplos mostram que é grande a diversidade de situações que caracterizam as mulheres brasileiras no Sul da Flórida. O mérito em se abordar essa diversidade pelo viés de gênero não se limita ao fato dessas pessoas terem razões específicas para estarem fora do Brasil, mas porque suas histórias de vida compõem subjetividades marcadas por traços da coletividade e porque caracterizam o quadro geral da heterogeneidade de nossa imigração. Histórias de vida são, como diz Daphne Patai, relatos subjetivos que conduzem sentidos específicos e coletivos. Assim, a escuta dessas narrações nos permite “entender as restrições culturais e os caminhos que fornecem estrutura e direção para a vida de mulheres” (PATAI, 1988. p. 2).

As comunidades dos LGBT e das mulheres brasileiras são fundamentais para a compreensão da diversidade que singularmente caracteriza nossa imigração para o Sul da Flórida e revelam situações subjetivas que têm como mote o dilema entre cumprir papéis sociais esperados no Brasil ou buscar uma “segunda chance”³⁴ no exterior.

Considerações finais

Este artigo sugere algumas considerações finais: a primeira delas é que os estudos migratórios precisarão, em suas próximas etapas, estar sensibilizados para novos temas que não se enquadrem nos padrões dos estudos macroestruturais. Outra observação é que abordagens e metodologias flexíveis, tais como os relatos sobre vivências femininas e LGBT na imigração, são relevantes para uma compreensão abrangente de um fenômeno migratório que é intrinsecamente complexo.

Retomemos, então, o início deste texto. As trajetórias aqui descritas pelos relatos de brasileiras no Sul da Flórida demonstram o quão diversas podem ser as experiências migratórias, tornando sua completa aceção algo relativamente complexo. Sayad (1999) já nos havia alertado de que todo fato social total seria formado por um feixe de relações entre fenômenos das mais diversas origens, misturando trajetórias individuais e coletivas que estão interligadas a contextos diversos (se levarmos ao limite esse raciocínio, teríamos que buscar o entendimento das especificidades de cada lugar de origem dos migrantes, para além da macro divisão do Estado Nacional).

Salientamos que os estudos migratórios atuais devem estar atentos para a diversidade e devem tentar fugir de generalizações. Isto é particularmente preocupante se pensarmos na produção acadêmica como o início para possíveis intervenções, via Estado Nacional, que garantam e protejam os direitos de populações que vivem fora de seus lugares de origem.

E, por último, vale ressaltar mais uma vez que o movimento de brasileiros para o exterior não pode ser compreendido por um viés único e nem por teorias generalizantes, trata-se de um fenômeno heterogêneo e multicausal, cujas análises pedem a combinação de temas, enfoques e variáveis. É o que nos têm mostrado as histórias e os rostos de mulheres brasileiras no Sul da Flórida.

Notas

¹ As pesquisas às quais nos referimos são: Projeto *O Brasil no Sul da Flórida: diversidade e memória*. Pesquisadora responsável: Valéria B. Magalhães. Financiamento: CNPq. Vigência: out/2013 a /out2016. Ver também Magalhães (2006 e 2011). O livro de 2011 foi resultado da pesquisa de doutorado, de 2006.

² Foram os casos, por exemplo, dos estudos de Neide Patarra (1995); de Teresa Sales (1999), de Bela Feldman Bianco (1992) e de Helena Hirata (1994).

³ A bibliografia sobre a relação entre migrantes internacionais e formação da sociedade industrial brasileira é bastante extensa, portanto, para fins deste texto, é relevante citar alguns textos consagrados, mas sem deixar de alertar que a produção bibliográfica é bastante farta. Com isso, destacamos PRADO JUNIOR (2006), FURTADO (2007), DEAN (1971), CANO (1977) e MARAM (1979) entre outros.

⁴ Nunca é demais lembrar que somente no Censo Demográfico de 1970, a sociedade brasileira, pela primeira vez, verá a população urbana ser mais numerosa que a população rural. No censo de 1960, os dados foram: 44,67% para a população urbana e 55,33% para os residentes no campo, enquanto em 1970 os números foram respectivamente: 55,92% e 44,08%. (*Estatísticas Históricas do Brasil : séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. 2ª Ed. rev. e atual. v.3, Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. Disponível em: <http://migre.me/ttLym>).

⁵ É extensa a bibliografia que se utiliza desta visão do Brasil “naturalmente” receptivo aos migrantes internacionais. Para um esplêndido balanço dessa produção bibliográfica, ver FAUSTO (1991).

⁶ Abaixo, citamos dois excertos tirados de textos produzidos por gestores públicos. O primeiro é da Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior. (Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior):

Nessas condições, era normal prever-se que as grandes levas de imigrantes brasileiros partindo em direção aos EUA e Europa nos anos 1980 e 1990 seriam um fenômeno temporário. Em meados da década de 2000, modificaram-se de forma sensível as condições econômicas no Brasil e naqueles países, motivadoras da emigração, levando a uma redução sensível do fluxo emigratório e início de um movimento de re-emigração para terceiros países e retorno ao Brasil. (*apud* SILVA, dez/2013)

O segundo, da Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e Procuradora de Justiça, no qual vemos claramente esta visão:

De tempos em tempos, brasileiros incorporam sotaques e costumes estrangeiros. Somos um vasto país acolhedor. Basta olhar em volta. Está em cartaz, mais uma vez, a aventura do turco Nacib, seduzido pelos encantos de Gabriela no romance de Jorge Amado. Os jovens dos anos 70 foram cativados pelos dramas de Nino, italianinho que reinava na TV Tupi. A tradição de aceitação do estrangeiro, arraigada até mesmo nas novelas, faz pensar que em breve possam surgir na telinha as desventuras de algum Mohammed. O nome, comum entre os sírios, começa a ser ouvido com mais frequência desde que aquele país mergulhou em uma crise de incalculáveis proporções. (*apud* ARRUDA, Eloisa, 20/ago/2012)

⁷ A esse respeito, notamos, em nossas pesquisas, que os consulados brasileiros no exterior não dispõem de estatísticas confiáveis sobre brasileiros no exterior, de modo a apresentarem dados subestimados sobre a realidade de nossa imigração. Um exemplo curioso: nas pesquisas de Magalhães no Sul da Flórida, citadas anteriormente, foram feitas entrevistas com agentes consulares daquela jurisdição. Em todas elas, desde 2002 até 2015, a estimativa sobre brasileiros na Flórida permaneceu a mesma (por 13 anos): 250 mil. Em todos os momentos, foi afirmado por eles que o Consulado Brasileiro em Miami não possuía tais estatísticas (mas apenas estimativas informais) e que talvez instituições da própria comunidade as teriam, tais como o Banco do Brasil. Em contato com tais instituições, os dados também não foram encontrados.

⁸ E, nos Estados Unidos, em 1994, foi lançado o clássico livro de Maxine Margolis: *The Little Brazil: an ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*.

⁹ A respeito do conceito de etnicidade no Brasil, consultar o texto de Jeffrey Lesser (2015), “Prefácio à edição brasileira de A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração”.

¹⁰ A esse respeito, são relevantes, entre outras, as contribuições de Assis (2011) e Piscitelli (ASSIS, OLIVAR E PISCITELLI, 2011). Recentemente, podemos citar o texto de Andrade (jul. dez/2015), entre outros.

¹¹ Para um balanço da produção acadêmica em Estudos Migratórios a leitura do trabalho de Vilela & Lopes (2011) é imprescindível.

¹² Um exemplo disso é o trabalho de Jan Brzozowski (2012), no qual encontramos um balanço da bibliografia que trata os fenômenos migratórios quase que exclusivamente através do viés econômico.

¹³ Esse fenômeno foi fartamente explorado pela mídia. Dois exemplos, entre outros levantados no projeto, são as seguintes notícias: Fellet (27/ago2015) e Campello (19/jul/2015). No projeto, foram selecionadas 50 matérias de mídia com o mesmo conteúdo. Sua análise será apresentada em outro artigo, em momento oportuno.

¹⁴ Neste artigo, optamos por manter o anonimato dos entrevistados. Todos os seus respectivos nomes foram trocados. Denise está em Miami desde 1984. Mudou-se por causa dos negócios do marido e é de família de banqueiros no Brasil. Ela coordena uma associação cultural brasileira em Miami e foi entrevistada em 2002 e em 2014, por Valéria Magalhães.

¹⁵ Ver, por exemplo, matéria de Ordonez (26/nov/2014).

¹⁶ Alice é filha de pequenos empresários da cidade de Campinas, tendo tido uma vida confortável no Brasil. Foi para Miami temporariamente a trabalho e conheceu o atual marido, que é médico na Flórida, tendo decidido lá permanecer.

¹⁷ No projeto já citado, com vigência entre 2013 e 2016.

¹⁸ Para uma melhor compreensão das diferenças internas na comunidade brasileira no Sul da Flórida, ver Magalhães (2001) e Resende (2009). Trata-se de um contexto complexo de identidades que se interpenetram e se excluem, conforme pertencimento a certas variáveis (origem regional, local de moradia na Flórida, leva de imigração e outras).

¹⁹ Inclusive, isto pressuporia levarmos em conta a pertinência (parcial ou não) de certas abordagens sendo aplicadas a cada caso, pois nenhuma teoria se aplicaria perfeitamente a todos os casos. Partimos aqui de uma postura metodológica que pretende que os dados deem a conformação à teoria, e não o contrário. Portes (winter/1997) faz uma discussão nesse sentido, em texto a respeito dos argumentos a favor ou contra o conceito de assimilação.

²⁰ Todos colhidos por Valéria Magalhães, durante os projetos de pesquisa citados anteriormente.

²¹ Para uma melhor compreensão do tema da imigração *Queer*, ver, por exemplo: Miskolci (jun/2009); Buttler (2011), Manalansan (feb/2006).

²² A esse respeito, são significativos os estudos de Assis e Piscitelli (ASSIS, OLIVAR e PISCITELLI, 2011; Assis, 2011) em relação às questões de sexualidade e gênero entre brasileiros no exterior. No contexto internacional, há outros trabalhos sobre imigração, gênero e sexualidade, a exemplo de Manalansan (feb/2006).

²³ Projeto *O Brasil no Sul da Flórida: diversidade e memória*. Financiamento: CNPq. Vigência: 2013 a 2016 e Magalhães (2011).

²⁴ Entrevistado por Valéria Magalhães, em 2002. Homero viveu 15 anos na Flórida, tendo origem de classe média no Brasil.

²⁵ O tema dos LGBT brasileiros no Sul da Flórida será melhor explorado em artigo a ser por nós publicado, em breve.

²⁶ A esse respeito, ver Magalhães (2011) sobre a história da imigração brasileira no Sul da Flórida. Há uma relação entre levadas de migração de brasileiros para a região e os arranjos identitários internos a este grupo. Outros trabalhos também reforçam a complexidade da identidade migrante, como, por exemplo, como os textos do livro de Glick-Schiller, N., Basch, L. e Szanton, B. (1992); Lesser (2015) e Castro (jan.jun/2005).

²⁷ A esse respeito, são inúmeras as notícias veiculadas na mídia, nos últimos cinco anos. Um exemplo, dentre vários outros catalogados em recente pesquisa da coautora do presente artigo é o artigo de Delboni (15/abr/2016).

²⁸ No caso, dançar como *gogo girl* quase sempre envolve atividades extras na prostituição.

²⁹ Segundo o Sistema Nacional de Informação de Gênero (<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/nucleo/publicacoes/snig>), que compilou dados censitários a partir de questões de gênero, no Censo 2000, 22,2% das famílias brasileiras tem mulheres como responsáveis pela família, já no Censo 2010, este número passa a ser de 37.3% das famílias brasileiras.

³⁰ Deve-se levar em conta também que, no Brasil, a situação da mulher pode variar conforme a classe, região, geração e outros fatores.

³¹ Entrevistada em 2004. Ela tem formação em jornalismo.

³² Entrevistada em 2015. Leda tinha uma vida financeira confortável no Brasil e escolaridade superior. Tinha uma pequena empresa, antes de imigrar.

³³ Entrevistada em 2015. Daniela é recifense, de família de pequenos comerciantes.

³⁴ Sobre a ideia da imigração como segunda chance, ver Meihy (2004).

Referências

ANDRADE, V. Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. *Revista Travessia*. Publicação do CEM. Ano XXVIII, n. 77. Jul.dez/2016. p 29-48.

ASSIS, G. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis: Mulheres, 2011. 348p.

_____; OLIVAR, J.; PISCITELLI, A. *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011.

_____; SASAKI, E. Novos Migrantes do e para o Brasil. Um balanço da produção bibliográfica. In: *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas* Brasília: CNPD. 2001, p. 615-669.

ARRUDA, E. S. Os sírios estão chegando. *Folha de São Paulo*. Caderno Opinião, 20/ago/2012. Disponível em: <http://migre.me/tAu23>

BRZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, 26(75). p 137-156. jan/2012.

BUTTLER, J. Remarks on "Queer Bounds". *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 17(2-3). p. 381-387. 2011.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977

CASTRO, M. Estranhamentos e identidades Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante: Representações em textos diversos. *Revista Brasileira de Estudos da População*. São Paulo. v. 22, n. 1, p. 5-28, jan.jun./2005.

CAMPELLO, V. Crise econômica eleva em 67% mudança de brasileiros para o exterior. *Portal Miami e Flórida*. 18/jul/2015.

Disponível em: <http://www.miamieflorida.com.br/crise-economica-eleva-em-67-mudanca-de-brasileiros-para-o-exterior>
Acesso em 22/set/2015.

- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/EDUSP, 1971.
- DELBONI, C. Em Miami, vive-se como brasileiro. *Estadão*. Caderno Geral. 15/abr/2016.
Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-miami-vive-se-como-brasileiro,10000026127>
Acesso em: 22/set/2016.
- ESPIN, M. The Role of Gender and Emotion in Women's Experience of Migration. *Innovation: The European Journal of Sciences*. Vol. 10, issue 4, Dez/1997.
- FELLET, J. Troquei luxo por segurança: a vida da elite brasileira na Flórida. *Portal G1*. Caderno Economia. 27/ago/2015.
Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/troquei-luxo-por-seguranca-a-vida-da-elite-brasileira-na-florida.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar Acesso em 22/set/2016.
- FAUSTO, B. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Fapesp/Editora Sumaré, 1991.
- FELDMAN-BIANCO, B. Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. *Revista brasileira de estudos populacionais*. ABEP, Vol. 9, n. 1, jan. jul/1992.
- _____. Multiple layers of time and space: the construction of class, ethnicity and nationalism among portuguese immigrants. In: *Towards a Transnational Perspective on Migration*. Annals of the New York Academy of Sciences, vol. 645, New York: The New York Academy of Sciences, jul/1992.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L. e SZANTON, B. (Eds.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. New York: Academy of Sciences, 1992.
- HIRATA, H. Socialisation familiale, éducation scolaire et formation en entreprise. Comparaison France-Brésil-Japon. *Revue Internationale d'Éducation Sèvres*, v. 1. p. 47-56. 1994.
- _____; ZARIFIAN, P. Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*, 5(12). p 173-185. 1991.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª Ed. rev. e atual. v.3. Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990.
Disponível em <http://migre.me/ttLym>
- LESSER, J. *A Invenção da Brasilidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 296 p.
- MAGALHÃES, V. B. Projeto: *O Brasil no Sul da Flórida: diversidade e memória*. Financiamento: CNPq. Vigência: 2013 a 2016.
- _____. *O Brasil no Sul da Flórida: subjetividade, identidade e memória*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 271p .
- _____. *O Brasil no Sul da Flórida: subjetividade, identidade e memória*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. (Tese de Doutorado).

- _____; SANTHAGO, R. Japoneses, brasileiros e judeus: A história oral nos estudos de imigração no Brasil. *Tempos Históricos*. EDUNIOESTE, v. 19, n. 1. p. 481-510. 1º sem/2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11804> Acesso em: 11/abr/2016.
- MANALANSAN IV, M. F. Queer Intersections: Sexuality and Gender in Migration Studies. *Special issue of International Migration Review: Gender and Migration Revisited*. Vol. 40 Issue 1. p. 224 – 249. Feb/2006.
- MARAM, S. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.
- MARGOLIS, M. L. Brasileiros no estrangeiro: a etnicidade, a auto-identidade e o "outro". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 1. p. 283-299. jan. 2008. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27309/29081>>. Acesso em: 22 apr. 2016.
- _____. *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus. 1994. 452 p.
- MARTES, A. C. B. *New immigrants, new land: a study of Brazilians in Massachusetts*. Tranlated by Beth Ransdell Vinkler, foreword by Maxine Margolis. Gainesville: University Press of Florida, 2011. 302 p.
- MEIHY, J. C. S. B. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre. n. 21, p. 150-182, Jun/2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008> Acesso em 22/set/2016.
- ORDONES, A. Visto de investidor é o mais requisitado por brasileiros no Consulado Americano. *Portal Infomoney*. 26/nov/2015. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/3704215/visto-investidor-mais-requisitado-por-brasileiros-consulado-americano> Acesso em 22/set/2015.
- PATAI, D. *Brazilian Women Speak: Contemporary Life History*. New Brunswick and London: Rutgers Univ. Press, 1988.
- PATARRA, N. L. *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FENUAP, 1995.
- _____; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In:
- PATARRA, Neide L. *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FENUAP, 1995.
- PORTES, A. Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. *The International Migration Review*. 31(4). p. 799–825. winter/1997. Disponível em: <http://doi.org/10.2307/2547415> Acesso em: 25/abr/16.
- PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RESENDE, R. *Tropical Brazucas: Brazilians in South Florida and the Imaginary of National Identity*. PhD Dissertation, University of Florida, 2009.

- SALES, T. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez, 1999a.
- _____; REIS, R. (org.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999b.
- SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEYFERTH, G. *Nacionalismo e Identidade Étnica*: Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- SEYFERTH, G. A Identidade Teuto-Brasileira numa Perspectiva Histórica. In: MAUCH, C. & VASCONCELLOS, N. (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.
- SEYFERTH, G. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1999.
- SEYFERTH, G. Assimilação dos Imigrantes no Brasil: Inconstâncias de um Conceito Problemático. *Travessia: Revista do Migrante*, v. 36. p. 45-50. 2000.
- SILVA, L. L. Políticas de apoio aos imigrantes retornados: iniciativas da área consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *REMHU: Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. Brasília*, v. 21, n. 41. p. 295-304. Dez/2013.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198085852013000200016&lng=pt&nrm=iso
Acesso em 25/abr/ 2016.
- THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. V. 22, n. 44. 2002.
- VILELA, E. M. & LOPES, L. B. F. Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil. In: *BIB*. São Paulo, nº 72. p. 55-88. 2º sem./2011.

RESUMO

Este artigo busca chamar a atenção para a heterogeneidade que caracteriza a diáspora brasileira para o exterior. Parte-se da constatação de que os estudos migratórios brasileiros tendem tradicionalmente a não perceber a diversidade e as várias dimensões do fenômeno migratório como partes constitutivas de nossa presença nos quatro cantos do mundo. O artigo toma como exemplo as mulheres brasileiras no Sul da Flórida e está baseado em intensa pesquisa de campo realizada entre 2002 e 2015, assentada em fontes diversas e em métodos qualitativos combinados. Buscou-se mostrar que as experiências migratórias de mulheres indicam que vivências subjetivas dificilmente podem ser generalizadas, mas que constituem e explicam quadros coletivos mais amplos. Este fato complica qualquer expectativa de interpretações estruturais únicas para as migrações.

Palavras-chave: Migrações Internacionais Recentes, brasileiros no Sul da Flórida, mulheres brasileiras no exterior.

ABSTRACT

This article seeks to argue that the Brazilian diaspora is characterized by the heterogeneity. We assume that the Brazilian Immigration Studies traditionally tend not to pay attention to the several dimensions of the migration as constituent parts of our diaspora. This article is based on the example of the Brazilian women in South Florida. The research was based on intensive field research conducted between 2002 and 2015, which has combined a number of sources and different qualitative methods. We show that the experiences of immigrant women indicate that subjective context cannot be generalized. At the same time, individual experiences constitute and explain broader collective frameworks. This fact complicates any expectation of unique explanations for migration.

Key words: International Migration, Women in Migration, Brazilians in South Florida.

Rostos goianos na migração

*Juliana dos Santos Pereira Moraes**

Introdução

Este artigo é parte da vivência do trabalho de campo, realizado em Lisboa entre os anos de 2007 a 2009, que culminou na dissertação de mestrado “*As Meninas do Pequi fora do Sertão: goianas imigrantes em Lisboa*” (PEREIRA, 2009)¹ que contou com a orientação do Professor Doutor José Manuel Sobral². A escolha por estudar as goianas não se deu por um acaso. Pelo fato de ser de Goiânia e precisar trabalhar durante a realização do mestrado, consegui conhecer muitas outras goianas pois, embora tivesse um estatuto de estudante, compartilhávamos da mesma condição de imigrante, trabalhadora e ainda da mesma memória regional.

Nesse contexto conheci mais de cinquenta goianas, com as quais realizei vinte e oito entrevistas estruturadas e cinco “histórias de família”³, o que permitiu um estudo mais aprofundado. Para conseguir realizar a pesquisa não tive dificuldades pois, à medida que eu conhecia alguma goiana, sempre tinha indicação de mais outras pessoas. Também fiz visitas ao Consulado Brasileiro em Lisboa, Casa do Brasil, à restaurantes de comida brasileira, como Chimarrão, Sabor a Brasil, Sabores da Picanha; à casas de dança, como Armazém F, Cenoura; e a estabelecimentos comerciais de um modo geral. Em todos esses lugares é facilmente possível conhecer brasileiros e muitas mulheres goianas.

Minhas interlocutoras geralmente tinham entre vinte e trinta anos. Eram oriundas de Goiânia ou de cidades vizinhas, como Aparecida de Goiânia e Anápolis. Saíram do Brasil, solteiras. Trabalhavam no comércio ou no mercado informal - como manicures, cabeleireiras, massagistas e recebiam em torno de dois salários mínimos. Viviam na casa dos pais; tinham como objetivo inicial conhecer outro país, trabalhar, melhorar de vida, ajudar seus parentes e, se possível, casar.

Quando me perguntavam de que lugar do Brasil eu vinha, ao responder que era de Goiás, sempre me diziam que havia muitas goianas vivendo em Lisboa. Por muitas vezes isso me inquietou. O que elas fazem? Como avaliam seu projeto

* *Doutoranda em Antropologia pelo ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa) e Mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.*

migratório? Como lidam com os estereótipos associados à mulher brasileira? Qual é sua trajetória de vida? Do que sentem saudade e quais foram as redes que elas estabeleceram para o projeto migratório, foram alguns questionamentos que eu tinha à priori.

Migrar para onde?

As emigrantes goianas, ao falarem do seu projeto migratório inicial, confirmam o que MARGOLIS (2003) ressalta quando diz que o destino preferencial dos brasileiros eram os Estados Unidos da América (EUA). Atualmente, devido à inacessibilidade desse destino, o sonho dessas mulheres passa a ser a Europa, e Portugal passa a ser a porta de entrada por estar mais acessível economicamente e até mesmo geograficamente, pois não precisam se arriscar em fronteiras, como ocorre na fronteira entre o México e os EUA.

Numa pesquisa realizada em 2008, pela Assessoria para Assuntos Internacionais de Goiás, Elie Chidiac (2011), chefe dessa assessoria, explica que a partir de 2005, o México passou a exigir passaporte dos brasileiros que viajavam ao o país para tentarem entrar nos EUA. Ocorreu uma inversão na rota de imigração dos goianos. Oitenta por cento (80%) dos imigrantes que saíam de Goiás pretendiam ir para os EUA. Mas, devido à crise econômica enfrentada pelos norte-americanos, aliada à queda do preço do dólar, os brasileiros passaram a procurar o sonho de uma vida melhor na Europa, principalmente em países como Portugal, Espanha e Reino Unido.

Para as goianas, embora tenham preferência pelos Estados Unidos, as dificuldades para se obter o visto e para se cruzar a fronteira do México fazem com que elas prefiram ir para Portugal. Atualmente, os brasileiros continuam a utilizar apenas o passaporte para entrar em solo europeu, podem permanecer sem visto durante 90 dias, mas é claro que se submetem à autoridades alfandegárias, que podem também negar a entrada. Em uma das entrevistas Janaína descreve como foi a escolha do destino.

Primeiramente eu tentei o visto para os Estados Unidos. Fui a uma agência de viagens, que fornecia informações de como proceder na entrevista, para conseguir o visto. Paguei uma grana para esta agência, que levou eu e minha mãe, para Brasília. Disseram-me que se eu fosse com minha mãe era mais fácil de conseguir o visto, pois eu só tinha 17 anos. Compramos roupa nova, fomos ao salão, arrumamos o cabelo. Tínhamos que parecer ricas. Então dissemos lá, que estávamos indo a passeio para a Disney. Não sei porque mas só concederam o visto pra minha mãe. Ela era funcionária do Estado já aposentada.

Não entendi. O que eles pensaram? Ela conseguiu o visto de 10 anos e nem iria viajar. Eu é quem precisava do visto. Gastei todo meu dinheiro, depois disso tentei novamente e foi novamente negado. Eles viram na minha cara que eu não tinha condições financeiras para realizar aquela viagem e entrar nos Estados Unidos e de outra forma, eu achei que era muito arriscado (Janaina4, 26 anos, trabalha com o cuidado de idosos em diversas casas, há 8 anos em Portugal).

Para as goianas, Portugal se tornou a opção possível devido a uma série de fatores, como os acordos bilaterais entre Portugal e Brasil, que facilitam a entrada sem necessidade de visto e a possibilidade de permanência dos imigrantes brasileiros; a facilidade de acesso a outros países europeus; as afinidades linguísticas; o fato de muitas delas conhecerem alguém em Portugal e isso lhes permitir um estabelecimento de redes, a priori, tornando o projeto migratório muito mais seguro.

Eu não pretendo voltar, aqui posso comprar o que meu filho quiser. Acha que eu conseguiria dar estas coisas para ele se eu morasse no Brasil? (Marina, 33 anos, gerente de um restaurante em Lisboa, há 8 anos em Portugal).

Eu sai de Goiânia para Portugal para trabalhar, para ter uma vida melhor. Lá eu não conseguia trabalho para me manter. Mas, eu acabei criando raízes aqui em Portugal. Tenho meu filho e meu marido portugueses (Adriana, 30 anos, dona de casa, há 10 anos em Portugal).

Agora que eu tenho cidadania europeia, sou portuguesa, pretendo ir para outro país, porque aqui está muito difícil. Quero ir para outro país que forneça melhores condições de vida. Eu primeiramente pensava em ir para Londres. Mas, depois de ter vivido lá por 2 meses, acho que seria melhor ir para outro país (Lara 29 anos, morou 11 anos em Portugal).

À medida que elas chegam e vivenciam esse projeto migratório, muitas coisas acontecem e se o objetivo era viver em Portugal por um tempo até conseguirem organizar suas vidas e depois retornarem, com o passar do tempo, suas vidas vão se alterando, de modo que a maioria das interlocutoras, como Marina e Adriana, não pretende retornar mais ao Brasil. Uma motivação é o estabelecimento de vínculos, seja devido ao casamento com Portugueses ou pelos filhos terem nascido em Portugal.

Elas querem garantir que os filhos, no futuro, possam escolher o país que queiram viver, pois os filhos de brasileiros nascidos em Portugal, embora sejam brasileiros, após os cinco anos, passam a ter direito à nacionalidade europeia, obtendo, assim, uma dupla-nacionalidade. Além de Portugal não ser a primeira opção, para muita dessas mulheres, como diz o relato de Lara, também não será o destino final, com a obtenção da cidadania portuguesa, elas podem não só circular pela Europa como também escolher outro país para viver.

Imagens e Fronteiras

Em Portugal embora exista um discurso dos portugueses de que os mesmos direitos deles sejam também dados aos imigrantes, é no cotidiano que operam conflitos identitários entre nacionais e as goianas, que passam a ser nacionais (adquirem a cidadania portuguesa). A vida nas nossas sociedades depende daquilo a que Alfredo SCHUTZ (1962, apud GIDDENS, 2008:86) chamou “tipificações”, isto é, a classificação que damos, segundo a nossa experiência anterior, aos fenômenos com que confrontamos.

Quando encontramos alguém, imediatamente construímos uma ideia de quem a pessoa é. As tipificações permitem-nos classificar o mundo e servem para nos orientar. Todavia, elas podem tornar-se uma estereotipificação, entendendo esse termo como uma generalização abusiva acerca de uma pessoa, pelo fato de ela pertencer a um determinado grupo. O racismo, o sexismo e as atitudes preconceituosas às pessoas portadoras de deficiência são exemplos disso. Também o são as atitudes ante os estrangeiros e, em particular, em face aos emigrantes. O estereótipo preconcebido que as pessoas de uma sociedade criam acerca dos imigrantes tem implicações no modo como eles se veem e vivem nesse determinado contexto.

De muitas formas, esses estereótipos também determinam a maneira de interação entre nacionais e não nacionais. Esta interação faz com que as pessoas recriem uma definição de quem elas são, gerando mecanismos de auto-identificação. Essa auto atribuição de identidades é, segundo BARTH (1998:9), o resultado da capacidade que estas pessoas têm de manter simbolicamente as suas fronteiras de diferenciação que o distinguem dos outros.

Os portugueses olham pra gente e só no olhar você sabe né, olham pra gente e pensam que somos uma dessas, você sabe! Aqui tem muitas, (Rafaela, 22 anos).

PADILHA (2006) acredita que os portugueses associam as mulheres brasileiras a uma imagem estereotipada de prostituição, em razão da sensualidade tropical que lhes é imputada da miscigenação, das imagens de índias dos séculos XV e XVI que viviam praticamente nuas, do Carnaval e atualmente das telenovelas e da imprensa.

Ele me perguntou se eu era brasileira, aí, balancei a cabeça, disse para ele que eu tinha acabado de chegar. Então, ele me perguntou se eu estava a passear, aí eu disse que vim a trabalho. Aí ele respondeu, mas a menina vai fazer o que? No tom da pergunta eu senti que tinha algo por trás, mas não querendo ser mal educada respondi que ainda não sabia (Fernanda, 26 anos, dona de casa, há 6 anos em Portugal).

Segundo MACHADO (2006:246), os brasileiros e portugueses vivenciam uma experiência cotidiana mediada pelas construções estereotipadas e, nesse sentido, os imaginários são “aprisionados”, aos quais os brasileiros podem se render, outras vezes, estimulá-los e outras, ainda, recusá-los. As mulheres goianas entrevistadas também se veem como alvo desses estereótipos e, por mais que elas queiram afastar isso, essa imagem está presente em seu cotidiano. Para corroborar essa ideia, Gabriela, numa forma de cumplicidade, diz.

Em algumas situações, a mulher brasileira em Portugal, acontece realmente dela ganhar um olhar “Ah! É brasileira”, já com aquelas ironias que a gente sabe o que significa. Várias mulheres brasileiras vêm para Portugal, não só para Portugal, como para a Europa pra prostituir. Então, esse “Ah! é brasileira” né, a gente já fica com aquela coisa. (Gabriela, 25 anos, cozinheira, há 6 meses em Portugal).

As prostitutas aqui são tudo de Goiânia. Fiquei com muito medo de não me deixarem entrar. Quando você fala que é de Goiânia, lá na imigração, eles já ficam espertos e te deportam; eles falam que tão deportando a gente por causa de ar de simplicidade, tá te deportando é porque acham que somos prostitutas. Todos os dias você vai na internet e quando vê notícias de prostituição, pode saber que tem goiana no meio (Karine, 22 anos se referindo a reportagem: “Goianos são os mais deportados”).

Ser brasileira em Portugal significa, para essas mulheres, carregar o peso do estereótipo de prostituta ou mesmo “mulher fácil”. Ser goiana, em determinados contextos, reforça o estereótipo ainda mais, devido às redes de aliciamento veiculadas pelos noticiários. De acordo com a Folha Online⁵, há crescimento da prostituição de goianas na Europa, “há entre 3.000 e 5.000 goianas se prostituindo”.

As portuguesas têm um lado muito mau, elas veem as brasileiras como prostitutas, e eu morei num quarto onde

todas as brasileiras eram de Goiânia. E tem muita garota de programa de Goiânia. A i as portuguesas veem muita prostituição, e a maioria das prostitutas são de Goiânia. Mas, desculpe lá, também a mulher goiana é bonita, as mulheres são bonitas. Então, se você for em Marquês de Pombal, no Elefante Branco e se você começar a perguntar de onde você veio, você vai ver que a maioria é de Goiânia. Tem menina goiana pra dar com o pau (Grasiele, 27 anos, dona de casa, há 7 anos em Portugal).

Segundo ALMEIDA e REIS (2007:13), algumas portuguesas consideram a presença das brasileiras uma ameaça para a vida conjugal lusitana. Mas, para as goianas, essa ideia é reforçada por causa das redes de aliciamento de mulheres goianas e também pelo fato de existir um imaginário de considerá-las mais bonitas, criando outro estereótipo, o que liga a prostituição a “mulheres bonitas”.

É claro que eles preferem casar com a gente. Além de sermos bonitas, nós tratamos eles muito melhor. Elas (se referindo as mulheres portuguesas) não dão carinho, não se cuidam, não se preocupam com a casa. Eu amo muito meu marido. Ele é muito bom para mim, ajuda minha família, faz tudo o que eu quero eu não namoraria com brasileiro. Eles só querem farra, são mulherengos (Grasiele, 27 anos, dona de casa, há 7 anos em Portugal).

Todavia, esses estereótipos nem sempre são negativos, pois é em consequência também deles que as mulheres brasileiras são consideradas pelos portugueses mais sedutoras, mais carinhosas e também melhores companheiras. Em razão deles as perceberem dessa forma, 72% das imigrantes goianas disseram nas entrevistas que preferiam se relacionar com portugueses, por acharem que eles podem lhes proporcionar uma maior segurança, tanto financeira quanto afetiva. E apontaram, também, que eles são mais fiéis e tranquilos que os brasileiros. Queixaram-se ainda do fato de os brasileiros estarem sempre ligados à bagunça, festas com música alta, além de não possuírem estabilidade financeira para ter uma vida conjugal em Portugal.

Deste modo, as goianas, ao se relacionarem com seus parceiros, dinheiro, sensualidade, companheirismo e amor entrelaçam em um terreno ambíguo. Apesar destes relacionamentos muitas vezes se mostrarem marcados pelo interesse econômico, seja uma estabilidade financeira ou mesmo um modo de se legalizarem, eles estão permeados pelas noções dos estereótipos.

É relevante chamar a atenção que há não só a criação de estereótipos das imigrantes goianas (que podem ser estendidos às brasileiras em Portugal), mas também aos que elas criam com relação aos homens e mulheres portugueses,

pois conforme relata Grasielle, “a mulher portuguesa não dá carinho, não se cuida e não cuida da casa”. Há também o estereótipo criado para o homem brasileiro, pois de acordo com esse mesmo relato, este “só quer farrá”, o que parece fazer do europeu uma escolha mais acertada por elas e assim a relação entre brasileiras e portuguesas são permeadas por todos esses estereótipos.

A goianidade como uma Fronteira Identitária

No Brasil, as fronteiras em relação à identidade nacional raramente intervêm nas interações cotidianas. Pois, devido às dimensões deste país, a questão regional se faz presente no cotidiano dos seus habitantes. Segundo OLIVEN (1992:43), as identidades regionais no Brasil podem ser encaradas como reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil, o nacional passa primeiro pelo regional.

Entretanto, em um contexto migratório, as identidades regionais tendem a perder seu peso, pois todos os brasileiros são imersos numa identidade nacional. E ser brasileira em Portugal recebe os contornos estereotipados, associados às brasileiras no geral. Por exemplo, a goiana carrega consigo toda carga simbólica que apela para a “goianidade”, sendo associada, em razão dos estereótipos regionais, à ruralidade. O contexto migratório pode, muitas vezes, esconder uma diversidade significativa de identidades brasileiras, que são cortadas complexamente por questões de classe entre a população imigrante, de temporalidade da imigração, de gênero, de ascendência portuguesa (por sua vez diferenciada por graus de ascendência), de cor/raça, de ocupação no mercado de trabalho, de religião, de origem regional, entre outras possíveis (MACHADO, 2006:12).

No caso das imigrantes goianas, as construções de ordem regional, são formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção e operam como categorias que classificam pessoas e coisas, estabelecem limites e delimitam fronteiras identitárias, (OLIVEN,1992:26). Estes sinais associam a imagem do brasileiro à feijoada e à capoeira, ao futebol, ao samba, ao carnaval e fio dental⁶ e, segundo Ribeiro (1998:5), em São Francisco - EUA, muitos goianos assumem essa identidade e também os papéis de foliões, cabrochas e carnavalescos, pois se identificam com essas imagens.

Porém, na organização da experiência migratória e internamente ao cotidiano da “comunidade” brasileira em São Francisco, a identidade regional goiana se mantém, pois vivem nos mesmos edifícios, compartilham apartamentos

e mantêm suas redes sociais baseadas em relações já existentes em Goiás. Tanto os goianos em São Francisco quanto as goianas em Lisboa compartilham dessa mesma experiência, de interajuda e também da ideia de uma “goianidade”. Essa identidade foi construída, segundo COUTINHO (2005:1), devido à valorização ou revalorização da dimensão simbólica e da gestão do patrimônio cultural, a partir de um discurso político que ressaltava os aspectos regionais como o sertão, o rural, a comida, a hospitalidade e a música regional.

As goianas, como estão neste cotidiano lisboeta, ao se relacionarem com portugueses, brasileiros ou outros nacionais, têm sua identidade realçada. O conteúdo das identidades assumido pelas goianas implica suas delimitações de fronteiras, pois, para elas, ser goiana implica ser do Centro-Oeste e apelar para uma “goianidade, onde gado, cerrado, pequi, rio Araguaia e música *country*, supostamente, definiriam uma particularidade identitária” (RIBEIRO, 1999:72).

Em Lisboa, sempre ao encontrar outra goiana, uma das primeiras coisas que elas me falavam era da saudade de comer pequi. Segundo Sobral (2008), a memória é uma dimensão essencial da vida humana e a memória alimentar na sociedade receptora resgata a memória do lugar de origem. Por isso é tão importante essa relação do imigrante com sua memória gustativa.

Quando faço pequi, meus vizinhos ficam curiosos para saber o que é por causa do cheiro. Ele tem um cheiro muito forte. Inclusive, tenho em casa um monte de bolinhas congeladas (Graziele, 25 anos, desempregada, há 3 meses em Portugal).

Quando falo de Goiânia, só me vem saudade. Tenho muita saudade. Tenho muita saudade de comer arroz com pequi. Eu adoro, pequi. Eu me lembro de quando saía na rua em Goiânia, principalmente na época do pequi, o cheiro exalava (risos). Nossa! Agora deu saudades de lá e dos amigos (Gisele, 28 anos, atendente de balcão, há 3 anos em Portugal).

Em Lisboa, há muitos supermercados voltados para os imigrantes brasileiros, como em Arroios, na Almirante Reis, nas estações de Comboio da Damaia e da Reboleira, mas ainda não é possível encontrar neles o pequi. As meninas só conseguem comê-lo em Lisboa, quando elas ou algum conhecido o trazem de Goiás. As goianas, ao falarem que sentem saudades de comer pequi, do arroz com pequi, do cheiro do pequi, do modo de comer o pequi, ou seja, através das suas nostalgias e memórias, elas encontram um meio de preservar sua “pertença” regional no contexto migratório.

Conclusões

Estas considerações sobre a importância das fronteiras, ou linhas de demarcação na manutenção das identidades étnicas, aplicam-se, em nosso entender, às identidades regionais e às identidades nacionais em geral. As implicações da manutenção das fronteiras de que nos fala BARTH (1998) fazem com que os membros de um grupo étnico, ao interagirem com outros grupos, estabeleçam uma forma de comunicação.

Porém, a interação não leva a uma unificação. Há variações culturais. Mesmo havendo comunicação entre eles, há também uma grande resistência à assimilação cultural, pois o contato, em vez de provocar a aculturação, pode provocar o reforço das identidades. Desse modo, ao ouvirem música da sua região, ao recordarem o sabor da sua comida, as goianas mantêm uma fronteira que as separa das outras brasileiras, procurando proteger-se dos efeitos negativos do estereótipo. Ao mesmo tempo, as fronteiras políticas, administrativas e de cultura nacional que separam Portugal do Brasil fazem delas membro deste “outro” nacional, que é o conjunto das brasileiras.

Assim, a construção da identidade, fronteira/imigrante, mantém-se. Pois, se mantém também a fronteira (ter nacionalidade ou cidadania diferente) que separa, segundo SOBRAL (2008), o nacional do estrangeiro, mesmo quando o estrangeiro fala a mesma língua ou possui a mesma nacionalidade. Mesmo que, em Portugal, existam várias representações das brasileiras e do Brasil, e que os estereótipos, tanto de ser brasileira quanto de ser goiana, possam influenciar nas possibilidades de inserção na sociedade portuguesa, as goianas não deixam suas nostalgias e, através das suas memórias, carregam consigo sua identidade regional.

Segundo SANTOS (2005: 135), as identidades não são fixas nem imutáveis. Elas são identificações em curso, são resultado de processos de identificação e também de auto identificação. Assim, é um processo ativo, em que as goianas buscam ouvir música sertaneja, relembrar o gosto do pequi, fazer atividades que são culturalmente por elas valorizadas, porque estão fortemente envolvidas na manutenção das suas fronteiras e das suas as identidades que assim passam a ser revividas.

Notas

¹ Menina: designação dada, em Goiás, ao sexo feminino, enquanto crianças e adolescentes, mas que também se estende até a idade adulta, principalmente quando ainda não se adquiriu o estatuto de mulher casada. Pequi é (*Caryocar brasiliense*; *Caryocaraceae*) é uma árvore nativa do cerrado brasileiro, cujo fruto, embora muito utilizado na cozinha nordestina, do centro-oeste e norte de Minas Gerais, é considerado símbolo da cultura do estado brasileiro de Goiás.

² Investigador no ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

³ Para as “histórias de família” ver PINA CABRAL e LIMA (2005:356).

⁴ Para preservar a identidade das entrevistadas, todos os nomes que aparecem nas entrevistas são fictícios.

⁵ [Http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u74387.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u74387.shtml) acesso em julho/2009.

⁶ Tipo de biquíni feminino. Nota do Editor (n/e)

Referências

ALMEIDA, Alexandra Gomes e REIS, Ellem Saraiva. A imigração brasileira em Portugal: o perfil do imigrante e as consequências no mercado de trabalho luso. *V Encontro Nacional sobre Migrações*. Campinas, 2007.

BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference, Prospect*. Heights, Illinois: Waveland Press, 1998 (1969).

COSTA, Paulo Manuel. “A legislação de estrangeiros em Portugal: a situação dos cidadãos brasileiros”. In: MACHADO, Igor José de Renó. (org.), *Um mar de identidades: A imigração brasileira em Portugal*, São Paulo: Edufscar, 2006.

COUTINHO, Décio Tavares. *Goiás é Bom Demais! - O marketing como potencializador da invenção de uma identidade*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

CHIDIAC, Elie. Migrações e Relações Internacionais. *Revista UFG*. Goiânia, Julho XIII nº 10, p. 159-160, 2011.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia - 6ª ed*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

MACHADO, Igor José de Renó (Org.). *Um mar de identidades, a imigração brasileira em Portugal*. Edufscar, São Carlos, 2006.

MARGOLIS, Maxine L. Na Virada do Milênio: A Emigração Brasileira para os Estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (eds). *Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- OLIVEIRA, Sérgio P. Sem Lenço, Sem documento: Brasileiros Não-documentados em Portugal. In: Machado, Igor José de Reno. *Um mar de Identidades: A imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- OLIVEM, Rubem G. A. *A parte e o todo: a diversidade no Brasil nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PADILLA, Beatriz. Integração dos imigrantes brasileiros recém chegados" na Sociedade Portuguesa : Problemas e Possibilidades. In: Machado, I. J. De R, org. *Um Mar de Identidades : Imigração brasileira em Portugal*. São Carlos : Edufscar, 2006.
- PEREIRA, Juliana . *As Meninas do Pequi fora do Sertão: goianas imigrantes em Lisboa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural.
- PINA-CABRAL, João; LIMA, Antónia Pedroso de. Como fazer uma História de Família: um Exercício de Contextualização Social. *Etnográfica*. Vol. IX (2).2005
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, ambigüidade e cidadania transnacional*. Brasília. Série Antropologia, n. 235, 1998.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. O Que Faz O Brasil, Brazil: Jogos Identitários em San Francisco. pp. 45-85. In: REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (Orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. As oportunidades lusófonas. *Rua Larga*, nº7: 48-49, 2005.
- SOBRAL, José Manuel. Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional. In: PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (Orgs.). *Pierre Bourdieu: a teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- SOBRAL, José Manuel. Cidadania, Nacionalidade, Imigração: um breve historial das suas inter-relações com referência ao caso português. In: CARVALHAIS, Isabel Estrada (coord.). *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*. Cascais: Editorial Principia, 2008.

RESUMO

Neste artigo descrevo algumas trajetórias que representam percursos migratórios das imigrantes goianas, que moram em Lisboa. Por meio delas é possível pensar sobre algumas articulações e interseccionalidades que são feitas a partir de marcadores sociais como ser mulher e brasileira num contexto migratório e de que modo esses marcadores ainda se articulam com a categoria regional.

Palavras-chave: gênero, regionalidade, mulheres goianas.

ABSTRACT

In this article I describe some trajectories that represent the migratory routes of immigrants from Goiás who live in Lisbon. Looking at these trajectories allows us to think about articulations and intersectionalities that are linked to certain social markers, such as being a woman and a Brazilian in a migratory context, and how these markers also articulate with the regional category.

Key words: gender, regionality, women goianas

Mulheres em movimento: registrando memórias migrantes

*Tatiana Chang Waldman**
*Maria Angélica Beghini Morales***

Introdução

O Museu da Imigração possui uma importante Coleção de História Oral que foi iniciada ainda na década de 1990 e conta atualmente com mais de quatrocentas entrevistas.¹ Uma expressiva parte delas registra experiências de migrantes de diferentes nacionalidades que passaram pela antiga Hospedaria do Brás, que trabalharam nas fazendas de café do estado de São Paulo ou atuaram nas mais diversas cidades do mesmo estado.

Nos últimos anos, a equipe do Museu da Imigração vem desenvolvendo diferentes projetos com uma atenção especial às migrações contemporâneas. A proposta é realizar uma aproximação dos que hoje são protagonistas da experiência de migrar e assim construir um diálogo entre o passado e o presente. Ou seja, do que foi e o que é a migração na cidade e no estado de São Paulo.

Nesse sentido, novas entrevistas que se utilizam da metodologia da História Oral estão sendo realizadas, vinculadas a projetos com esse foco. Elas são gravadas individualmente, mediante autorização do termo de cessão de imagem e voz, em vídeo e áudio e seu conteúdo serve de base para pesquisas, exposições², ações nas mídias sociais³ etc. Cabe destacar que toda coleção de História Oral é disponibilizada ao público interessado e aos pesquisadores, que podem ter acesso ao seu conteúdo por meio do Centro de Preservação, Pesquisa e Referência (CPPR) do Museu da Imigração, tanto na forma de transcrição da entrevista para documento escrito, quanto por meio do vídeo editado⁴.

Atualmente, são dois os projetos de História Oral do Museu da Imigração em andamento. O primeiro deles, iniciado no segundo semestre de 2014, é intitulado “Conselheiros Extraordinários Imigrantes nos Conselhos Participativos Municipais” e trata da participação política inédita em âmbito municipal, a partir do ano de 2014, de migrantes residentes na cidade de São Paulo no exercício do controle social nas subprefeituras e no debate de ações e políticas públicas

* Doutora em Direito (área de concentração: Direitos Humanos) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

** Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

no município em que residem. Até o momento foram entrevistados treze conselheiros de diferentes origens, como Argentina, Alemanha, Bolívia, China, Estados Unidos, Mali, Peru e Senegal.

O segundo projeto, “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”, teve início em julho de 2015 e será a base do presente artigo, que propõe a sua apresentação e busca suscitar reflexões sobre o processo migratório e a experiência da mobilidade a partir das perspectivas feminina e de gênero.

Esse projeto foi pensado com o objetivo de suprir algumas lacunas do acervo do Museu da Imigração acerca da representatividade de diversos grupos populacionais – no caso, as mulheres migrantes que atuam na cena social e política contemporânea em São Paulo. Ele foi elaborado a partir da observação de uma crescente mobilização e conquista de espaços na capital paulistana, especialmente nos últimos anos, por parte das mulheres migrantes.

Para o desenvolvimento e aplicação do projeto, foi realizada uma pesquisa documental prévia, bem como a elaboração de um roteiro de perguntas para o momento do encontro.⁵ As mulheres entrevistadas faziam parte da rede de contatos do Museu da Imigração por já participarem de atividades desenvolvidas pela instituição ou por realizarem ações de conhecimento do Museu e foram selecionadas a partir do interesse em participar do projeto. Ao longo das entrevistas, as entrevistadas são convidadas a indicar outras mulheres que poderiam se interessar pelo projeto, de maneira a ampliar essa rede de contatos e de potenciais participantes.

Neste artigo, versaremos em um primeiro momento sobre esse projeto de História Oral específico que o Museu de Imigração vem desenvolvendo junto às mulheres migrantes, para em seguida abordar algumas questões mais teóricas acerca de temas tangentes ao nosso objeto.

Sobre o Projeto de História Oral *Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo*

No início do século XXI, as questões da chegada e permanência de migrantes no Brasil – especialmente da América do Sul, da África e do Caribe – se mostram cada vez mais presentes na agenda de debates do país. Os grandes meios de comunicação dão especial atenção à precarização das condições de trabalho experimentadas por muitos migrantes na construção civil, nos frigoríficos e na indústria têxtil, à questão da documentação e do aumento no número de solicitantes de refúgio no país, assim como aos problemas no acesso a direitos fundamentais, como à moradia, em razão da falta de políticas públicas direcionadas a essa população.

Mas para além desse cenário apresentado pelos meios de comunicação, é possível observar uma crescente mobilização da sociedade civil e uma tentativa de ampliar o diálogo com o poder público acerca da mobilidade humana. E,

especialmente nos últimos anos, a atuação de mulheres migrantes tem ganhado destaque. Iniciativas que propõem novas atuações e discussões com relação à questão migratória sob o olhar particular da migrante ou refugiada, de coletivos de mulheres ou projetos liderados por mulheres estão mais presentes e ativos na cidade de São Paulo, o que marca sua participação e a conquista de espaço no cenário das migrações.

A 8ª Marcha dos Imigrantes, realizada na cidade de São Paulo no dia 7 de dezembro de 2014, pode ser vista como um marco de visibilidade sobre o tema. Com uma bandeira de luta central: “Basta de violência contra as/os imigrantes!”, a Marcha contou, pela primeira vez, com a Frente de Mulheres Imigrantes, um coletivo de mulheres migrantes e brasileiras que reivindica maior equidade de gênero no contexto migratório.

A Frente realizou reuniões preparatórias aos domingos na Praça Kantuta, localizada no bairro do Pari, ao longo de todo o mês de novembro de 2014. Participaram dessa mobilização, especialmente, a Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas; o Projeto Sí, Yo Puedo; o Coletivo Educar para o Mundo e a Rede de Apoio ao Migrante – Guarulhos, além de mulheres autônomas, não vinculadas a coletivos.

Além das bandeiras já levantadas por diferentes coletivos de migrantes, como a necessidade de uma nova Lei de Migrações no Brasil que tenha como base os direitos humanos, o combate à xenofobia, o direito ao voto de migrantes no país de destino, o acesso à educação e à saúde sem qualquer discriminação, o trabalho decente etc; a Frente explicitou questões específicas que envolvem a saúde da mulher migrante, como o fim da violência no parto e o respeito às diferenças culturais, o tratamento de saúde digno, universal e humanizado; questões que envolvem a violência doméstica e contra a mulher migrante, como a necessidade do atendimento bilíngue e humanizado nas delegacias para mulher e questões que envolvem o trabalho das migrantes, como a divisão igualitária do trabalho doméstico, a necessidade de vagas em creches para todos, o fim do assédio moral e sexual no trabalho e a igualdade de salários nos postos de trabalho.

Poucos meses depois, no dia 8 de março de 2015, um bloco de mulheres imigrantes marchou junto a diferentes grupos de mulheres pela cidade de São Paulo, denunciando a xenofobia, a violência institucional, doméstica, obstétrica e reafirmando os valores culturais que as migrantes carregam e que devem ser valorizados. Foram realizadas reuniões prévias no CIC Imigrante, no Museu da Imigração e na Praça Kantuta. Ainda em 2015, a Frente de Mulheres Imigrantes participou da 9ª Marcha dos Imigrantes realizada na cidade de São Paulo.

Em 2016, a Frente se manifestou novamente no dia 8 de março. Ao longo desse ano, novos coletivos e mulheres passaram a integrar a Frente e novas reuniões foram realizadas para fortalecer sua atuação e melhor definir suas frentes de ações.

Sob essa conjuntura, o Museu da Imigração, atento à importância de registrar e compreender esse momento de crescente mobilização de mulheres vivenciado no campo da migração em São Paulo, ciente de seu papel de documentar tais experiências, propôs o projeto de História Oral “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo”.

O projeto teve início no segundo semestre de 2015 e tem como proposta central refletir sobre esse momento particular experimentado no campo migratório e produzir registros sobre as migrações contemporâneas, especialmente sobre as conquistas de espaços por parte das mulheres migrantes, bem como suas demandas, suas estratégias de mobilização e a existência de projetos liderados por mulheres.

Já foram realizadas entrevistas com oito mulheres migrantes, todas residentes na cidade de São Paulo, de diferentes idades, origens (até o momento entrevistamos mulheres de países da América do Sul, como Bolívia, Chile e Peru), e com trabalhos e projetos em distintas áreas de atuação.

Ao longo das entrevistas são abordadas questões da trajetória de vida desde o país de origem até o momento da migração, como lembranças da infância, a experiência escolar, a vivência junto à família, os motivos que levaram a migração e a escolha do Brasil como país de destino e a experiência do deslocamento. As primeiras impressões do destino também são levadas em conta, bem como estranhamentos (como a língua, alimentação, clima, costumes etc.), contatos com o país de origem e viagens de retorno, atuação profissional (no país de origem/residência anterior e no Brasil), atividades cotidianas e de lazer e os laços sociais no Brasil. Por fim, são explorados os temas da aproximação com outras migrantes, associações e coletivos que trabalham com migrações, a experiência de ser mulher migrante no Brasil, suas demandas específicas e indicações de outros projetos liderados por mulheres migrantes ou refugiadas.

Um tema que é mencionado de forma expressiva nas entrevistas é a questão da saúde da mulher migrante. Andrea Veronica Carabantes Soto, por exemplo, ressaltou a questão da gestação, afirmando que muitas mulheres têm problemas durante o parto, especialmente por diferenças de costumes no momento de ter o bebê. Mas, para além do campo cultural, ela observa a ocorrência da violência tanto obstétrica quanto no atendimento público em geral de mulheres migrantes.

Andrea Soto, participante da Frente de Mulheres Imigrantes, sentia a ausência do tema da mulher nos coletivos e organizações de migrantes até pouco tempo atrás, mas nota que a questão tem aparecido de forma cada vez mais frequente e que mais mulheres, migrantes e brasileiras, têm se preocupado em debater e atuar nesse campo. Ela procura estar presente em diferentes espaços, conferências e grupos de trabalho na cidade para enfatizar a importância da representatividade da mulher migrante. Andrea Soto resume em poucas palavras “Se, por exemplo, a gente começar a falar ao invés de ‘as brasileiras’, ‘as mulheres no Brasil’, já inclui”. Ela é integrante de um coletivo de mulheres chamado “Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas”, que é parte do

movimento humanista e trabalha, por meio da metodologia da não violência e da não discriminação, com o tema de gênero e das migrações no Brasil.

Outra integrante da “Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas” e da Frente de Mulheres Imigrantes, Jobana Moya Rodrigues, também foi entrevistada pelo projeto. Da mesma forma que a Andrea Soto, Jobana Moya sentia que o tema da mulher migrante no Brasil era, em suas palavras, “quase invisível”. Depois de tornar-se mãe aqui no Brasil, passou a refletir sobre a maternidade e sentiu a necessidade de atuar:

Então, pensei “por que não fazer algo com mulheres imigrantes?” e visibilizar um pouco essa parte da maternidade, da discriminação porque, claro, as mulheres desde o rol de mãe, trabalhadora, poucas vezes você encontra espaços onde possa ir com seus filhos e ter uma participação política. Nós sempre estamos acompanhando os esposos pero sem ter nenhum protagonismo aunque façamos tanto quanto eles.

[...]

Mas depois de ser mãe, pude perceber de outra maneira as mulheres imigrantes e compreender, claro, porque sua participação não era, assim, expressiva dentro do movimento de imigrantes. Acho que é importante esse momento, assim, de ponerme no lugar delas, de sentir na situação delas, de ver e ter as mesmas dificuldades, ter um filho. Nadie levava o filho na reunião, mas eu comecei a levar porque era como: ninguém vai negar a minha participação porque é um espaço político e eu posso ir com minha filha. Acho que a partir daí foi muito forte para mim, sentir uma mulher imigrante e sentir que, sim, isso sou e a partir daqui posso avançar e mostrar outras coisas.

A “Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas” tem um projeto para a construção de uma casa de parto. Nas palavras de Jobana Moya “uma casa-escola, escola de parto para mulheres imigrantes, mas que resgataria o melhor das culturas como um aporte para a cidade, para o Brasil nas práticas de obstetrícia, de nascimento”. Ela faz questão de apontar o direito ao voto como uma das mais importantes bandeiras de luta para se alcançar direitos no país de destino.

Patrícia Ruth Prudêncio Torrez,⁶ mais uma entrevistada para o projeto, também integrante da Frente de Mulheres Imigrantes, conheceu Jobana Moya em meio a uma manifestação de mulheres em junho de 2013. Jobana Moya chamou sua atenção por carregar uma bandeira Whipala.⁷ Nessa ocasião elas conversaram e passaram a fazer ações em conjunto com foco no tema das mulheres migrantes. Patrícia Torrez enfatiza a importância de se abordar a questão da migração feminina:

Aí você perguntou das demandas das mulheres imigrantes, são várias! E aí, as demandas das minas são que, primeiro, [...] o imaginário do imigrante ainda – por isso que a gente queria, por isso que tem o bloco das mulheres [...] – porque o imaginário da imigração é sempre o cara, está ligado? Tipo, as pessoas imaginam, têm esse imaginário do masculino, não é? Que em algumas épocas era a maioria mesmo. Hoje em dia, eu acho que chega até quase meio que equivalente, tipo, tanto mulheres quanto homens migram. Aqui na América Latina, mais mulheres migram do que homens [...] Então, aqueles problemas de documentos, aquelas coisas de legalidade, você acha que quando, tipo, existe a violência da polícia, ela só existe no corpo dos imigrantes homens. E não é verdade. As mulheres igualmente ou pior, está ligado?

Sobre a mencionada questão da documentação, ela observa:

A documentação é o que te pega, sabe? Porque você não tem nada assim, tipo, os aluguéis são mais caros, alguns serviços públicos, tipo, a gente já sabe que as meninas não conseguem fazer um pré-natal se elas não têm um comprovante de residência.

[...]

Tanto que você vê as minas sofrendo assédio, violência doméstica, estupro dentro das oficinas de costura, ficando doentes, sabe? Elas sabem que se elas denunciam a casa vai cair para todo mundo, pode acontecer deportação, essas coisas assim. Embora, às vezes, hoje em dia, a gente sabe que legalmente não é bem assim, não é? [...] Se você tem um trabalho precarizado, que você mora onde você trabalha, o quê que acontece se uma mina sofre um assédio? Um estupro lá? Ou se sua filha sofre um assédio ou um estupro lá? A quem que você vai recorrer? Você vai lá para a delegacia da mulher, que as mulheres são super mal atendidas, ou não? As minas não vão, entendeu?

Para Patrícia Torrez, quando o tema é discriminação e xenofobia, a mobilização dos migrantes tem que ser direcionada especialmente às ações do Estado:

A sociedade brasileira – a gente discute – é xenofóbica. Mas não só a sociedade brasileira. Acho que a sociedade, a sociedade civil, a gente consegue conscientizar. O que a gente não consegue conscientizar é o Estado. O Estado são fronteiras, o Estado são leis, o Estado são restrições, os imigrantes vêm mesmo para ser mão de obra de trabalho subalterno. [...] Então, essas restrições estatais, para mim,

são as que a gente luta nos movimentos de imigrantes, sabe? [...] Existem os papéis, a burocracia que vai retratar assim a xenofobia que existe no Estado.

Retomando o tema da saúde, Verônica Quispe Yujra⁸, também entrevistada para o projeto e integrante da Frente de Mulheres Imigrantes, passou a observar as desigualdades enfrentadas por mulheres migrantes à medida que foi se aproximando do movimento de migrantes e do movimento de luta pela saúde:

Existem coisas que não foram preparadas para atender mulheres, por exemplo, e que a vontade, às vezes, da gente, de nós mulheres, não é respeitada. Junto com isso, o movimento de imigração me trouxe muito forte a questão da violência. Então, esse tipo de coisa, e aí eu vi muito nos meus atendimentos, trabalhando na saúde pública e acompanhando algumas famílias, essa questão da presença da violência doméstica. E de como, se uma mulher que já é brasileira fica vulnerável a essa violência, e apesar de todo o conhecimento da liberdade e da autonomia que ela tem aqui, às vezes, não procura ajuda, comecei a perceber de como a mulher imigrante fica vinte vezes mais vulnerável. Porque além dela não ter autonomia, ela não ter liberdade de procurar ajuda, ela tem toda a dificuldade de se achar totalmente dependente do homem dentro da casa. Porque é o homem que tem outros contatos no trabalho, é o homem que faz toda a organização das contas, é o homem que representa aquela família no país. Então, é o homem que precisa assinar o documento dos filhos. Então, aí eu comecei a perceber de como, realmente, apesar de velado – naquela época para mim estava velado –, como é difícil ser mulher imigrante em outro país.

Ainda sobre a questão da saúde da mulher migrante, Verônica Yujra menciona a questão do exame Papanicolau e do parto, esse último já abordado por outras entrevistadas:

A questão da saúde da mulher também. Aqui no Brasil, em São Paulo pelo menos, o nosso cuidado, a nossa linha de cuidado em saúde está muito voltada à mulher gestante. Ou ela está gestante ou ela está levando o filho para puericultura, que são os primeiros anos. Mas voltado para mulher em si, só o Papanicolau, que eu acho que é uma das coisas que menos as mulheres bolivianas fazem. Então, assim, se percebeu que tem uma dificuldade da mulher imigrante – eu estou falando da boliviana porque é a comunidade que eu trabalhei, mas da mulher imigrante em si – tem uma dificuldade de adesão ao Papanicolau.

[...]

Mas, acho que tem essa demanda de saúde, e aí a questão do parto, não é? Que depois acabei me aproximando do movimento das Warmis [a mencionada Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas] que eu consegui entender quão violenta está essa questão do parto. É porque realmente as mulheres não falam. Eu atendi muitas, porém elas não... nunca ninguém chegou a falar para mim desse momento. Até o momento que eu fui com a Jobana [Moya] e perguntei como é que tinha sido o parto. E daí tem esse relato de choro, ela não queria cesária, da questão do sofrimento, de que não... que ela devia ter feito na Bolívia o parto porque lá não ia ser assim, porque aqui ela sofreu demais, a questão da dificuldade, por exemplo, do companheiro entrar quando não tem documento para apresentar na porta, isso é ridículo, gente! No momento do parto, às vezes, na hora da pressa você foi sem nada, não é? Então o companheiro tem que entrar, tem que entrar. Não só por ter a fragilidade de ser imigrante, acho que toda mulher tem esse direito. Mas, também por ser, porque acho que a situação ficou mais difícil.

Para ela, as demandas das mulheres migrantes passam pelas que são comuns a todos os migrantes, como a facilitação da regularização e o acesso ao aprendizado do idioma do país de destino, e por questões que acabam recaindo sob os seus cuidados, ainda que a responsabilidade devesse ser compartilhada com o companheiro – como a questão do acesso à educação no caso dos filhos. Ela observa a falta de informações como um obstáculo ao acesso a direitos:

Mas de que maneira que essa mulher migrante tem que se virar? Ela também não conhece o sistema escolar, ela não sabe onde procurar. Acho que isso é uma demanda de ter espaços que consigam apoiar elas nesse sentido. Por causa do projeto [Projeto Si Yo Puedo], penso muito na questão da demanda da alfabetização e educação das mulheres porque eu percebi, realmente, que tem um grande número de mulheres adultas que não leem nem escrevem. Acho que são as principais.

Sonia Maribel Sarmiento⁹, mais uma entrevistada pelo projeto, relatou, por sua vez, as dificuldades de aceitação do processo de migrar sozinha decorrentes do fato de ser mulher:

Olha, é, minha história é bem longa. Que quando, quando estava vindo para cá meu irmão mais velho... ele ficou magoado com a notícia, ele não queria que eu viesse pelo

fato de eu ser mulher, entendeu? Ele falou não, como se acha que você vai viajar sem conhecer, sem falar a língua, sozinha e ainda mulher, né? Ele entende desse jeito assim. Não, você é mulher não pode. Entendeu? Mas na hora eu conversei com ele e falei: vou conseguir. Mas ele não aceitou, não aceita, não é? Não aceitou. E ele falou para mim assim: vai, se você quiser vai, testa, prova, vê como que é, mas eu quero te ver aqui em seis meses. Foi a última palavra que ele me falou. Aí eu vim, esses seis meses se converteram em mais de seis anos [risos]. Mas assim, foi passando seis meses, meu irmão sempre ficava me ligando: “e aí, como você está? Você está bem?”, “Não, você é mulher, você tem que se cuidar”, é a primeira coisa que ele fala.

[...]

Mas na hora eu fiquei forte, eu falei, não, vou ficar aqui, vou trabalhar, vou estudar, vou pagar minhas contas, vou fazer tudo, por conseguir meus objetivos, não é? E o pensamento do meu irmão já mudou, porque ele viu que eu consegui muitas coisas e ele fica muito, muito surpreso. Ele me fala hoje, a ligação já não é a mesma que daqui há cinco anos atrás, já é diferente, não é? Ele me fala de outro jeito: “Como você está? Continua, você é forte, você é o exemplo da família”, a conversa já mudou.

Assim, podemos considerar que muitos dos problemas enfrentados por mulheres, que atualmente refletem a questão de gênero em nossa sociedade – como as dificuldades decorrentes simplesmente do fato de ser mulher, o pouco incentivo e o constante desencorajamento, a parca representatividade social e política, além das questões específicas relacionadas à saúde feminina e à maternidade – estão também na pauta dos debates das mulheres migrantes. Nesses casos, por sua vez, somam-se à essas dificuldades, comuns ao gênero feminino, toda uma seara de questões relacionadas ao seu deslocamento e os obstáculos e entraves da experiência de migrar.

Assim, o Museu da Imigração vê no projeto *Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo* uma importante ferramenta de divulgação e apoio aos projetos dessas mulheres, que buscam seu espaço e empoderamento por meio da migração e da mobilização política. A utilização da metodologia da História Oral, por sua vez, foi facilitadora desse processo, ao passo que permitiu conhecer nuances dessas histórias, as quais muitas vezes não temos acesso em outras formas de registro e divulgação de práticas políticas e culturais. Levando isso em consideração, traçaremos a seguir algumas breves considerações teóricas sobre esse suporte e sua inserção e trajetória nas Ciências Humanas.

Novos olhares e novas perspectivas nas Ciências Humanas

A utilização da História Oral para a pesquisa nas áreas das Ciências Humanas é uma grande conquista, ainda que mereça ser mais desenvolvida e difundida no cenário acadêmico brasileiro.

Da perspectiva da disciplina histórica, sua consolidação como fonte documental pode ser entendida por meio de toda uma trajetória científica cujas raízes nos levam ao desenvolvimento da chamada Escola dos Annales, vertente historiográfica francesa que surgiu com a publicação de um periódico denominado *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929 - ano de crises econômicas e entre guerras. Nesse contexto, um grupo de estudiosos se propôs a refletir sobre outros aspectos dos acontecimentos históricos que não aqueles puramente políticos ou centrado em grandes eventos e grandes personalidades. O interesse nas diversas camadas e estruturas da sociedade, bem como na relação com a economia, antropologia, sociologia e outras disciplinas são aspectos fundamentais que guiam até hoje os historiadores das mais diversas áreas de conhecimento (BURKE, 1997).

Uma das novas perspectivas lançadas por essa escola foi justamente à atenção a outras fontes a serem consideradas bases para a pesquisa histórica, que não somente a tradição escrita. Assim, podemos considerar que a História Oral, ainda que desenvolvida posteriormente, é herdeira direta dessa abertura de campo.

Outra corrente de pensamento histórico que consideramos um importante pano de fundo para as pesquisas baseadas na História Oral é a micro-história. Essa tendência, também herdeira da Escola dos Annales, trabalha em uma escala de observação reduzida, buscando partir do particular para compreender o todo. Realizando-se por meio de um trabalho exaustivo com as fontes, envolve etnografia, narrativa histórica, psicologia etc., contemplando o cotidiano e a mentalidade de comunidades específicas e, no geral, personalidades anônimas antes desprezadas pela historiografia tradicional (GINZBURG, 1989).

Já em uma perspectiva museológica, Ulpiano Bezerra de Meneses (1997) afirma que a ação de rememorar se relaciona com o universo tanto das palavras quanto das coisas; assim, a cultura material pode ser uma aliada na busca por marcas específicas da memória. Mas cabe observar que a intersecção entre História Oral e museus não passa somente pela questão dos objetos e artefatos como fontes da memória. As memórias pessoais trazem uma riqueza de detalhes e minúcias raramente encontradas em outras fontes. É uma descrição densa de acontecimentos, lembranças, fotos históricas, sentimentos e ações que nos permite uma compreensão ampla dos processos, tanto coletivos quando individuais. No caso dos museus, o interesse nesses relatos é genuíno por permitir preencher lacunas deixadas pelas coleções e as pesquisas em torno delas.

A realização de entrevistas com pessoas comuns é, assim, muito relevante para um estudo da história da vida privada, do cotidiano e das mentalidades no

âmbito do museu (Cf. ARIÈS, 1990; VAINFAS, 1996; VAINFAS, 1997). A atualização da agenda de pesquisa dos museus com a inserção desses campos de estudo permite uma visão muito mais completa dos processos históricos. A história dos vencidos, por sua vez, foi uma vertente de estudos bastante em voga nas últimas décadas no século XX que também abriu as portas para o estudo de personagens anônimos, minorias e grupos marginalizados (Cf. MELLO e SOUZA, 1982), como, por exemplo, as mulheres.

Esses inúmeros caminhos nos levaram também a uma perspectiva de gênero, fundamental na elaboração do projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”. A construção de gênero e a construção da identidade (tanto coletiva quanto individual) da mulher foram levadas em conta nesse projeto e seu desenvolvimento, bem como a produção e reprodução de papéis sociais e o empoderamento por meio da experiência da migração e da mobilização política.

No caso específico do Museu, essas questões tornam-se ainda mais pertinentes ao passo que se relacionam com a responsabilidade do museu como transformador social (MENESES, 1993). Colocar a população e as comunidades que dialogam diretamente com ele – nesse caso, as e os migrantes – em contato com sua história e seus processos o faz consciente de sua própria identidade e de seu papel enquanto instituição cultural. Nessa direção, Ulpiano Bezerra de Meneses (1993, p.213) afirma: “julgo que seria obrigação primordial dos museus, não fornecer o ‘típico’ para consumo, mas condição para que se possa entender como numa sociedade se constrói essa tipicidade, como se formulam os diversos lugares sociais”.

Assim, a História Oral, somada a uma perspectiva de estudo do ponto de vista das mulheres, fornece ao Museu subsídios para atender as demandas do presente – função fundamental dessa instituição –, relacionando-o com seu patrimônio, material e imaterial. Criam-se, dessa forma, condições para o entendimento das identidades de uma maneira ampla e rica, suas articulações e enfrentamento, mudanças, continuidades e formas de expressão, sem reforçar estereótipos ou funcionar como um mero refúgio simbólico de determinada cultura.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo uma amostra do projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”, ainda em desenvolvimento e que busca o registro e conhecimento de experiências de mulheres que protagonizam um movimento cada vez mais forte no Brasil.

O objetivo do presente trabalho foi apresentar as questões em torno do tema das mulheres migrantes por meio das reflexões geradas pelo projeto de História Oral ora abordado, suas experiências relacionadas à mobilidade humana na contemporaneidade, seu envolvimento político e as diversas

formas de manifestação e transformação de suas culturas e identidades a partir da experiência migratória, entendida aqui como um processo dinâmico, em constante andamento e que necessita reflexões cotidianas e atualizações recorrentes.

Por fim, cabe um especial agradecimento a todas as mulheres participantes do projeto que, com grande receptividade à iniciativa, se dispuseram a compartilhar e registrar suas experiências.

Notas

¹ As entrevistas estão disponíveis nos seguintes suportes: VHS, DVD, Fita cassete (k7), fitas U-Matic e digital ISO e MP4 (formato audiovisual) e depoimentos transcritos (em formato digital e bibliográfico).

² Como exemplo, podemos destacar que o Museu da Imigração, em a parceria e no espaço do Museu da Diversidade Sexual, realizou uma pequena exposição - "Mulheres imigrantes em São Paulo: histórias e movimentos" - apresentando uma pequena amostra do seu Projeto de História Oral "Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo" na Semana dos Direitos Humanos de iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, em dezembro 2015.

³ Outro exemplo foi uma ação no dia 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, envolvendo a publicação de textos e vídeos no Blog do Centro de Preservação, Pesquisa e Referência (CPPR) (cf. <<http://museudaimigracao.org.br/oito-de-marco-mais-um-dia-de-luta-sobre-mulheres-e-migracoes-em-sao-paulo/>>) e no Facebook do Museu da Imigração utilizando como base o conteúdo desse mesmo projeto de História Oral.

⁴ A edição do vídeo é realizada em seu caráter mais simples, para melhorar a qualidade da imagem, cortar eventuais intervalos, inserir nome do entrevistado e do projeto etc. Não realizamos qualquer edição de conteúdo, a não ser mediante solicitação expressa do entrevistado.

⁵ Seguimos, entre outras, a metodologia proposta por MEIHY, 2005 e MEIHY, HOLANDA, 2009. Lembramos ainda que História Oral é uma manifestação subjetiva em que é gerada uma narrativa criada a partir de experiências pessoais. Assim, o entrevistado deverá ter liberdade para escolher o que contar sobre sua experiência de vida de acordo com sua necessidade e condições.

⁶ Patrícia faz parte do projeto Mujeres Tejiendo e do projeto da criação de uma biblioteca comunitária na praça Kantuta.

⁷ Nas palavras de Patrícia Torrez "A Whipala é aquela bandeira colorida, parece um arco-íris um pouco assimilado com as cores do LGBT, assim, vários quadradinhos. Na Geografia eu aprendi que você junta quatro Whipalas fica um mapa, um mapa de agricultura, é um mito também, né? É cada cor, ou as derivações de cores, ou elas significam o que a galera fala das entidades, mas assim, hoje em dia, o que ela significa são os povos andinos. Então, são os povos todos que frequentaram mesmo, né? Tem desde os Guaranis, os Quéchuas, Aymarás. Aí os Quéchuas e Aymarás de todos os lugares, né? O Quéchuas do Equador é totalmente diferente do Quéchuas da Bolívia, né?".

⁸ Ela tem mestrado e doutorado (em andamento) na área da saúde. Fundou o Projeto “Si, Yo Puedo” com o intuito de democratizar informações diversas aos migrantes, como o acesso ao ensino público no Brasil.

⁹ Ela migrou sozinha para São Paulo aos 23 anos de idade. É formada em Turismo e Hotelaria, mas está enfrentando dificuldades para revalidar o seu diploma. Mesmo assim, trabalha na cidade com turismo e hotelaria e, na época da entrevista, em agosto de 2015, era voluntária do Projeto “Si, Yo Puedo”.

Referências

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.153- 176.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como pensar e como fazer*. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO e SOUZA, Laura de. “Introdução”. In: _____. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MENESES, Ulpiano Bezerra. “A problemática da identidade cultural nos museus. De objetivo (de ação) à objeto (de conhecimento)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova série, n.1, 1993.

_____. “Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo. v. 2, p. 9-42, jan.- dez. 1994.

_____. “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n.18, 1997.

RODRIGUES, Jobana Moya. *Projeto de História Oral do Museu da Imigração: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*. [fev. 2016]. Entrevistador: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

SARMIENTO, Sônia Maribel. *Projeto de História Oral do Museu da Imigração: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*. [ago. 2015]. Entrevistador: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

SOTO, Andrea Veronica Carabantes. *Projeto de História Oral do Museu da Imigração: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*. [jul. 2015]. Entrevistador: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

TORREZ, Patrícia Ruth Prudencio. *Projeto de História Oral do Museu da Imigração: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*. [dez. 2015]. Entrevistador: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

VAINFAS, Ronaldo. "História da vida privada. Dilemas, paradigmas, escala". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.Sér., v.4, p.9-27, jan.-dez.1996.

_____. "História das mentalidades e História cultural", In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997:127-162.

YUJRA, Verônica Quispe. *Projeto de História Oral do Museu da Imigração: Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no Estado de São Paulo*. [fev. 2016]. Entrevistador: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar o Projeto de História Oral do Museu da Imigração intitulado "Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo", que teve início em julho de 2015. Desde então já foram realizadas entrevistas com oito mulheres migrantes, todas residentes na cidade de São Paulo, de diferentes idades, origens (até o momento entrevistamos mulheres de países da América do Sul, como Bolívia, Chile e Peru), e com trabalhos e projetos em diversas áreas de atuação. O projeto foi elaborado a partir da observação de uma crescente mobilização e conquista de espaços, especialmente nos últimos anos, por parte das mulheres migrantes na cidade de São Paulo. A proposta é refletir sobre o processo migratório e a experiência da mobilidade da perspectiva feminina e de gênero.

Palavras-chave: História Oral, mulheres migrantes, São Paulo-Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the Oral History Project developed by Museu da Imigração entitled "Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo" [Women in movement: migration and women's mobilization in the state of São Paulo], which began in July 2015. Since then have been accomplished interviews with eight women migrants, all residents in the city of São Paulo, of different ages, backgrounds (so far, women from countries in South America, such as Bolivia, Chile and Peru), with works and projects in various areas. The project was developed from an observation of a growing mobilization and conquest of space by these women, especially in recent years, in the city of São Paulo. The proposal is to reflect on the migration process and the mobility experience in a women's and gender perspective.

Key words: Oral History, migrant women, Sao Paulo-Brazil

Vivencias discriminatorias según colombianas y paraguayas radicadas en Ecuador y Brasil

*Elizabeth Ruano**
*Patrícia Nabuco Martuscelli***

Introducción¹

Según informaciones de la Organización de las Naciones Unidas, en el año 2013 de los 242 millones de inmigrantes internacionales las mujeres representaron un porcentaje de 48% colocando en destaque el fenómeno de la feminización de las migraciones. Sin embargo, ese número no revela las especificidades de esa dinámica social, las privaciones y probaciones que las inmigrantes enfrentan todos los días para realizar sus proyectos migratorios. Con el objetivo de analizar esa situación, en este artículo se retoman las respuestas de migrantes colombianas y paraguayas que migraron a Ecuador y Brasil, respectivamente buscando explorar la sobre posición de situaciones de discriminación, principalmente por razones de género y estatus migratorio.

Los datos empíricos aquí analizados provienen del proyecto de investigación “Mujer Migrante: Agente de resistencia y transformación”, realizado por el *Centro Scalabriniano de Estudios Migratorios (CEM)*, entre 2011 a 2012². Esa investigación buscó destacar la transversalidad de las dimensiones afectiva, profesional y social en los proyectos migratorios. Al privilegiar a las mujeres como sujeto de investigación se asumió la centralidad de la dimensión de género, como principio clasificatorio que, en conjunto con otras categorías, configura y atraviesa las vivencias migratorias (CEM, 2014). Esa dimensión también será determinante para analizar la inserción laboral, puesto que las migrantes son reclutadas para tareas específicas en el marco de la división internacional del trabajo (DUTRA, 2013b).

Las inmigrantes que participaron de ese proyecto fueron contactadas por integrantes de la comunidad Scalabriniana, esa opción buscó facilitar la accesibilidad y explorar el vínculo de confianza pre-existente en el ámbito del

* *Doctora en Ciencias Sociales. Profesora Visitante CEPPAC-UnB. E-mail: elizabeth@unb.br*

** *Candidata a doctora en Ciencia Política en la Universidad de São Paulo. Becaria CAPES. E-mail: patnabuco@gmail.com*

trabajo socio pastoral (DUTRA, 2013b). La recolección de la información fue mediada por la aplicación de un cuestionario integrado por preguntas abiertas (82%) y cerradas (18%) sobre la familia, el trabajo, el acceso a servicios públicos en el país de destino, las políticas migratorias en origen y destino y las posibilidades de retorno. Los cuestionarios fueron aplicados por diferentes investigadores en cada caso (DUTRA, 2013a).

El análisis que aquí se presenta se construyó a partir de las respuestas ofrecidas por 43 inmigrantes, de las cuales 20 con paraguayas radicadas en São Paulo (Brasil) y 23 con colombianas radicadas en las ciudades de Quito, Ibarra, Lago Agrio y San Lorenzo (Ecuador³). Se adoptó un recorte temático a partir de las respuestas para las siguientes preguntas: ¿ser mujer y extrajera dificulta encontrar un empleo? ¿Usted se siente discriminada en su trabajo por ser mujer extranjera? Además de otras afirmativas para preguntas como: ¿cuáles dificultades encuentra al buscar empleo? y ¿qué le diría a una persona que planea migrar?

Sobre el perfil de las migrantes colombianas, se observó que ninguna se declaró analfabeta, 56% declararon los siguientes niveles de escolaridad: 26% declararon poseer educación superior completa, 17% solamente bachillerato y 13% solo básica primaria. El 44% restante declaró haber interrumpido sus estudios, es decir no concluyeron su formación escolar. 57 % de las informantes se encuadraban en el rango de 20 a 30 años de edad. Entre 31 a 40 y 41 a 50 años, 17% y 17% respectivamente. En el rango de 51 a 60 años, se ubican 9% del total.

Cuadro 1. Análisis comparado del perfil de las informantes: edad y escolaridad – porcentaje (%)

Nacionalidad	Rango de edad					Escolaridad (completo)		
	Menos de 18	19 -30	31-40	41-50	+ 50	Primaria	Secundaria	Superior
Colombia	-	57 %	17%	17%	9%	13%	17%	26%
Paraguay	10%	90%				35%	45%	20%

Fuente: elaboración propia

Entre las informantes paraguayas, 20% declararon poseer educación superior completa, 45% solamente bachillerato completo y 35% solo básica primaria completa. 90% se encontraban entre 20 y 30 años de edad, 10% declararon ser menores de edad, con 17 años. Ese dato confirma la tendencia destacada en las migraciones femeninas paraguayas, formada principalmente por mujeres jóvenes menores de 30 años. Del total de migrantes paraguayos en el mundo, 55% son mujeres menores de 25 años (DUTRA, 2013a). Comparando el rango de edad entre las inmigrantes colombianas y paraguayas se observa la

concentración de estas últimas entre menos de 18 hasta 30 años. De otro lado, entre las colombianas se observa que se distribuyen mejor en otros intervalos de edad, sin embargo, el porcentaje también es mayor en el rango entre 19 a 30 años, alcanzando un total de 57%.

La relevancia del análisis presentado en este artículo puede ser justificada en dos niveles. En primer lugar, las afirmativas individuales ofrecidas por las inmigrantes en estudio ganan otros contornos, de significado y merecimiento, cuando son analizadas conjuntamente, aspecto que permite proyectar el debate y superar los límites de los casos estudiados. En segundo lugar, conviene destacar la contribución de los casos singulares para la comprensión de feminización de las migraciones internacionales como fenómeno universal. La bibliografía (SALA, 2005; CORTES y SILVA, 2014; PROFIT, 2015; BENALCAZAR, 2004; ORTIZ y KAMINKER, 2015) explorada en los siguientes ítems, mostró que la feminización de la pobreza es un fenómeno relevante en Colombia y Paraguay, datos oficiales indican porcentajes significativos de 30 y 55% respectivamente.

Este artículo se divide en cuatro secciones, incluyendo la introducción y la conclusión. La primera sección revisa conceptualmente la discriminación negativa en dialogo con una breve revisión de los instrumentos de Derecho Internacional que abordan la temática de la discriminación contra las mujeres migrantes. La tercera sección analiza comparativamente las respuestas obtenidas y enfatiza las modalidades de discriminación vivenciadas por inmigrantes colombianas y paraguayas que participaron de la investigación ya mencionada.

Breve revisión conceptual: discriminación negativa y mujeres inmigrantes

En los estudios sobre discriminación se destacan dos tipos: la positiva y la negativa (CASTEL, 2008). La primera basada en la inclusión, defiende políticas de tratamiento diferenciado con base en características y atributos individuales o colectivos. Tiene por presupuesto que las personas objeto de esas políticas puedan acceder en condiciones de equidad a los mismos derechos garantizados a las personas o grupos que no tienen necesidad de ese tratamiento especial. Por otro lado, la discriminación negativa se sustenta en prejuicios, estereotipos y estigmas hacia ciertas particularidades identitarias del *otro*, sean individuos o grupos sociales.

Según Castel (2008), la discriminación negativa⁴ marca a sus víctimas, de modo casi indeleble, como poseedoras de defectos que los tornan objeto de estigmatización. Ser discriminado negativamente significa ser asociado a un destino que toma como base una característica que no se eligió, pero que el *otro* la acciona en la forma de un estigma. La discriminación negativa es la instrumentalización de la alteridad y opera mediante tratamientos diferenciados para descalificar. Constituida en favor de la exclusión y calcada en la desigualdad, se alimenta de estereotipos y prejuicios. Entre los inmigrantes es conocido el imaginario que los torna “chivos expiatorios” y los encuadra como ‘enemigos’

de la seguridad nacional, 'ladrones' de empleos y 'causantes' del crecimiento de la violencia y del desempleo. Esos prejuicios acentúan las condiciones de vulnerabilidad de esos grupos minoritarios en contextos nacionales.

La discriminación negativa mantiene diferenciaciones injustas y arbitrarias, a veces constantes en el tiempo y que pueden traducirse en impedimentos para la interacción social entre aquellos considerados iguales y los diferentes. Las acciones materiales o intelectuales que incentivan el trato discriminatorio pueden presentarse en momentos específicos, pudiendo, la mayoría de las veces limitarse a comentarios, actitudes o expresiones negativas. En algunos casos, la persona discriminada no logra siquiera percatarse o asumirse como víctima de esas prácticas (SÁNCHEZ; HERNÁNDEZ; PÉREZ, 2007).

Las mujeres inmigrantes sufren discriminación negativa por condiciones de estatus migratorio, género, cultura, religión, idioma, nacionalidad y fenotipo. Esa vulnerabilidad en contextos migratorios es agudizada por las dificultades para regularizar su estatus en los países de destino. Migrantes en situación irregular se constituyen en albos principales de discursos y acciones xenofóbicos. Conforme organizaciones internacionales (ILO; IOM; ORCHR, 2001), la situación irregular incide en que los abusos y la discriminación no sean denunciados, manteniéndose invisible e imposibilitando la generación de estrategias de mitigación.

Las respuestas de las migrantes paraguayas y colombianas permiten constatar que sus experiencias migratorias son atravesadas por diferentes tipos de discriminación. El sufrimiento de esos diferentes tipos por una sola persona puede ser mejor comprendido a partir del concepto de interseccionalidad (CRENSHAW, 2004; DUTRA, 2013b). El cruzamiento de clase, género, origen social y étnico permite problematizar que las trabajadoras inmigrantes son más vulnerables socialmente en comparación con las mujeres nativas y los hombres inmigrantes.

Parella (2003) enfatizó la discriminación sufrida por las mujeres inmigrantes en las sociedades de destino definiéndola en términos comparativos y revelando una brecha significativa entre los patrones de vida de las mujeres autóctonas y de las migrantes. En ese estudio, variables de clase, género y etnicidad afectan negativamente la vinculación de las migrantes al mercado de trabajo. Esos condicionantes, conjugados con el acceso desigual a recursos materiales, conforman un ciclo que nutre y perpetúa la vulnerabilidad femenina en contextos migratorios.

Según el informe del Comité de las Naciones Unidas para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer (CEDAW, sigla en inglés), la discriminación se nutre de las directrices de las políticas inmigratorias restrictivas. Los discursos y acciones gubernamentales que clasifican a los inmigrantes como 'ilegales' o 'criminosos' refuerzan el encuadramiento común como sospechosos que amenazan la seguridad de los Estados nacionales. Ese informe también destacó que mujeres y hombres inmigrantes sufren la discriminación de maneras diferenciadas (CEDAW, 2008).

Dicho informe caracterizó la vulnerabilidad enfrentada por las mujeres inmigrantes revelando que ellas enfrentan mayores restricciones para obtener informaciones sobre migraciones internacionales, derechos y deberes en los países de destino. Algunos gobiernos aún imponen restricciones para el acceso femenino a determinados empleos, basándose en los roles tradicionales femeninos inaugurados por la división internacional del trabajo basada en la desigualdad de género. Esas prácticas actualizan la violencia de género, la feminización de la pobreza y del *mercado* migratorio (CEDAW, 2008).

Adicionalmente los ambientes de trabajo generalmente no son sensibles a las situaciones de género y niegan la movilidad profesional a las mujeres. Los sectores que demandan fuerza de trabajo femenina ofrecen alto riesgo a sufrir diferentes formas de abuso. El trabajo doméstico, de cuidado y algunas formas de entretenimiento en el mercado informal, tienden a ignorar las protecciones legales del trabajo, es decir no garantizan derechos o protección social. La discriminación contra las trabajadoras migrantes se traduce también, en algunos casos, en salarios menores, inclusive algunas no son remuneradas, otras reciben salarios en atraso o solamente mediante la intervención de un hombre familiar (CEDAW, 2008).

Las trabajadoras inmigrantes son más vulnerables a violencia física, abusos y asedios sexuales en el ambiente de trabajo. La inserción de las trabajadoras domésticas ofrece mayor vulnerabilidad a abusos físicos, tratamientos crueles, privación del sueño y de alimentos y limitadas a espacios precarios e insalubres. El asedio sexual contra las migrantes que trabajan en haciendas e industrias es un fenómeno observado en todo el mundo. Inmigrantes en situación irregular son particularmente vulnerables porque su estatus migratorio exacerba el riesgo y potencializa situación de discriminación (CEDAW, 2008).

De la mano de los abusos sexuales se evidencia riesgos de salud a los cuales los hombres migrantes están expuestos en menor grado. Por tanto, ellas necesitan servicios de salud reproductiva que no siempre son gratuitos y que la mayoría no pueden pagar. Adicionalmente el no dominio del idioma local, los costumbres diferentes o el estatus migratorio son causas de discriminación cuando demanda servicios de salud. El embarazo puede constituir una razón para perder el empleo, sin garantía de sus derechos laborales. Se conocen casos de abortos coercitivos o provocados por ausencia de servicios de salud oportunos. En algunos países, mujeres migrantes pueden ser forzadas a hacer pruebas de embarazo y en caso positivo ser deportadas (CEDAW, 2008).

De acuerdo con Gutierrez (2014), las diferentes formas de discriminación negativa sostienen injusticias, indignidades, jerarquías, dominaciones y opresiones. En respuesta a la amplitud perversa de la discriminación y de los múltiples factores de riesgo, la comunidad internacional promulgó algunos instrumentos en el ámbito del Derecho Internacional. El reconocimiento oficial de esos tratados internacionales es importante porque defiende los derechos de todos los seres humanos independientemente de su estatus migratorio. En

seguida se abordan brevemente los alcances y limitaciones de esos instrumentos en los países objeto de este trabajo, Colombia, Paraguay, Ecuador y Brasil.

El principio de derechos independientemente del estatus migratorio nortea los tratados que se describen en seguida: convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer (CETFDCM), de 1979; Convenio nº 97 de 1949 relativo a los trabajadores migrantes; Convención sobre el Estatuto de los Refugiados de 1951 y la Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares de 1990.

El siguiente cuadro muestra comparativamente a los cuatro países, de origen y destino de las migrantes en estudio. Se observa que Ecuador firmó los cuatro tratados en análisis. Colombia y Paraguay no son signatarios de la Convención nº 97. Brasil aún no es signatario de la Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares. Importante destacar que la distancia entre las fechas de promulgación en el ámbito internacional y la posterior ratificación nacional sugiere tensiones y barreras, de naturaleza política, económica y burocrática, principalmente, en torno de los procesos de validación de dichas normativas en los ámbitos nacionales. Esos entabes deben ser colocados en relevancia para analizar la persistencia de los desafíos en relación al impacto de dichos tratados.

La revisión sumaria aquí descrita destaca que los tratados internacionales defienden como presupuesto que la adhesión, mediante la firma, de los países miembros crea un ambiente favorable para impactar significativamente el fenómeno de la discriminación experimentada por los inmigrantes en general y por las mujeres en particular. Sin embargo, es un hecho que un fenómeno de tal magnitud no se supera apenas con ese tipo de estrategia. Los límites de dichos tratados colocan en destaque desafíos mayores como los entabes de la acción estatal para garantizar derechos ciudadanos a los migrantes.

Cuadro 2. Países signatarios de los tratados internacionales sobre migración femenina

País	Tratados internacionales			
	Convención nº 97, relativa a los trabajadores migrantes (1949).	Convención sobre el Estatuto de los Refugiados (1951)	Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer (1979).	Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares (1990)
Brasil	1965	1960	1984	-
Colombia	-	1961	1982	1995
Ecuador	1978	1955	1981	2002
Paraguay	-	1970	1987	2008

Fuente: elaboración propia.

En los tratados aquí analizados el término discriminación destaca fenómenos sociales dinámicos que remiten al sentido ofensivo y de menosprecio en situaciones históricamente definidas. La Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948) refirió ese término de manera pionera, enriqueciéndolo al destacar el trato desigual, las causas que la originan y la diversidad de consecuencias que genera. Los cuatro tratados internacionales aquí citados constituyen un importante avance, un marco de referencia para todos los países. Sin embargo, solamente lograrán potencializar sus efectos si los países signatarios direccionan esfuerzos para defender y aplicar dichas reglamentaciones.

La CEDAW (2008) es uno de los tratados de derechos humanos más ratificado en el mundo, actualmente cuenta con 189 Estados partes. Brasil es signatario desde el 1º de febrero de 1984, Colombia desde el 19 de enero de 1982, Ecuador desde el 9 de noviembre de 1981 y Paraguay desde el 6 de abril de 1987⁵. En su artículo 1º, define como discriminación toda distinción, exclusión o restricción basada en el sexo que tenga por objeto o resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce o ejercicio por la mujer, independientemente de su estado civil, sobre la base de la igualdad del hombre y la mujer, de los derechos humanos y las libertades fundamentales en las esferas política, económica, social, cultural y civil o en cualquier otra esfera.

Este convenio obliga a los Estados signatarios a adoptar medidas concretas para eliminar la discriminación contra las mujeres nacionales e inmigrantes, independientemente de su estatus migratorio. Por eso, tiene el potencial de garantizar derechos adicionales para las trabajadoras migrantes. En el artículo 6º, expresa que los Estados firmantes tomaran todas las medidas para “suprimir todas las formas de trata de mujeres y explotación de la prostitución de la mujer”. El artículo 11º orienta hacia “eliminar la discriminación en la esfera del empleo a fin de asegurar a la mujer, condiciones de igualdad con los hombres”. El artículo 12º ordena “eliminar la discriminación contra la mujer en la esfera de la atención médica”. El artículo 13º dictamina “eliminar la discriminación contra la mujer en otras esferas de la vida económica y social”. Todas esas recomendaciones se aplicadas facilitarían la integración de las mujeres migrantes en las sociedades de destino.

El Convenio n° 97 de 1949, en el ámbito de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), constituye el primer marco internacional más específico sobre esa temática. Prohíbe la discriminación contra los inmigrantes con respecto a nacionalidad, raza, sexo o religión. Aborda asuntos como remuneración, pensiones, horas de trabajo extra, vacaciones remuneradas, salario mínimo, restricción para llevar trabajo para casa, aprendizaje y capacitación, seguridad social, impuestos, tasas, contribuciones y procedimientos legales. Brasil lo ratificó el 18 de junio de 1965 y Ecuador el 05 de abril de 1978. Colombia y Paraguay no son signatarios de esa Convención⁶, no en tanto, estas normativas se aplican a nacionales de estos países que viven en Estados partes como Brasil e Ecuador.

La Convención sobre el Estatuto de los Refugiados de 1951 está basada en dos principios: la no devolución de las personas a los lugares donde sus vidas y libertades estaban amenazadas y la no discriminación entre nacionales y refugiados o solicitantes de refugio. Los Estados signatarios se comprometen a combatir, en su territorio nacional, cualquier forma de discriminación contra los refugiados. El artículo 3 reza: “los Estados Contratantes aplicarán las disposiciones de esta Convención a los refugiados, sin discriminación por motivos de raza, religión o país de origen”. Este tratado internacional fue ratificado por Brasil el 16 de noviembre de 1960, por Colombia el 10 de octubre de 1961, por Ecuador el 17 de agosto de 1955 y por Paraguay el 1º de abril de 1970.

La Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares de 1990 objetiva garantizar protección contra todas las formas de racismo y xenofobia. Este tratado entiende a los trabajadores migrantes como entidades sociales con familias y derechos que están desprotegidos en los países de tránsito o de destino. Pretende prevenir y eliminar la explotación, estipulando estándares mínimos de protección que deben ser garantizados por los Estados signatarios. El artículo 7º afirma que:

Los Estados Partes se comprometerán, de conformidad con los instrumentos internacionales sobre derechos humanos, a respetar y asegurar a todos los trabajadores migratorios y sus familiares que se hallen dentro de su territorio o sometidos a su jurisdicción los derechos previstos en la presente Convención, sin distinción alguna por motivos de sexo, raza, color, idioma, religión o convicción, opinión política o de otra índole, origen nacional, étnico o social, nacionalidad, edad, situación económica, patrimonio, estado civil, nacimiento o cualquier otra condición.

El artículo 25º prohíbe la discriminación en el mercado de trabajo indicando que “los trabajadores migratorios gozarán de un trato que no sea menos favorable que el que reciben los nacionales del Estado en lo tocante a empleo, remuneración y a otras condiciones de trabajo”. Los artículos 43º y 46º garantizan que los trabajadores migratorios y sus familiares gozarán de igualdad de trato en relación al acceso a educación, servicios sociales, de salud, vida cultural y participación. Según el artículo 67º, los Estados deben proveer sanciones contra personas o grupos que usen violencia contra los trabajadores migrantes y sus familiares, que los empleen en condiciones irregulares, los amenacen o los intimiden. Tres de los cuatro países objeto de este artículo adoptaron esta Convención, Colombia (desde el 24 de mayo de 1995), Ecuador (desde el 5 de febrero de 2002) y Paraguay (desde el 23 de septiembre de 2008). Brasil aún no la ha ratificado.

Conviene destacar que los instrumentos internacionales aquí citados definen la discriminación como distinciones u omisiones que imposibilitan,

directa o indirectamente, de manera deliberada o no, el ejercicio igualitario de los derechos humanos y de las libertades fundamentales en la vida civil, política, social, económica o cultural. Tal comprensión es fundamental para insistir en la relación entre discriminación y vulnerabilidad de las mujeres migrantes.

Desde los años 1970, es creciente el número de mujeres que migran al exterior en busca de mejores oportunidades y empleos. En 2005, más de 90 millones de mujeres se encontraban en países distintos a su lugar de origen (CALAVITA, 2006). Según Dutra (2013b), la feminización de las migraciones internacionales puede ser explicada a partir de los siguientes factores: primero, los cambios demográficos. Segundo, la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo que condujo a la delegación de las actividades domésticas y de cuidado, principalmente, en las trabajadoras inmigrantes. Tercero, la presión poblacional, el desempleo y las crisis económicas. Cuarto, la formación de redes migratorias intencionales basadas en lazos de familia, cultura e historia. Según la CEDAW (2008), la violencia de género, los desastres naturales y los conflictos armados también incentivan las migraciones femeninas.

Assis y Kosminsky (2007) argumentan que las migraciones femeninas son invisibilizadas en los estudios migratorios donde la categoría migrante es teóricamente género-neutra. Así los estudios sobre mujeres migrantes no deben apenas mostrar como ellas contribuyen económica y socialmente para sus hogares y países de origen, más también que el proceso migratorio cambia las relaciones, identidades y discursos de género. El análisis de las respuestas de las inmigrantes en cuestión invita a que las entendamos como agentes de su proceso migratorio a pesar del género ser una categoría que motiva la discriminación en dichos contextos.

Como trabajadoras migrantes, contribuyen significativamente en la composición del ingreso familiar, colocando en relieve cierta redefinición de su lugar en las relaciones familiares y de género. Esas reconfiguraciones revelan la centralidad de las remesas económicas en los proyectos migratorios femeninos y la vulnerabilidad de las mujeres que, en muchos casos, aceptan empleos y salarios precarios para garantizar sus ingresos (BOTEGA; RUANO, 2015). Esas variables las condicionan a aceptar trabajos abusivos demarcando su experiencia migratoria en la vulnerabilidad (DUTRA, 2013b).

Para los objetivos de este artículo, conviene citar que las profesiones ocupadas por las migrantes latinas, en origen y destino, se insieren en el sector terciario. Principalmente en el segmento de cuidados – empleadas domésticas; babas; cuidadoras de ancianos – y servicios, y en menor proporción en la industria y agricultura (VILELA; NORONHA, 2013). El sector terciario como espacio laboral es marcadamente heterogéneo, coexisten segmentos que ofrecen condiciones laborales dignas y los llamados de “supervivencia” – comercio y servicios personales – por su acentuada precarización. Esas evidencias remiten a otros fenómenos sociales como la tercerización del mercado de trabajo, el envejecimiento de la población y el crecimiento de los servicios de cuidado (ARIZA, 2008).

Dutra (2013b) defiende que la división internacional y sexual del trabajo ofrece una salida mediante la mercantilización de las tareas domésticas y de cuidado. Pero dicha alternativa es simultáneamente una encrucijada que niega a las mujeres oportunidades de formación, educación y de movilidad social en los países de destino. Por un lado, es evidente la inserción de las mujeres migrantes en empleos que no están disponibles para los hombres migrantes. En ese sentido, las migraciones pueden presentarse como oportunidades de empoderamiento económico y participación social para las inmigrantes.

Vivenciando la discriminación a partir de la perspectiva de inmigrantes colombianas y paraguayas

Para contextualizar el análisis de las respuestas en cuestión se presenta una breve revisión de los flujos migratorios en estudio, Paraguay-Brasil y Colombia-Ecuador. La migración paraguaya para el Brasil se remonta al siglo XIX, configurándose como uno de los grupos pioneros de inmigrantes latinoamericanos (PERARO, 2003). El gobierno Solano López (1827-1870) y los contextos sociopolíticos de la segunda mitad de ese siglo, destaque para la Guerra de la Triple Alianza, demarcan la inmigración con repercusiones que alcanzaron al siglo XX. Según Profit (2015), las trayectorias migratorias que circulan entre esos dos países se inscriben en dinámicas de flujos y contra flujos, en escala local, regional, nacional y transnacional.

En el Censo brasileño (IBGE, 2000), 61.357 personas declararon nacionalidad paraguaya. Según Sala (2005), en el año 2000, la inmigración paraguaya hacia Brasil fue equivalente al 27,8% del total de inmigración procedente de países del Cono Sur. En 1980, ese porcentaje era de 17,5 %. Para el año 2010, el consulado de Paraguay estimó un total de 200 mil paraguayos radicados en Brasil. Datos de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) revelan que, en 2011, 12% de la población paraguaya había emigrado. Brasil y Estados Unidos se ubican como el tercer⁷ destino, recibiendo menos de 10% del total de los inmigrantes paraguayos. Conforme Zavattiero (2013), entre 2009 a 2013, 55% del total de inmigrantes paraguayos eran mujeres jóvenes, en su mayoría, provenientes del área rural⁸.

Cortes y Silva (2014) afirman que la dinámica reciente de la inmigración paraguaya hacia Brasil es impulsada por la demanda de mano de obra de la industria de confección, particularmente en São Paulo y su región metropolitana. Los autores destacan los siguientes elementos como factores que incentivan la inmigración paraguaya: relativa facilidad para ingresar en Brasil; bajo costo y mínimo riesgo para cruzar la frontera, oportunidades de empleo en el sector de confección, que, en algunos casos, ofrece hospedaje y alimentación. En el año 2009, los inmigrantes paraguayos con estatus migratorio irregular se consolidaron como la cuarta nacionalidad con mayor número de procesos regularizados en el ámbito del Proyecto de Ley n° 1.664/07 o Ley de Amnistía Migratoria (Ley n° 11.961) aprobada en 2009.

Según Sala (2005), la vulnerabilidad de las inmigrantes paraguayas remite a su baja escolaridad y a su inserción en empleos de mala calidad, principalmente en el sector de trabajo doméstico y como vendedoras en el sector de comercio. De acuerdo con Vilela (2011), en el mercado de trabajo brasileño, los migrantes latinos encuentran mayores desventajas en comparación con los trabajadores nativos blancos. Los paraguayos, en particular, enfrentan condiciones de trabajo peores en relación a los trabajadores brasileños en general.

Según Profit (2015), las particularidades socioeconómicas de cada núcleo familiar orientan la negociación de responsabilidades en los proyectos migratorios de los paraguayos que migran para Brasil. Condicionantes de orden sociodemográfico como edad, género, escolaridad, experiencia laboral y migratoria se tornan dispositivos que determinan la función de cada miembro familiar en el emprendimiento de inmigración. Los acuerdos construidos por esas familias entorno de la inmigración, en primer lugar, buscan incrementar el ingreso familiar. Adicionalmente determinan responsabilidades en lo relacionado al cuidado de los niños y ancianos, en origen, y a establecer estrategias de apoyo en el local de destino.

De otro lado, la historia del flujo migratorio entre Colombia y Ecuador se encuadra en relaciones dinámicas en torno de la frontera. Del lado colombiano está compuesta por los departamentos de Nariño y Putumayo. Las provincias de Esmeraldas, Carchí y Sucumbíos conforman el trecho ecuatoriano. De acuerdo con Morales, Wing-Ching y Acuña (2010), esa línea divisoria recorta un conjunto de unidades geográficas estratégicas de reproducción social que superan la demarcación internacional territorial. A partir de una perspectiva económica se observa un rezago, principalmente del lado colombiano. En el lado ecuatoriano, en la provincia de Sucumbíos, se encuentran los principales yacimientos petroleros, primer recurso nacional, y el Oleoducto Transandino que recorre 306 Km., desde Lago Agrio (Ecuador) hasta el puerto de Tumaco (Colombia).

El flujo de migrantes en la frontera entre Colombia y el Ecuador está atravesado por factores de naturaleza geográfica, sociopolítica y económica. Según Benalcázar (2004), esos migrantes son generalmente afectados por las fumigaciones del Plan Colombia, perseguidos por los actores armados, desplazados internos que lo han perdido todo, incluso a sus familiares, otros huyen del reclutamiento forzoso de los menores de edad o proceden de familias rotas por los fenómenos antes citados. Esos migrantes proceden, mayoritariamente, del área rural de los departamentos colombianos del sur, fronterizos con el territorio ecuatoriano.

Ortiz y Kaminker (2015) afirman que las migraciones forzadas de colombianos, en los últimos treinta años, están íntimamente relacionadas con la violencia política del país. El periodo entre 1996 a 2005 fue marcado por el despoblamiento de territorios tildados como de influencia guerrillera, la expansión del paramilitarismo y el narcotráfico. A partir del 2006, ganó relevancia la consolidación del paramilitarismo, la criminalización y persecución contra

defensores de derechos humanos y opositores políticos. En 2008, la OIM registró que 9% de la población, equivalente a 4.167.388 colombianos, se encontraba en el exterior (OIM, 2015).

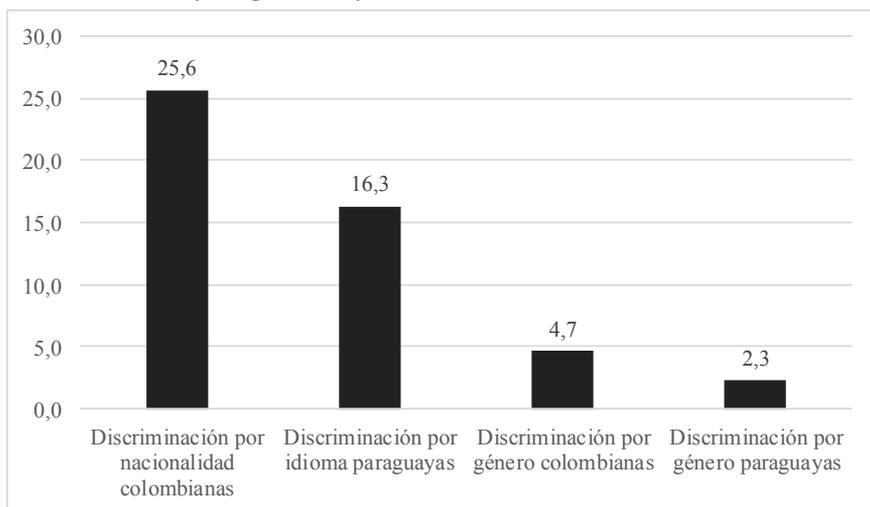
En ese contexto, la migración forzada de colombianos apareció como un fenómeno masivo hacia varios países, incluidos los de Suramérica. Al final de la década de los noventa, los países de Suramérica no figuraban como destino para los refugiados colombianos, sin embargo, esa situación cambió en la década de 2000. Actualmente América del Sur recibe aproximadamente 80% de los refugiados colombianos. En los primeros años del nuevo siglo, se registraron desplazamientos masivos entre las fronteras internacionales de Venezuela y Ecuador, el primero recibe 52% y el segundo 32% del total de refugiados colombianos. El 33% de personas en tal situación son mujeres (ACNUR, 2013). La migración forzada entre esas fronteras se asemeja a las dinámicas del desplazamiento forzado interno, principalmente, de personas en condiciones socioeconómicas vulnerables y opositores al régimen económico y político colombiano (ORTIZ; KAMINKER, 2015).

En el perfil de los colombianos solicitantes de refugio en Ecuador, sobresalen las mujeres cabeza de familia con varios hijos provenientes del área rural colombiana. Esas personas se localizan, principalmente, en las provincias de frontera y centros urbanos en el centro, occidente y sur de Ecuador. Esa tendencia fue ratificada por las colombianas que participaron de esta pesquisa, las cuales estaban localizadas en provincias fronterizas de Pichincha, Imbabura, Sucumbius y Esmeraldas. Los barrios urbanos marginales con costos menores de arriendo y menos servicios públicos son los locales que abrigan a los refugiados colombianos. Ventas ambulantes, oficios domésticos, labores artesanales y construcción civil son las actividades productivas de la economía informal en las que con mayor frecuencia se insieren los refugiados. Sin embargo, la mayoría se encuentra desempleada. La prohibición laboral para los solicitantes de refugio, la crisis económica y el desempleo en Ecuador, la imposibilidad de encontrar oficios afines a la vocación agrícola predominante en esos refugiados, la discriminación social y laboral de que son objeto los colombianos son factores que dificultan dicha inserción laboral (BENALCÁZAR, 2004).

Esta contextualización sirve no solamente como paño de fondo para el análisis de las afirmativas ofrecidas por las inmigrantes que participaron de la investigación, ese contexto es fundamental para entender la complejidad de esos procesos migratorios. La gráfica 1, elaborada a partir de los datos empíricos de las entrevistas con las inmigrantes, indica que 4,7% y 2,3% de las entrevistadas, respectivamente, han experimentado situaciones en las cuales la discriminación por género incidió negativamente en la inserción en el mercado de trabajo en Ecuador y Brasil. Según relataron, se sintieron discriminadas cuando percibieron que los empleadores prefieren contratar a los hombres inmigrantes. La segregación ocupacional por género es un factor que dificulta la inserción de las mujeres inmigrantes en el mercado de trabajo. El 41% de las colombianas

y 10% paraguayas se encontraban sin empleo durante la realización de las entrevistas, en 2012. Las entrevistadas también desempeñaban, en sus países de origen, actividades históricamente calificadas como pertenecientes al universo femenino. Se sabe, que esa identidad profesional femenina (DUTRA, 2013b) es demarcada por la división internacional y sexual de trabajo.

Gráfica 1. Comparación a partir de las respuestas sobre discriminación por género y nacionalidad



Fuente: elaboración propia a partir de las entrevistas

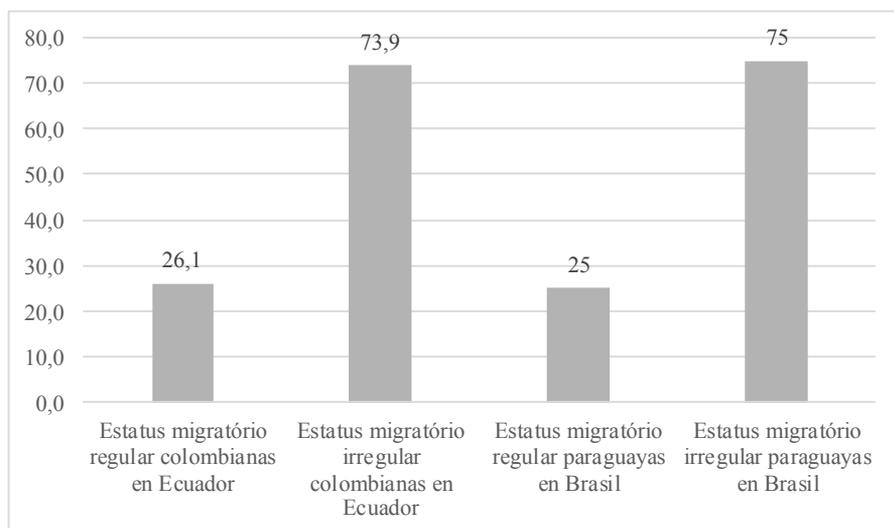
La gráfica 1 muestra la incidencia de la discriminación lingüística y por nacionalidad. Entre las colombianas, el 25,6% se sienten discriminadas por su origen nacional. Afirman que no las contratan por ser colombianas o si las contratan no les reconocen su salario. Benalcázar (2004) evidenció la predominancia, entre los ecuatorianos, de un imaginario estereotipado en relación a la nacionalidad colombiana. Según este autor, en Ecuador, ese imaginario es constantemente estimulado por el discurso oficial y reforzado por líderes de opinión en los medios de comunicación, principalmente en la televisión. Un porcentaje de 30% de las colombianas manifestaron que desean trabajar en actividades afines con su formación escolar, sin embargo, no logran el reconocimiento de sus diplomas en Ecuador. La validación de diplomas es una limitante que dificulta su inserción en diferentes esferas de la vida social en el país de destino.

Un porcentaje equivalente al 16,3% de las entrevistadas paraguayas declaran haber experimentado discriminación lingüística en Brasil. Según ellas, no dominar el portugués es la principal razón por la cual se sienten discriminadas. Para Borjas (1994), el dominio del idioma oficial de destino y la apropiación de habilidades lingüísticas constituyen una variable central en el análisis de las migraciones

internacionales. Las entrevistadas afirman que los errores en el trabajo son generalmente atribuidos a ellas. El dominio de la lengua oficial es determinante para el proceso de inserción al mercado de trabajo y para facilitar la demanda de condiciones dignas en el país de destino. Según Benalcázar (2004), los inmigrantes colombianos adoptan el “hablar a lo ecuatoriano”, es decir hacer uso de las formas verbales en pasivo o presente progresivo, buscando mascararse entre los nativos.

Las entrevistadas colombianas y paraguayas afirman que se sienten discriminadas por su estatus migratorio irregular. El 74% de las colombianas y un 75% das paraguayas se encontraban en situación administrativa irregular. El 26% das colombianas habían regularizado su situación como refugiadas, y declararon sentirse estigmatizadas por esa condición migratoria. El 25% de las paraguayas declararon encontrarse en situación administrativa regular.

Gráfica 2. Comparación porcentual entre el estatus migratorio de colombianas y paraguayas



Fuente: elaboración propia a partir de las entrevistas

Entre las principales causas declaradas como justificación para la irregularidad migratoria citan los altos costos de los documentos y falta de información. Una paraguaya comentó que, durante el trámite de la visa, a pesar de ella y su esposo tener condiciones semejantes, la policía federal solamente regularizó la visa de él. Según ella, su esposo “tuvo suerte de ser atendido por un funcionario buena gente”. Ese incidente revela que en algunos casos la discriminación es naturalizada entre quien la sufre.

El estatus regular no es una condición común para las mujeres migrantes latinoamericanas que enfrentan escasos recursos materiales y baja cualificación profesional. De otro lado, los países de destino en el continente carecen de un marco jurídico y de políticas migratorias adecuadas a las necesidades de las mujeres inmigrantes, principalmente, aquellas inseridas en el mercado de servicios domésticos y de cuidados. Es alarmante, en el caso de las paraguayas en Brasil, que a pesar de tratarse de un flujo migratorio regulado por el Mercado Común del Sur (Mercosur) que garantizó el derecho de migrar de forma regular con un acuerdo de residencia, el alto índice de mujeres con estatus migratorio irregular.

El 35% de las colombianas afirmaron tener un año o menos de permanencia en Ecuador. De otro lado, 35% de las migrantes paraguayas se consideraban “recién llegadas”, es decir, con tiempo igual o menor a un año de permanencia en la ciudad de São Paulo. Colombianas y paraguayas afirmaron que se sienten discriminadas por ser inmigrantes. Colocaron como excepcional el hecho de encontrar “buenos patrones”, es decir que respetan sus derechos. Habitualmente, la urgencia y necesidad de obtener ingresos condicionan a esas migrantes a desempeñar trabajos abusivos. Las paraguayas entrevistadas trabajan en la “feria de la madrugada”, nombre que revela el inicio de la jornada de trabajo, a las 3 a.m. de lunes a sábado. El 50% das paraguayas trabajan como vendedoras, en jornadas de seis días por semana, aproximadamente 12 horas cada una (CSEM, 2014). Afirman sentirse sobrecargadas en relación a las actividades atribuidas a los trabajadores nativos, brasileños.

Colombianas y paraguayas afirmaron que la expectativa de conseguir empleo para contribuir con el ingreso familiar fue el motivo principal para migrar. 90% de las paraguayas declararon algún tipo de vínculo laboral en el sector de ventas o confección de vestuario. La inserción de las mujeres inmigrantes en el comercio informal, trabajo doméstico y el sector de servicios, en menor proporción, sugieren la segmentación femenina en la vigente división del trabajo.

El 26% de las entrevistadas colombianas trabajaban, en 2012, como vendedoras ambulantes en Ecuador. Según Lyons (2004), los miembros de la familia participan de esa actividad, sin distinción de edad. En ese comercio se ofrecen alimentos, artesanías, productos de higiene y utilidades domesticas en general. Esa inserción marginal revela precarización del trabajo en relación a las actividades desempeñadas en el lugar de origen, como comercio formal, trabajadoras rurales y trabajo doméstico. 0,4% se encontraban en funciones equivalentes a las desempeñadas en origen y 1% en actividades con cierto grado de asenso ocupacional – atendimiento en bancos y servicios electrónicos. Esas actividades históricamente han sido desempeñadas por mujeres.

Un porcentaje de 92% de las entrevistadas colombianas afirman que solamente recomendarían migrar a quien tiene amenazas de muerte en el país de origen. Esa comprensión del proyecto migratorio coloca en relieve el carácter forzado de ese flujo migratorio. El 75% de las paraguayas encuestadas

afirmaron que desanimarían a quien planea migrar. Esas respuestas remiten a un balance negativo de la experiencia migratoria que puede estar asociado a la interseccionalidad de la discriminación negativa sufrida por las inmigrantes en cuestión. El análisis de esas afirmativas evidenció que estigmas de género se yuxtaponen a prejuicios de nacionalidad, discriminación étnica-racial-lingüística-fenotípica y fobias asociadas a la condición jurídico-administrativa de esas mujeres inmigrantes.

Conclusión

Las vivencias de las inmigrantes colombianas y paraguayas permitieron avanzar en la identificación de situaciones cotidianas en las cuales experimentaron diferentes formas de discriminación negativa. El enfoque de la interseccionalidad en las migraciones femeninas es fundamental para destacar que las mujeres inmigrantes son vulnerables a discriminación de género (por ser mujer), discriminación racial y fenotípica (por su origen étnico-racial-nacional), discriminación de clase (por ser pobres), discriminación jurídica (por su estatus migratorio irregular) y discriminación lingüística (por no dominar el idioma oficial del país de destino). En el universo migratorio femenino, esas modalidades de discriminación se experimentan en yuxtaposición, es decir las inmigrantes sufren simultáneamente los diversos tipos de discriminación negativa.

La discriminación en contextos migratorios es un fenómeno de escala mundial observado en los países del norte y del sur global, aunque estos últimos reciban flujos migratorios de menor intensidad. Los postulados de las legislaciones internacionales que abarcan los diferentes tipos de discriminación son un avance importante en el sentido de sistematización del fenómeno. Sin embargo, los cambios que dichos tratados promueven aún deben ser alcanzados. Este artículo enfatizó los flujos de Colombia hacia Ecuador y Paraguay hacia Brasil. Ambos casos comportan semejanzas (flujos migratorios femeninos entre fronteras) y diferencias (migración económica y migración forzada). El análisis comparado permitió levantar elementos que pueden contribuir con la comprensión de la feminización de las migraciones entre países del sur global y destacar que las diferentes modalidades de discriminación negativa sufrida por las inmigrantes no se limitan a los países del norte.

Se buscó evidenciar, a partir de las respuestas de inmigrantes colombianas y paraguayas radicadas respectivamente en Ecuador y Brasil, semejanzas y diferencias sobre las percepciones de las inmigrantes ante los diferentes tipos de discriminación negativa. El estudio se apoyó en las afirmativas obtenidas mediante la aplicación de un cuestionario a 43 inmigrantes en contraste con la literatura específica. Al conferir centralidad a esas respuestas otorgó visibilidad a las mujeres inmigrantes, muchas de ellas anónimas y silenciadas.

El análisis aquí presentado permite afirmar que la migración es vivida como una estrategia orientada por el deseo de transformar condiciones de

vulnerabilidad vivenciadas en los países de origen. En el caso de las paraguayas sobresalen motivaciones de carácter financiero, en las colombianas amenazas contra su vida. Sin embargo, las adversidades enfrentadas en los países de destino las hacen cuestionar el imaginario social sobre la eficacia de la migración internacional como alternativa para superar los dramas sociales que las motivaron a dejar sus locales de origen.

Las respuestas analizadas indican que la migración internacional agudizó dicha vulnerabilidad puesto que incorporó en su cotidiano además de la discriminación de género otras formas que aparecen yuxtapuestas con estereotipos en torno del fenotipo, del origen nacional, étnico, racial, lingüístico y fobias asociadas a su condición jurídico-administrativa en los países de destino. Ante la prevalencia de los diferentes tipos de discriminación urge una pedagogía de respeto a la diferencia y prevalencia de la dignidad de los seres humanos sin distinciones de clase, género, raza, nacionalidad, estatuto jurídico, entre otras clasificaciones usadas en favor de la perpetuación de la injusticia social.

Notas

¹ Este trabajo se elaboró con apoyo de la línea de investigación “Mujer Migrante” promovida por el Centro Scalabriniano de Estudios Migratorios (CSEM).

² En esa investigación fueron entrevistadas inmigrantes radicadas en seis países: paraguayas en Brasil, brasileñas en Estados Unidos, haitianas en República Dominicana, colombianas en Ecuador, filipinas en Italia y nicaragüenses en Costa Rica. El objetivo de ese estudio fue destacar su protagonismo cada emprendimiento migratorio. Se avanzó en la identificación de dificultades cotidianas y de las estrategias utilizadas para su establecimiento en los países de destino. El trabajo de campo se realizó en el 2012 (CSEM, 2014).

³ Esas ciudades pertenecen a las provincias de Pichincha, Imbabura, Sucumbius y Esmeraldas, respectivamente. Las cuatro provincias son próximas a la frontera con Colombia. Aproximadamente 150 kilómetros separan a Ipiales, ciudad fronteriza colombiana, de Quito.

⁴ Contrastando, la discriminación positiva se enfoca en aquellos que tienen menos oportunidades, buscando ofrecer acciones en favor de segmentos sociales carentes objetivando integrarlos al régimen de derechos.

⁵ Todas las informaciones sobre las ratificaciones de los tratados están disponibles en: <https://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-8.en.pdf>
Acceso en: 30.06.2015.

⁶ Estas informaciones están disponibles en:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11310:0::NO:11310:P11310_INSTRUMENT_ID:312242:NO
Acceso en: 30.06.2015.

⁷ Argentina ocupa el primer lugar porque recibe 69% y España el segundo lugar con un 23% del total de inmigrantes paraguayos.

⁸ Según Soto (2013), en Paraguay “la concentración de la tierra, el arrendamiento, la expulsión de los productores de sus lotes y la pulverización creciente de las pequeñas parcelas por efecto del crecimiento demográfico, junto con la producción para la subsistencia” (p. 88), agudizan la desigualdad social e incentivan las migraciones. 40,5% de la población se localiza en áreas rurales, calculada en 2.792.873 habitantes, 52,8% hombres y 47,2% mujeres.

Referências

ACNUR. *Desplazamiento. El nuevo reto del siglo XXI: Tendencias Globales 2012*. Ginebra, 2013.
Disponível em:
<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2013/9180.pdf?view>
Acesso em: 30.06.2015.

ARIZA, Marina. Migración y mercados de trabajo femeninos en el contexto de la globalización. Trabajadoras latinas en el servicio doméstico en Madrid y Nueva York. *III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población*. Córdoba, Argentina, 24-26 de septiembre de 2008.
Disponível em:
http://www.alapop.org/2009/images/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2008_FINAL_274.pdf
Acesso em: 30.06.2015.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero E Migrações Contemporâneas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3): 336-338, setembro-dezembro/2007.

BENALCÁZAR, Patricio. *El refugio en el Ecuador*. Quito: Cotopaxi, 2004.

BORJAS, George. J. The economics of immigration. *Journal of Economic Literature*, v. 32, n. 4, 1994, p. 1667-1717.

BOTEGA, Tuíla; RUANO, Elizabeth. A dimensão do retorno nas narrativas de migrantes paraguaios e brasileiras. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEGA, Tuíla (orgs.). *Políticas públicas e o paradoxo da globalização*. Porto Alegre: EDIPUCRS, Brasília: CSEM, 2015, p. 105 – 134.
Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0739-3.pdf>
Acesso em 08 mai. 2016.

CALAVITA, Kitty. Gender, Migration, and Law: Crossing Borders and Bridging Disciplines. *International Migration Review*, v. 40, n. 1, Gender and Migration Revisited, Spring, 2006, p. 104-132.

CASTEL, Robert. *A Discriminação Negativa - Cidadãos ou Autóctones?* Petrópolis: Vozes, 2008.

CEDAW. *General recommendation No. 26 on women migrant workers*. CEDAW/C/2009/WP.1/R. 5 December 2008.
Disponível em:
http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/GR_26_on_women_migrant_workers_en.pdf
Acesso em 03.07.2015.

- CORTES, Tiago; FREIRE DA SILVA, Carlos. Migrantes na costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecções. *Travessia*, v. XXVII, n. 74, jan.-jun./2014, p. 37-58.
- CRENSHAW, Kimberle W. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Painel 1. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>
Acesso em: 18.06.2015.
- CSEM. *Relatório de pesquisa Mulher migrante: agente de resistência e transformação*. Brasília: CSEM. 2014. 112 p.
- DUTRA, Delia. Mulheres do sul também migram para o sul, paraguaias no Brasil. *Anuario Americanista Europeo*, n. 11, 2013a, p. 93-108.
- _____. *Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho*. REMHU: *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, v. 21, n. 40, Jan./jun. 2013b, p. 177-193.
- _____. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- GUTIÉRREZ, Héctor. Fobias múltiples y discriminación. Obstáculos en las luchas por la dignidad. In: CAROSIO, Alba. BANKO, Catalina. PRIGORIAN, Nelly (org.). *América Latina y el Caribe: Un continente, múltiples miradas*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- ILO; IOM; OHCHR. *International Migration, Racism, Discrimination and Xenophobia*. August 2001.
Disponível em: <http://www.unesco.org/most/migration/imrdx.pdf>
Acesso em 03.07.2015.
- LOPES, Cristiane. O direito a não discriminação dos estrangeiros. *Boletim Científico ESMPU*, a. 11, n. 37, Edição Especial 2012, p. 37-61.
- LYONS, Kristina. *Vendedores ambulantes en Ibarra: el sector informal en refugio*. In: BENALCÁZAR, Patricio. *El refugio en el Ecuador*. Quito: Cotopaxi. 2004.
- MORALES, Abelardo; LI WING-CHING, Karina; ACUÑA, Guillermo. *Migración y salud en zonas fronterizas: Colombia y el Ecuador*. Santiago de Chile: Cepal. 2010. 67 p.
- OIM. *Datos sobre Migración Colombiana*.
Disponível em:
<http://www.oim.org.co/migracion-colombiana/datos-sobre-migracion-colombiana.html>
Acesso em: 03.07.2015.
- OIM. *Perfil Migratorio de Paraguay*. 2011.
Disponível em:
<http://publications.iom.int/bookstore/free/PerfilMigratoriodeParaguay.pdf>
Acesso em: 02.07.2015.
- ONU. *Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares*. Ginebra. Adoptada por la Asamblea General en su resolución 45/158, de 18 de diciembre de 1990.
Disponível em: <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CMW.aspx>
Acesso em: 18.06.2015.

- ONU. *Convención Sobre el Estatuto de Los Refugiados. Adoptada en Ginebra, Suiza, el 28 de julio de 1951 por la Conferencia de Plenipotenciarios sobre el Estatuto de los Refugiados y de los Apátridas*. Ginebra: Naciones Unidas, 1951.
 Disponible en:
<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0005>
 Acceso en: 18.06.2015
- ONU. *Convención Sobre La Eliminación De Todas Las Formas de Discriminación Contra La Mujer*. Ginebra: Naciones Unidas, 1979.
 Disponible en: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/sconvention.htm>
 Acceso en: 18.06.2015.
- ONU. *Convenio relativo a los trabajadores migrantes*. Ginebra: Naciones Unidas, 1949. (revisado en 1949) (Entrada en vigor: 22 enero 1952).
 Disponible en:
http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312242
 Acceso en: 18.06.2015.
- ORTIZ, Diana; KAMINKER, Sergio. Suramérica y los refugiados colombianos. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 22, n. 43, jan./jun. 2015, p. 35-51.
- PARAGUAI. *Anuário Estadístico del Paraguay 2011*. Asunción: Dirección general de estadística, encuestas y censos (DGEEC), 2013. 388 p.
- PARELLA, Sonia. *Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación*. Barcelona: Anthropos, 2003.
- _____. Segregación laboral y 'vulnerabilidad social' de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia. In: FLAQUER, Luís; SOLÉ, Carlota. *El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. Instituto de la Mujer, 2005.
- PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, 2003, p.121-134.
- PROFIT. Alena. *El hombre soy yo: dinámicas familiares no contexto da imigração paraguaia ao Brasil*. Brasília: dissertação de mestrado CEPPAC/UnB, 2015.
- SALA, Gabriela Adriana. Características demográficas e sócio ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005. 243p.
- SÁNCHEZ, Marco; HERNÁNDEZ, Luis; PÉREZ, Gerardo. Acercamiento teórico al fenómeno de la discriminación. In: SÁNCHEZ, Marco; HERNÁNDEZ, Luis; PÉREZ, Gerardo. *Un acercamiento a la discriminación*. De la teoría a la realidad en el estado de México. Toluca: CDH. 2007, 304 p.
- SOTO, Lillian. Las mujeres y la tierra en Paraguay. In: DOBREE, Patricio. (Org.). *La tierra en el Paraguay: de la desigualdad al ejercicio de derechos*. Asunción: Programa Democratización y Construcción de la Paz – Paraguay, 2013.

UNITED NATIONS. The number of international migrants worldwide reaches 232 million. Population facts. No. 2013/2, September 2013.

Disponível em:

http://esa.un.org/unmigration/documents/the_number_of_international_migrants.pdf

Acesso em 02.07.2015

VILELA, Elaine. M. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. *Dados -Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, 2011, p. 89-129.

VILELA, Elaine; NORONHA, Cláudia. Trabalhadoras argentinas, bolivianas, paraguaias, peruanas e uruguaias: minorias étnicas/nacionais discriminadas no Brasil? In: *XXIX Congresso ALAS*. Santiago. 2013.

Disponível em:

http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_MeireViela_LimadeNoronha.pdf

Acesso em 02.07.2015

ZAVATTIERO, Claudina. *Peculiaridades de la migración internacional y tendencias recientes (2009-2011)*: el Paraguay exporta carne, soja y jóvenes. Asunción: UNFPA, 2013. 104 p.

Disponível em:

http://www.unfpa.org.py/download/documento_11_UNFPA.pdf

Acesso em 03.07.2015.

RESUMEN

A partir de las respuestas de migrantes colombianas y paraguayas radicadas en Ecuador y Brasil respectivamente y, en perspectiva con las disposiciones de los tratados internacionales, se objetiva analizar la yuxtaposición de formas de discriminación negativa, género, nacionalidad, lingüística, étnico-racial y estatus migratorio. La intersección analítica entre esas afirmativas y los dispositivos internacionales contra la discriminación, de los cuales son signatarios los cuatro países aquí analizados, ratifica la distancia entre los postulados de esas normativas internacionales y la situaciones cotidianas de discriminación que obstaculizan la inserción digna de las inmigrantes en los países de destino.

Palabras clave: discriminación negativa, inmigrantes paraguayas e inmigrantes colombianas.

ABSTRACT

With the study of the narratives of Colombian and Paraguayan female migrants residents in Ecuador and Brazil respectively and the provisions of international treaties, this article aims to analyze the juxtaposition of different forms of negative discrimination: gender, nationality, linguistic, ethnic-racial and migratory status. The analytical intersection of those narratives and the international mechanisms against negative discrimination, which the four countries presented here are signatories, confirms that these international standards have not yet disrupted everyday situations of discrimination.

Key words: negative discrimination, colombian migrants, paraguayan migrants.

A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo

Clara Lemme Ribeiro*

Introdução

O meu interesse pelas reflexões sobre a temática de migrações e gênero começou a partir dos grupos de estudos sobre mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) e crítica do valor-dissociação (SCHOLZ, 2004) do Laboratório de Geografia Urbana da USP (LABUR-USP). O estudo aprofundado da teoria crítica já levantava perguntas sobre a relação entre as migrações, a mobilidade e a crise do trabalho.

A aproximação com o objeto empírico aconteceu durante um intercâmbio acadêmico realizado na graduação para a Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina. Em uma aula sobre migrações, ouvi dizer pela primeira vez que os fluxos migratórios latino-americanos estavam se *feminizando*. Segundo o professor, uma das tendências da migração do século XXI era o aumento de uma mobilização entre países da América Latina, e que era característico desses grupos uma participação maior de mulheres, caracterizando uma *feminização*.

O argumento quantitativo, que passava apenas pelo aumento percentual da presença feminina, não respondia a uma série de questões que me vinham à cabeça: antes, as mulheres não migravam? Ou migravam apenas para acompanhar os maridos? E se isso é verdade, o que acontece agora na vida dessas mulheres que faz com que elas deixem seus países? Ou essa mudança tem a ver com a maneira como elas são recebidas nos contextos de destino? Agora elas decidem e viajam sozinhas ou a migração feminina acontece ainda em função do marido? Os números, no entanto, pouco respondem a esse tipo de pergunta.

De volta a São Paulo-SP, passei a ouvir que o fluxo de bolivianos para essa cidade acompanhava também a tendência do processo de *feminização*. O envolvimento da comunidade boliviana com o trabalho na costura já era conhecido, mas o que acontecia com as mulheres? Falando em números, já haviam ultrapassado a presença masculina? Ainda faltava descobrir se vinham trabalhar também na costura ou conseguiam outras ocupações, como acontece em outros contextos migratórios; se vinham sozinhas ou acompanhando a família; com que tipo de realidade se encontravam depois

* Geógrafa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP-PPGH-USP

de chegar a São Paulo. E era também crucial entender se a sua saída do país tinha a ver com um *empoderamento feminino* – saindo debaixo da tutela masculina – ou com uma *feminização da pobreza* atirando as mulheres aos lugares mais precarizados da vida social, obrigando-as a migrar para conseguirem reproduzir a si e aos seus filhos.

As pistas para responder a essas perguntas foram os estudos realizados desde antes sobre o conceito de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), o que diferencia as reflexões aqui apresentadas das pesquisas anteriores realizadas sobre a migração boliviana para São Paulo, como o trabalho pioneiro de Sidney Silva (1997) e os estudos posteriores de Freitas (2010) e Favaretto (2012). Para uma leitura do processo de *feminização*, a partir das considerações de Rezera (2012) e Almeida (2013), o caminho teórico foi traçado a partir da crítica à dissociação-valor de Scholz (2004).

A seguir, os resultados elaborados a partir da pesquisa que tentou responder a essas perguntas. Parte-se em primeiro lugar de um breve histórico da migração boliviana para São Paulo que tenta entender se houve um aumento progressivo do número de mulheres. Em seguida, apresenta-se o contexto de saída das mulheres da Bolívia e as suas trajetórias, particularmente em relação ao trabalho, após chegar em São Paulo. A partir daí, discutem-se alguns pontos cruciais das relações de gênero dentro das oficinas de costura. À guisa de conclusão, uma breve reflexão sobre o conceito de *feminização das migrações*.

O trabalho de campo desta pesquisa teve duas etapas: a primeira, entrevistas com mulheres bolivianas residentes em São Paulo, à época, trabalhando em oficinas de costura, realizadas entre novembro e dezembro de 2014 e em novembro de 2015; a segunda, visitas a oficinas de costura em acompanhamento aos agentes do Programa Saúde da Família¹ nos bairros do Brás e do Bom Retiro, entre junho e julho de 2015.

Neste artigo, apresentamos as trajetórias de seis mulheres com quem tivemos a oportunidade de conversar², considerando os seus contextos de saída e de inserção. Marisa, originária de um *pueblo* à beira do Salar do Uyuni, casada; Marcela, de Copacabana, mas residente em La Paz antes da migração, solteira; Brenda, moradora de um *pueblo* mineiro, solteira; Carmen, de La Paz, solteira e mãe; Denise, de El Alto, solteira; e Jéssica, de La Paz, separada e mãe.

Migração boliviana para São Paulo: um histórico

De acordo com diversos autores (SILVA, 1997; FREITAS, 2010; FAVARETTO, 2012; entre outros), o primeiro grande grupo de bolivianos se mobiliza para São Paulo entre 1950 e 1970, composto principalmente por estudantes universitários, atraídos por acordos de intercâmbio acadêmico assinados entre os Estados brasileiro e boliviano, e por profissionais liberais que tinham dificuldade de empregar-se na sociedade de origem. Naquele período, o Estado boliviano adotou uma série de medidas de modernização que buscavam alcançar

os níveis de competitividade e produtividade dos outros países. A dificuldade de formar e manter uma classe média de profissionais liberais compõe esse cenário crítico. Segundo Freitas (2010), as medidas modernizadoras realizadas pelo Estado boliviano tiveram duas consequências fundamentais: a mobilização de trabalhadores do campo para as cidades, especialmente para as periferias, e a mobilização de profissionais liberais *para fora* do território boliviano.

Essa chamada primeira onda caracteriza-se principalmente por estudantes universitários, atraídos por acordos de intercâmbio acadêmico assinados entre os Estados brasileiro e boliviano, e por profissionais liberais que tinham dificuldade de empregar-se na sociedade de origem. Embora esses grupos fossem, em termos percentuais, pouco significativos para a cidade de São Paulo, tiveram grande impacto no contexto de origem. É notável que pouco se comente a presença feminina nesse momento da mobilização boliviana para São Paulo. Apenas Freitas (2010) menciona a presença de mulheres realizando trabalho doméstico remunerado.

A partir da década de 1980, a Bolívia enfrenta hiperinflação, altas dívidas externas e instabilidade política, além de uma série de desastres naturais provocados pelo fenômeno do El Niño (FREITAS, 2010; NÓBREGA, 2009; SILVA, 1997). É aí que o Estado boliviano adota, em 1985, uma série de medidas neoliberais consolidadas no Decreto 21.060³. Determina-se um rebaixamento dos preços dos produtos agrícolas, o que dificulta ainda mais as possibilidades de reprodução da população rural, que migra em ritmo acelerado para as principais cidades do país, como La Paz, Santa Cruz e Cochabamba⁴. Expulsão da população rural, inchaço das periferias urbanas e precarização do trabalho, além do aumento do desemprego, compõem um cenário de mobilização *para fora* do território boliviano, para destinos variados, principalmente a partir dos anos 1990. Aos poucos, consolidam-se fluxos migratórios para Estados Unidos, Espanha, Argentina e Brasil.

Aqui, para além das áreas de fronteira, o principal destino desses imigrantes é a cidade de São Paulo, onde o setor têxtil absorve uma parte dessa força de trabalho mobilizada como costureiros nas pequenas oficinas. Estas realizam a parte de produção da indústria de confecção, sendo o último momento de uma cadeia de terceirizações e quarteirizações que chega às lojas de roupas e aos grandes departamentos. A entrada dos bolivianos como força de trabalho barata da indústria de confecção consolida o fluxo migratório para São Paulo e a assim chamada segunda onda migratória, associada à tendência de feminização.

Durante parte dessa história, a presença feminina não tem destaque. Não aparece com relevância nas pesquisas acadêmicas ou nos relatos daquela época. Onde estavam as mulheres então? É possível que, no começo, elas viessem acompanhar os maridos, principalmente aqueles que eram profissionais liberais e chegaram entre 1950 e 1970. Mas é na década de 1990 que a presença feminina na comunidade boliviana em São Paulo passa a chamar atenção. Sidney Silva (1997) já comentava a carga dupla de trabalho das mulheres que, além de

costurar, faziam o trabalho doméstico das oficinas. Segundo Cymbalista e Xavier (2007), em 1992, 26% da população boliviana em São Paulo era de mulheres; em 2007, elas chegavam a 44%. Por que há um aumento tão grande da migração de bolivianas para São Paulo entre as chamadas primeira e segunda onda? Por que há um novo aumento entre as décadas de 1990 e 2000?

Contextos de saída

Acontece que as políticas neoliberais bolivianas da década de 1980 reforçam e aprofundam uma desigualdade de gênero que já existia no país. O acesso feminino ao trabalho e ao dinheiro torna-se cada vez mais difícil. De acordo com dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) na Bolívia⁵, em 2010: 37,8% mulheres contra 11,1% homens não recebiam o devido salário (trabalham mas não recebem); mulheres bolivianas ganhavam menos que os homens (US\$79,9 contra US\$100), desigualdade que diminui conforme o nível educacional aumenta, mas nunca se equipara; 66% das mulheres estavam ocupadas em trabalhos informais, contra 52,8% dos homens. No trabalho de Almeida (2013), ao analisar Bolívia, Peru, Paraguai e Brasil, encontramos que:

Na América Latina, a taxa de desemprego das mulheres é superior em relação aos homens, variando de 10% a 40%. Também tem aumentado o número de mulheres que inserem-se em situações precárias de trabalho, com baixos salários, ausência de contratos e proteção social, trabalho em domicílio e em subcontratos” (ALMEIDA, 2013, p. 42).

Segundo ela, a taxa de desemprego urbano por sexo na Bolívia (%), em porcentagem é: 6,8 para homens, 7,8 para mulheres (1990); 7,3 para homens e 10,3 para mulheres (2004); 3,6 para homens, 6,2 para mulheres (2009) (ALMEIDA, 2013, p. 45). Além disso, cai sobre as mulheres a responsabilidade sobre as atividades domésticas (limpar, cozinhar, lavar roupa etc.), além do cuidado com os filhos. A obrigação de cuidar ao mesmo tempo do emprego, da casa e das crianças também cria maiores dificuldades na vida dessas mulheres, empurrando-as para trabalhos informais, precarizados e mal pagos, ou à migração.

Podemos olhar para o contexto de saída também a partir das próprias bolivianas que entrevistamos. Mulheres que nascem em áreas rurais muitas vezes mobilizam-se primeiro em direção aos grandes centros urbanos, pela dificuldade de reproduzir-se no campo. Marisa, 29 anos, nasceu no *pueblo* rural de Salinas, à beira do Salar do Uyuni. No entanto, na tradição patrilinear boliviana, a terra é herdada apenas pelos filhos homens e ela (Marisa), sendo negada do acesso à propriedade, muda-se com sua madrinha à cidade de Santa Cruz, onde tinham parentes. Lá, mantinha um pequeno negócio de venda de toalhas e roupões de banho, tendo muitas dificuldades de mantê-lo e obter renda suficiente para

sustentar-se. Decide mudar-se ao Brasil com o marido em 2014, após ouvir de um vizinho que seu filho havia migrado, com o objetivo de juntar dinheiro para financiar os estudos de engenharia civil do esposo e a reabertura de seu próprio negócio. No caso de Marcela, 32 anos, a pequena propriedade onde morava, na área rural de Copacabana, *pueblo* à beira do Lago Titicaca, não era suficiente para manter toda a família. Ela se muda a La Paz, onde trabalhava em uma creche na qual ganhava cerca de BOL\$400 (à época, cerca de R\$150, segundo ela), quando decide vir a São Paulo, em 2009, encontrar-se com a irmã, que já morava na cidade com a filha. O plano de Marcela é juntar dinheiro para abrir um negócio próprio em La Paz, quando puder retornar.

Diferente é o caso de Brenda, 21 anos, filha de mineiro, que morava com a família a 30 km de Oruro, capital do departamento de mesmo nome, em um povoado adjacente à mina. O pai deixava apenas que os filhos homens trabalhassem, enquanto as filhas deveriam permanecer em casa, ajudar a mãe nas tarefas domésticas e esperar o casamento. É por isso que ela migra diretamente para São Paulo, sem passar por nenhuma grande cidade boliviana. Em 2013, vai para encontrar os irmãos, onde poderia trabalhar na costura e guardar dinheiro para pagar seus estudos universitários.

O caso das mulheres oriundas das periferias urbanas compõe o mesmo quadro. Carmen, 33 anos, nascida na cidade de La Paz, trabalha desde os oito anos de idade para manter a si mesma e aos irmãos mais novos. Depois que se separa do marido e começa a criar a filha sozinha, tem muita dificuldade em cuidar da menina e trabalhar ao mesmo tempo. Não conseguia levar a filha ao trabalho nem ter ajuda de alguém que cuidasse dela. Viaja ao Brasil pela primeira vez para ver como são as condições de trabalho e de vida. Depois de um ano, retorna à Bolívia para buscar a filha e levá-la para São Paulo, já decidida a ficar na cidade por mais alguns anos. Já Denise, 22 anos, da cidade de El Alto, periferia de La Paz, não conseguia conciliar o emprego e os estudos universitários de agronomia, perdendo o primeiro ano de faculdade. Sem conseguir ter dinheiro para retomar os estudos e se manter, decide trabalhar em São Paulo com os tios, donos de uma oficina. Vem para o Brasil em 2014, com o plano de ficar dois anos e então retornar.

Gabriela, com a mesma idade e também de El Alto, tem outra trajetória: migra para São Paulo em 2008 com os pais e a irmã mais nova. Alguns anos antes, a irmã mais velha de Gabriela tinha decidido vir à cidade para trabalhar, depois de conversar com vizinhos que tinham uma oficina de costura. Seu pai permite que ela viaje apenas acompanhada do irmão. Segundo ela, o problema do país naquele momento não era o desemprego, mas a inflação: “trabalho a gente tinha, meu pai tinha trabalho, mas o preço das coisas subia muito” (Gabriela). É por isso que depois de algum tempo a família vem se juntar aos filhos, que já começavam a juntar dinheiro. Se endividam para comprar algumas máquinas de costura e montar a própria oficina com trabalho apenas familiar. Com o tempo, se estabelecem em São Paulo e já nem pensam em voltar para a Bolívia, nem para visitar.

Selma, 36 anos, sente o oposto em relação ao país de origem: desde 2000 em São Paulo, sente-se até hoje como estrangeira e gostaria de retornar, mas se mantém pelas filhas, que nasceram aqui. Ela morava na periferia de La Paz e migra para conseguir trabalhar e ganhar mais; viaja com o primo porque não podia fazê-lo sozinha. O sonho de voltar para a Bolívia esteve sempre presente, mas quer que as duas filhas, de 12 e 15 anos, aproveitem as oportunidades do Brasil.

Há mais um motivo pelo qual as bolivianas decidem *mobilizar-se* para fora do país. Casos de violência doméstica e sexual também se tornam razão para a migração, como nos relatou Jéssica, 32 anos, de La Paz. Após sofrer um estupro em Cochabamba, onde então morava, é trazida pelos irmãos para trabalhar na oficina de costura da qual eram donos. Durante a estadia em São Paulo, ela engravida e poucos meses depois retorna à Bolívia. Cinco anos depois, em 2015, vem mais uma vez à cidade, trazendo o filho para que conheça seu pai. Além disso, Jéssica é formada em odontologia e migra buscando um salário melhor como dentista e a possibilidade de fazer uma especialização na sua área. Segundo ela, esse tipo de oportunidade não existe em seu país.

Entre as causas relatadas pelas próprias mulheres estão, portanto, as dificuldades no acesso ao trabalho e ao dinheiro, seja pela impossibilidade de manter-se no campo, seja pela baixa remuneração dos trabalhos considerados femininos, como aconteceu com Marcela., ou pela dificuldade de encontrar um trabalho que permita a conciliação com os estudos ou com o cuidado dos filhos. A fuga de uma situação de violência de gênero também é uma causa de migração.

As configurações familiares também marcam as decisões de migração. Elas podem vir sozinhas, acompanhadas do marido, de algum parente (irmãos, primos, tios) ou de toda a família, ou ainda vir trazendo seus filhos. Essas configurações redefinem as suas trajetórias e projetos migratórios, inclusive as possibilidades de permanência e retorno. Em geral, as mulheres que se sentem mais isoladas em relação ao grupo familiar sentem mais vontade de voltar. Às vezes, é o estabelecimento de uma família em São Paulo que faz com que fiquem. Marisa, como soubemos depois, retornou com o marido à Bolívia quando engravidou, porque queria ter e criar lá a sua criança. No caso de Carmen, a migração está profundamente ligada à possibilidade de poder cuidar da sua filha. As estratégias de reprodução são múltiplas e variadas, mas estão sempre ligadas aos arranjos familiares, ao controle por parte dos pais, ao cuidado com os filhos e aos papéis que devem ocupar as mulheres dentro desses arranjos.

Contextos de inserção

Atualmente, a maioria das mulheres bolivianas que se mobilizam para São Paulo se inserem no universo da costura, se não como costureiras, como faxineiras, cozinheiras, ajudantes nas mesmas oficinas, ou ainda como vendedoras de roupa⁶. Trata-se de empregos informais, com longas jornadas de

trabalho e, no caso da costura, com remuneração por produtividade. O contrato de emprego também inclui a oferta de moradia no mesmo local de trabalho, o que aumenta a exposição destas mulheres, principalmente as mais novas, a casos de assédio e abuso sexual. O perfil destas mulheres é extremamente variável em relação a idade, estado civil, ocupação anterior, origem rural ou urbana e nível de escolaridade. O projeto migratório no qual estão envolvidas também varia, podendo ser individual ou familiar, temporário ou permanente e, inclusive, podendo transformar-se ao longo do processo migratório. A chegada em São Paulo é acompanhada de várias mudanças, especialmente no que se refere ao trabalho.

Muitas bolivianas, ao chegar na oficina de costura, começam a trabalhar nos postos de cozinheira ou faxineira, que recebem bem menos que os costureiros. Selma e a irmã mais velha de Gabriela passaram por isso. Acompanhadas por um homem, enquanto ele logo aprendeu o ofício da costura, elas estiveram muito tempo trabalhando nessas atividades pouco remuneradas, consideradas *femininas*, até poderem se dedicar ao trabalho produtivo.

Acontece muito, também, a troca de oficinas de costura por motivos diversos. Pode ser por não gostar da casa, achar que o valor pago por peça não vale a pena, por problemas com pagamento ou por brigas pessoais entre costureiros. Marisa, por exemplo, durante quase dois anos que esteve no Brasil, trocou de oficina diversas vezes. Da primeira saiu porque pagavam a ela e ao marido um valor por peça menor que o dos outros costureiros; da segunda, saiu porque fecharam a oficina após a alta temporada do trabalho na costura, que vai até fevereiro; da terceira, porque a dona favorecia à irmã, dando-lhe a maior parte dos pedidos e deixando os outros costureiros sem trabalho. Já na quarta oficina, ela e o marido ficavam sempre de olho nas novas ofertas de trabalho na feira da Rua Coimbra.

Carmen também teve dificuldade de adaptar-se às oficinas, principalmente por ter a filha. Nem todos os donos aceitam trabalhadoras que tenham crianças, por serem *menos rentáveis*. Assim, Carmen precisa trabalhar mais rápido que os outros costureiros para não perder produtividade quando faz pequenos intervalos para olhar como está a filha. À época da entrevista, estava satisfeita com a oficina onde trabalhava porque não tinha problemas por ser mãe, além de estar perto da escola.

Algumas mulheres não se adaptam ao trabalho duro na costura. Denise, por um problema físico, não pode costurar, então atua como ajudante: faz faxina, *despiquea*⁷, dobra peças e ajuda na venda das roupas na Feira da Madrugada, no bairro do Pari, e mora na mesma oficina com os outros costureiros. Brenda também não aguentou o trabalho na costura e era cobrada por “não dar produtividade”. Então, trabalha de vendedora em um pequeno *box* de uma galeria comercial no centro, que revende as peças produzidas na oficina de seu irmão.

Outras ainda conseguem, após algum tempo trabalhando como costureiras, empregar-se em outros postos. Marcela, após trabalhar muitos anos em oficina, conseguiu alugar um apartamento com a irmã na zona norte da cidade e trabalhar de vendedora, também em um *box*, no bairro do Brás. Gabriela trabalhou em uma loja de roupas na rua José Paulino, no Bom Retiro, e depois para uma fábrica de tecidos de donos brasileiros e bolivianos, na Moóca. Mesmo assim, ela continua ajudando a família na costura quando é necessário.

Jéssica é a única das bolivianas com quem conversamos que conseguiu terminar o ensino superior, se formando em odontologia. Trabalhava em um consultório na Bolívia e, quando vem ao Brasil apresentar seu filho ao pai, pretende continuar com sua profissão. Porém, a dificuldade com o idioma e a burocracia cara e lenta da revalidação do diploma obrigam-na a ajudar o irmão na oficina, costurando e ajudando a vender na Feira da Madrugada, mesmo após conseguir emprego em São Paulo como ajudante de um dentista boliviano, porque o salário ainda não era suficiente.

Além das mudanças nas trajetórias de trabalho, ou talvez por causa delas, os projetos migratórios também mudam muito ao longo do processo, com a família sempre tendo centralidade na tomada de decisão. Selma, apesar da vontade de voltar para a Bolívia, decide ficar no país por causa das filhas; Carmen também vem para ficar por pouco tempo e, ao ver a possibilidade de trabalhar e cuidar de sua filha, decide ficar. A vontade de voltar também pode estar ligada ao arranjo familiar da migrante: Denise, sentindo-se sozinha longe dos pais, tem vontade de voltar depois de poucos meses em São Paulo, mas decide ficar os dois anos a que se havia proposto. Gabriela, por outro lado, já nem quer voltar ao país, porque “todas as pessoas queridas já estão aqui no Brasil”.

Relações de gênero nas oficinas de costura

Como a maioria das bolivianas que se mobiliza para São Paulo passa pelo trabalho na costura, e muitas vezes a possibilidade da sua migração é dada pela indústria da confecção, comentamos agora alguns pontos da relação de gênero nas oficinas. O trabalho na costura é fundamentalmente marcado por um recorte de gênero. *Ser mulher* é decisivo para o tipo de tarefas e atividades que elas realizam nas oficinas, quais responsabilidades têm e a que tipo de violência estão expostas. Tudo isso redefine as suas trajetórias e percepções subjetivas sobre o processo migratório. Aqui, mobilizamos os depoimentos que ouvimos em campo para tratar de três pontos cruciais das experiências de bolivianas na indústria da confecção paulistana: a divisão do trabalho produtivo dentro das oficinas; as atividades domésticas de reprodução (limpar, cozinhar, lavar roupa, fazer mercado e/ou feira, entre outras), incluída aí a responsabilidade sobre os filhos; e a violência doméstica e sexual.

Ao contrário de outros contextos migratórios, em que homens e mulheres realizam ocupações diversas, bolivianos e bolivianas se inserem (quase,

excetuadas as cozinheiras e faxineiras, que comentaremos adiante) nos mesmos empregos, qual seja, de costureiros. Cada oficina é composta por uma variedade de máquinas que fazem diferentes tipos de costura (overloque, galoneira e reta), na qual cada costureiro se especializa. A princípio, a oficina contrata o empregado de acordo com a máquina para a qual há necessidade. Segundo Denise e Jéssica, nas máquinas reta e galoneira é necessário pisar com muita força, por isso é assumida preferencialmente por homens, enquanto as mulheres trabalham melhor na overloque, que exige uma pisada mais leve e um manuseio mais ágil.

La mujer pisa más rápido el over [a máquina de overloque], verdad! Para la mujer es más rápido pegar el over que pegar recta [a máquina reta] y galonera [a máquina galoneira]. Tipo, si un hombre hace diez piezas en over la mujer puede hacer un poco más, quince... Bota más rápido. Y le conviene al oficinista tener una overloquista mujer. Os homens mais gostam de recta e as mulheres mais gostam de overloque e galoneira. Eu vi isso. (Denise)

P - Elas costumam escolher mais overloque e galoneira? Por que você acha?

Não sei, eu vi muito de eso. Porque recta parece que é muito pesada, la pisada dela es forte, tem que pisar forte. Me parece que es desse jeito que eles escolhem.

P - E você, trabalha em qual?

Só galoneira e overloque.

P - Você também não gosta da reta?

Não, porque a pisada dela es muito forte, tem que pisar muito forte, aí eu não gosto. E cansa mais. (Jéssica)

É interessante aqui reconhecer como a divisão das tarefas acontece de acordo com os critérios da força física masculina e da agilidade e atenção ao detalhe femininos. Em nossa interpretação, são características constituídas socialmente, muito mais que dados físicos ou biológicos *essenciais*. No entanto, por conta do maior esforço físico e do tempo que demora para fazer uma peça em cada máquina, há também uma diferença de remuneração, sendo a reta aquela que paga um valor maior por unidade. Denise e Brenda nos disseram que o ganho depende muito mais do tipo de peça costurada que da máquina.

Rectista gana más en la pieza de vestido de fiesta, mientras si es malha gana más el overloquista. Depende, si es tejido

plano, el que gana es el overloquista. Si es malha también, overloquista. Mas si es vestido de fiesta es el rectista.
(Denise)

Porém, em diversas entrevistas, o que aparece como principal fator de remuneração é a produtividade. Quem consegue costurar mais em menor tempo tem maior salário no fim do mês. Brenda conta que, quando tentou trabalhar na reta, ganhava muito pouco porque não dava conta de produzir o suficiente. Ela diz que “solo me aguantaron porque eran mis hermanos”, porque qualquer outro dono de oficina a teria expulsado. A cobrança de que os costureiros produzam em grandes quantidades é alta, principalmente porque os donos financiam alimentação e moradia.

Si estás avanzando poco, no sirves. Así te enseñan en la oficina. “No estás dando para yo gane, porque estoy gastando en tu comida, en tu desayuno, tu almuerzo, te doy casa, y no estás rendiendo”. (Brenda)

Ainda é preciso observar de perto se há condições para que as mulheres produzam na mesma quantidade que os homens, ou que aprendam o novo ofício no mesmo ritmo. De maneira geral, quando chegam a São Paulo, os migrantes não sabem ainda costurar; no caso dos homens, ao serem recebidos em uma nova oficina, se dedicam a aprender a costurar e recebem um valor menor por peça até se tornarem experientes. Mas, como comentamos, com as mulheres o processo pode ser diferente. Caso seja necessário, assumem o trabalho de faxineira ou cozinheira antes de poder trabalhar na costura, ou dividem as duas atividades até adquirirem experiência, o que leva mais tempo. A realização das atividades domésticas, de forma remunerada ou não, marca a diferença de inserção entre homens e mulheres nas oficinas.

Os arranjos familiares e empregatícios variam muito de uma oficina para outra e dentro da mesma oficina, sendo muitas vezes difícil mapear atividades remuneradas ou feitas a partir de uma ideia de obrigação. Em certos contextos, principalmente em grandes oficinas com muitos costureiros empregados, há uma mulher contratada para cuidar da limpeza dos ambientes comuns e da comida de todos os trabalhadores, cujo salário é o mais baixo da oficina, ocupando a posição mais precarizada. A promessa é que ela aprenda a costurar nos momentos livres, mas apenas se sobrar tempo entre a limpeza e o almoço. Selma descreve sua rotina quando era cozinheira, logo quando chegou ao Brasil, em 2001:

Fazia comida e dormia um pouco, logo fazia alguma coisa, limpava alguma coisa, depois fazia o jantar e dormia de novo. Acordava e fazia café e tudo de novo. Não tinha tempo pra fazer outra coisa, aprender a costurar. Cozinheira era

cozinheira e costureiro era costureiro, não podia entrar na cozinha e eu não podia entrar na oficina. (Selma)

Em outros casos, as atividades domésticas são tidas como obrigação da mulher e não são remuneradas, ou fazem parte das tarefas gerais de ajudantes, como é o caso de Denise. É o que acontece principalmente em contextos familiares, em que a mãe, por exemplo, cuida da casa (às vezes com ajuda da filha) enquanto o pai e os filhos trabalham na costura. Isso lhes retira tempo do trabalho produtivo, o que reduz sua produtividade e o salário no fim do mês. Se elas se dedicam a fazer a limpeza apenas nos horários de descanso, perdem os poucos horários livres que podem ter e acabam trabalhando mais e recebendo menos. Isso repõe a dificuldade de acesso ao trabalho e ao dinheiro, como elas viveram na Bolívia, e reforça as contradições de gênero que fundamentam o *patriarcado produtor de mercadorias*. Com o processo migratório, não se resolvem essas tensões, que muito antes se reproduzem em sentido cada vez mais crítico, submetendo as migrantes a condições precárias de trabalho e de vida – no caso das bolivianas, além do baixíssimo pagamento pelas longas jornadas de costura e das condições insalubres das oficinas, a responsabilidade total pela realização das atividades domésticas. A naturalização destas atividades como femininas é evidente:

Por costumbre, creo que la mujer [trabalha mais], porque tiene que hacer limpieza. Tipo, el hombre deja a su máquina, entonces en fin de semana la mujer tiene que limpiar. Limpia la oficina, despolvorea [tira a poeira que a costura produz], limpia y hace limpieza de toda la casa. (...) Si tiene cocinera, ella hace, y si no, entonces vienen las costureras. El mismo dueño le dice: “tienes que limpiar, tienes que hacer eso”. Le viene con el propósito de que eres mujer, tu tienes que demostrar que eres mujercita.

P - E recebem para fazer isso?

No.

P - Fazem por obrigação?

Sí, por género, no sé... (Denise)

Segundo Denise, como agora ela é a única mulher da oficina além de sua tia, lhe cabe fazer toda a limpeza. O fato de ter sido recebida pelos tios também faz com que sinta certa obrigação sobre a realização desse trabalho, como se devolvesse o favor a eles. Assim, as atividades domésticas serem consideradas *naturalmente* de atribuição feminina lhes sobrecarrega na realização conjugada do trabalho abstrato com as atividades domésticas.

As mulheres casadas acabam criando arranjos específicos com os maridos na divisão do trabalho produtivo e tarefas domésticas. Denise chama atenção para esse tipo de arranjo, pensado inclusive pelos donos das oficinas:

Y algunas oficinas prefieren casales que solteros. Tipo, o solteiro te va a hacer problemas, va a tomar, va a pelear, le va a molestar a otra persona, mientras si es casal, le conviene. Si su marido, por ejemplo, sabe hacer galonera y su mujer no, entonces ya tiene una cocinera. (Denise)

Outra característica dessa divisão entre trabalho produtivo e atividades de reprodução é o cuidado com os filhos. Da mesma forma que as mulheres se retiram do trabalho produtivo para realizar as atividades domésticas, se retiram para cuidar dos filhos: se bebês, banhá-los, amamentá-los, trocá-los; se crianças, levar e trazer da escola e fazer-lhes companhia. Quando são mulheres solteiras ou divorciadas com filhos, a mulher precisa sozinha conjugar trabalho produtivo, limpeza do próprio quarto (às vezes das áreas comuns também, como comentamos) e cuidado com as crianças. Carmen conta que, sempre que possível, faz breves intervalos no trabalho da costura para ver como está sua filha, o que está fazendo, se comeu, se fez a lição, mas lamenta não poder acompanhá-la mais. Era também o caso de Jéssica, antes do falecimento de seu filho⁸.

Vale ressaltar que essa é uma condição ocupada apenas pelas mulheres, que sempre ficam com os filhos após uma separação do casal. Acaba colocando as mulheres em situação ainda mais precarizada, já que têm que sustentar a si e aos filhos, lidar com a sobrecarga de trabalho produtivo e atividades de reprodução também de si e das crianças e, além disso, são preteridas pelos donos das oficinas que se queixam de que elas trabalham menos para cuidar dos filhos, porque precisam fornecer alimentação para as crianças, além da mãe, e dar-lhes um quarto individual, ao invés de dividi-lo com outros costureiros. Isso porque a exclusividade do cuidado feminino sobre os filhos é *naturalizada*, e a ausência completa do pai é realidade na maior parte dos casos.

Há, ainda, uma forma de violência mais direta e explícita nas oficinas: as agressões físicas e sexuais às mulheres. As primeiras costumam acontecer entre casais, muitas vezes em situações em que o homem está alcoolizado. Nos postos de saúde, segundo as agentes do Programa Saúde da Família que acompanhamos, é comum aparecerem mulheres machucadas afirmando terem “caído da escada” ou “tropeçado”, já que o assunto segue sendo um tabu.

As agressões sexuais, principalmente na forma de estupros, também são recorrentes. Esse tipo de ocorrência é reforçado pelo fato de morarem todos dentro da oficina, expondo mais as mulheres. Selma chegou a ter uma oficina de costura com o marido; quando as filhas chegaram aos 12, 13 anos, decidiram trabalhar em casa apenas entre os dois, porque têm medo de que as meninas sejam assediadas por um costureiro que contratem. Acabam perdendo pedidos

grandes porque apenas ela e o marido não dão conta de costurar tudo, mas ainda assim abrem mão da possibilidade de um ganho maior. Essas agressões não partem apenas de desconhecidos, mas muitas vezes de parentes, como tios, primos, padrinhos e cunhados. Em uma oficina que visitamos em trabalho de campo, duas meninas, ambas sobrinhas do dono, haviam sido “mandadas de volta” para a Bolívia pouco após a sua chegada. A suspeita das agentes de saúde era que teriam sido agredidas pelo tio e engravidado, sendo obrigadas a voltar ao país de origem.

Eu tenho certeza de que muitas mulheres que vão trabalhar nas oficinas de costura sempre por los donos são violadas. Eso sempre escuté, sempre. Por meninas que falam pra mim... (...) eu conheci muito boliviano que en lugar delas, en casa que elas viviam, el dueño de oficina violava elas. Isso eu vi muito... Meninas, hasta filha deles violavam, costureiros, pais, tios, eu vi muito de eso. Eu falei: poxa, eu estou num lugar muito triste. (Jéssica)

Como vimos aqui, as mulheres nas oficinas cumprem papéis naturalizados, tidos como *essência feminina, desde sempre e para sempre*, no que diz respeito a trabalharem em máquinas mais leves e ágeis, realizarem as atividades domésticas e terem responsabilidade sobre o cuidado dos filhos. Na contradição fundante do *sistema produtor de mercadorias*, cabe a elas a esfera da *reprodução*, aparentemente dissociada do trabalho e do dinheiro mas fundamental para que existam como tais. Nisso caracteriza-se como *patriarcal*.

As bolivianas, buscando de alguma maneira reproduzir-se no aprofundamento da crise do trabalho, tornadas por ela *obsoletas* e obrigadas a se submeter à precarização extrema do emprego na costura simultaneamente à responsabilidade pelas tarefas domésticas, submetem-se ainda a uma renovada possibilidade de agressões físicas e sexuais. Suas trajetórias de migração configuram-se assim a partir de formas econômicas e extra-econômicas de violência particulares de sua condição de gênero. Tais formas de violência aprofundam-se no contexto da crise contemporânea do trabalho, compondo o que chamamos aqui de *acirramento das contradições de gênero*.

Migração boliviana para São Paulo e feminização das migrações

A partir dos estudos do conceito de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), entendemos que a migração boliviana para São Paulo é resultado da articulação entre processos contínuos de modernização e mobilização do trabalho, que são em si inseparáveis: *modernizar é mobilizar*. O histórico da migração boliviana para São Paulo que apresentamos marca alguns momentos

do processo de modernização boliviano que mobiliza trabalho, simultaneamente, do campo para a cidade, entre cidades bolivianas e para outros territórios, como o brasileiro.

Dentro dos processos de mobilização, o termo *feminização das migrações* sugere uma transformação de um ou vários fluxos migratórios a partir de um recorte de gênero. O conceito é usado diversamente com sentido quantitativo e qualitativo, muitas vezes sem distinção. Por isso, acreditamos ser necessário delinear que tipo de transformações estão ocorrendo e quais as suas causas. Esta compreensão é fundamental para discernir que lugar ocupam as mulheres nas relações familiares e de gênero em diversos contextos migratórios.

Diante do breve quadro da inserção de bolivianas nas oficinas de costura, comecemos a nos perguntar o que então quer dizer a *feminização* como tendência desse mesmo fluxo migratório e como ela se manifesta empiricamente, elaborando um conjunto de questões sobre *em que se constitui o fenômeno*. Para uma interpretação quantitativa, podemos perguntar se se trata de um aumento percentual ou absoluto do número de mulheres, que indique um aumento da presença feminina ou uma superação percentual em relação ao número de homens. Os dados de Cymbalista e Xavier (2007), bem como nosso trabalho de campo, indicam que não é o caso. Além disso, detalhe de grande importância, há poucos dados sobre as mulheres na primeira onda migratória boliviana, o que dificulta uma análise puramente quantitativa.

Por outro lado, o chamado fenômeno da feminização pode ser analisado qualitativamente. Poderia tratar-se de uma mudança em relação ao *pioneirismo feminino* na migração, em que as mulheres deixariam apenas de seguir os maridos ou acompanhar as famílias e passariam a migrar sozinhas, podendo ser as pioneiras em relação a seus grupos familiares. Pode tratar-se, em outra hipótese, de uma reinserção das mulheres na sociedade de destino, ou de uma diferenciação de gênero nas formas de inserção laborais e sociais. Uma feminização do fluxo migratório indica transformações na sociedade de origem, de destino ou em ambas? Dito de outra forma, pergunta-se se há fatores que afetam particularmente as mulheres na Bolívia ou se há condições de inserção em São Paulo que favorecem a presença feminina. Ou, ainda, se a configuração dos grupos familiares e a posição neles ocupada pela mulher têm determinação sobre os projetos migratórios femininos.

Tentaremos responder aos dois conjuntos de perguntas, acessando aquilo que tem se chamado de *feminização do fluxo de bolivianos para São Paulo*. É preciso, porém, fazer uma advertência. O conceito de *feminização das migrações* dá a entender que, em algum momento anterior, houve então uma migração essencialmente masculina que agora transforma-se no seu outro. Essa formulação, antes de evidenciar a presença de mulheres nos processos migratórios, a obscurece. Por um lado, apagando a existência de trajetórias de migração feminina anteriores, por outro, pressupondo um sujeito migratório *sexualmente*

neutro que, submetido à análise, admite-se como sujeito masculino, já que a sua feminização seria então transformar-se no seu outro. Em ambos os casos, há de se reconhecer que os processos de mobilidade do trabalho não estiveram nunca cindidos de relações de gênero e familiares em que se encontravam os migrantes, e que não é agora que tornam-se esses aspectos determinantes das trajetórias de mobilidade do trabalho.

Vainer (1999), quando convidado a falar justamente sobre *novas tendências migratórias do século XXI*, tenta discernir entre fatos sociais novos e fatos invisibilizados que são trazidos à superfície. Distingue, portanto, processos que dizem respeito às transformações da realidade social de processos que se referem aos instrumentos teóricos usados para pensar essa mesma realidade. Isso nos ajuda a pensar se a *feminização* constitui um fato social novo, uma quantidade maior de mulheres migrando, ou uma transformação profunda nas relações de gênero dentro dos fluxos migratórios, ou se constitui um movimento teórico que tira deste lugar do *ocultamento* o lugar do gênero nos processos de migração e mobilidade do trabalho.

Assim, as perguntas colocadas anteriormente aparecem agora sob novo matiz: trata-se de uma mudança nos fluxos migratórios ou nas análises teóricas que se produzem sobre eles? A feminização constituiria-se como um fenômeno empírico, que trata de mudanças nas experiências sociais de mulheres bolivianas mobilizadas pelo trabalho, ou antes um fenômeno teórico, ligado a transformações da própria teoria, que passa a se interessar por temas como gênero, sexualidade e raça? Isto explicaria, por exemplo, porque não há dados sobre a presença feminina na chamada primeira onda de migração boliviana e porque, a partir dos anos 2010, surgem diversas pesquisas no tema (cf. por exemplo Rezera, 2012; Almeida, 2013; Ribeiro, 2015). Aqui, propomos que os dois processos estão intimamente ligados. Há, por um lado, mudanças significativas em curso em relação à presença feminina e aos papéis de gênero que elas ocupam neste contexto migratório particular; por outro, há também um interesse renovado por parte das ciências humanas.

As pesquisas existentes sobre migração feminina na indústria da confecção são preciosas na medida em que localizam mulheres latino-americanas e particularmente bolivianas na sua inserção em São Paulo, mas a compreensão aprofundada daquilo que constitui a *feminização* dos fluxos migratórios depende de um argumento que o compreenda em relação com a totalidade dos processos sociais, e não como particularidade isolada. As transformações a partir da migração precisariam ser vistas em tensão com o movimento da totalidade e, para isso, a reflexão precisa ir além das características internas do grupo migratório. Essa totalidade é por nós entendida como *o sistema produtor de mercadorias*.

Acontece que esse *sistema* aprofunda-se cada vez mais em sua própria crise. A concorrência dá o tom da relação entre os vários produtores de mercadorias, impulsionando-os coercitivamente a um aumento da produtividade através

do desenvolvimento científico e tecnológico. Principalmente após a terceira revolução industrial, aquela que implementa a microeletrônica e a informática como forças produtivas fundamentais, o trabalho humano passa a ser expulso dos processos de produção e tornado supérfluo. Ao mesmo tempo, a utilização valorizadora do trabalho é espremida até o fim do bagaço. Os trabalhadores tornados agora obsoletos são forçados a condições precárias de emprego e de vida, quando não à miserabilização ou ao seu próprio aniquilamento.

O *sistema produtor de mercadorias* articula contraditoriamente duas esferas, qual sejam, aquela do trabalho, conotada com o universo masculino, e aquela da reprodução da vida, que engloba as atividades domésticas, a família e tudo aquilo que *não é* trabalho, estando dele dissociado e conotada, portanto, com o feminino. A crise do trabalho colocada nesses termos não tem neutralidade de gênero; é também uma crise da esfera da reprodução e relaciona-se também com os âmbitos doméstico e familiar. O que afirma Scholz (2004) é que a crise assim constituída leva ao acirramento das disparidades sociais constituídas como gênero.

As formas de violência econômica e extra-econômica pesam ainda mais sobre os indivíduos dissociados da esfera do trabalho abstrato, aqueles que não correspondem à sua personificação como o homem, também branco e ocidental, constituindo um acirramento nas contradições de gênero no contexto do sistema produtor de mercadorias. O aprofundamento dessas tensões abarca ainda as dimensões do racismo, do sexismo e da xenofobia, e *aparece* empiricamente de maneiras diversas; atendo-nos ao universo das migrações, podemos citar os naufrágios de navios no Mar Mediterrâneo levando refugiados e imigrantes do norte africano para a Europa, o tráfico de mulheres como escravas sexuais em diversos países do mundo, os assassinatos e humilhações na fronteira do México com os EUA, e isso apenas para arranhar a superfície mais trágica.

O contexto de degradação da vida das mulheres na Bolívia faz parte desse quadro. É o contexto de saída. São elas tornadas *supérfluas* na própria origem, negadas do acesso à terra, ao trabalho e ao dinheiro. A minguada fatia de trabalho que sobra é dividida preferencialmente entre os homens, enquanto às mulheres não caberia mais que cumprir seus papéis naturalizados: as atividades domésticas, o cuidado com os filhos, os trabalhos *mais baixos*. A exposição das bolivianas à superexploração do trabalho, à violência de gênero das oficinas, à sobrecarga de trabalho produtivo e atividades domésticas é o contexto de inserção.

O que propomos é que o fenômeno de *feminização das migrações* seja lido como processo social complexo que compreende origem e destino, relações de gênero e formações particulares do patriarcado, a partir de uma relação de totalidade com a crise do trabalho e o acirramento das contradições de gênero como processo social. Nesses termos, a mulher torna-se cada vez mais responsável pelas esferas da reprodução e do trabalho, mesmo que nesta

última chegue a ocupar os piores postos restantes, e aprofunda-se a violência particular de gênero.

Porém, é preciso reconhecer que a possibilidade de migração das bolivianas é dada também por um ganho de autonomia. Que elas possam sair do país, buscar emprego e sair da tutela masculina – do pai, do marido, dos irmãos – faz parte de uma conquista de independência. Mas o cerne da *feminização das migrações* é a contradição a que chegamos agora: o ganho de autonomia, o escape ao controle familiar e matrimonial, o acesso ao trabalho e ao dinheiro que acontecem no processo migratório levam também a formas renovadas de violência econômica e extra-econômica, como mostramos aqui.

A mobilização feminina para o trabalho expressa o lugar contraditório das mulheres na crise contemporânea: como aumento da autonomia, por um lado, e formas renovadas de violência, por outro. A pesquisa será então capaz de delinear as formas de autonomização das novas migrantes e as formas particulares de violência e contextos históricos de formação do patriarcado que possam relacionar a experiência empírica de migração dessas mulheres com a totalidade do processo social.

Nessa linha, seria de considerar que as condições concretas da vida feminina migrante, configuradas pelo acirramento das contradições de gênero, criam para o Estado um novo problema que compõe o seu papel como gestor da crise, exigindo dele políticas públicas que respondam a este problema. O que sugerimos ainda é que o renovado interesse pelo papel que a mulher ocupa nos fluxos migratórios atuais, para além de uma mudança concreta nas formas de mobilidade *femininas*, indica também uma crescente demanda da sociedade civil e preocupação do Estado em formular políticas públicas que atendam a essas mulheres como parte de um planejamento de gestão da crise⁹.

Não podemos, aqui, *resolver a realidade* da chamada *feminização das migrações*, mas sim entender seu lugar no contexto da crise do trabalho e do acirramento das contradições de gênero. No fundo, queremos entender qual a transformação das relações de gênero no contexto de crise de valorização. Como esse lugar não é único nem universal, tratamos de desenhar o papel concreto que realizam estas mulheres que se mobilizam da Bolívia a São Paulo para se inserir nas oficinas de costura sob as condições de superexploração e violência que enfrentam.

Notas

¹ Cada Unidade Básica de Saúde (UBS) tem uma equipe do Programa Saúde da Família (PSF) que se organiza para visitar os domicílios de sua área de atuação. Como os bolivianos moram no local de trabalho, este se configura como domicílio. São visitados pelos agentes de saúde apenas os domicílios que se cadastrarem no programa.

² Os nomes das entrevistadas foram alterados para manter a sua privacidade.

³ O Decreto 21.060, promulgado pelo então presidente boliviano Victor Paz Estesoro, altera a constituição e marca a entrada do modelo neoliberal no país, promovendo uma série de reformas. “Em 1985, o modelo de Capitalismo de Estado foi abandonado, transferindo-se ao setor privado a responsabilidade principal de investimento produtivo. O Estado assumiu o papel de regulador e garantidor da estabilidade macroeconômica e de promotor dos investimentos públicos em saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura. Com o Decreto 21.060, também conhecido como a nova política econômica, o investimento privado e a abertura e integração da economia na globalização constituem as novas bases do crescimento econômico” (WANDERLEY, 2009, p. 165). Em 2011, o Decreto 21.060 é derogado pelo presidente Evo Morales (cf. <http://hoybolivia.com/Noticia.php?IdNoticia=47456>, acesso em 01/06/2015).

⁴ Chegando a 100.000 habitantes/ano em um país de 8,5 milhões de habitantes (VACAFLORES, 2003, p. 2).

⁵ Dados disponíveis em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/perfilesNacionales.asp?idioma=e>. Acesso em 11/05/2015.

⁶ Principalmente em lojas ou pequenos boxes de galerias comerciais em bairros como Bom Retiro e Brás. Essas lojas são de donos brasileiros ou bolivianos e revendem diretamente roupas produzidas nas oficinas de costura, muitas vezes do mesmo proprietário.

⁷ Com uma pequena tesoura, corta fiapos de tecido que eventualmente sobram nas roupas depois de já terem sido costuradas.

⁸ Seu filho faleceu em junho de 2015, antes da realização de nossa entrevista.

⁹ O trabalho de campo realizado nesta pesquisa incluiu também a participação em duas pré-conferências municipais sobre direitos da mulher imigrante, realizadas com o objetivo de levantar propostas para serem levadas à Conferência Municipal da Mulher, realizada em outubro de 2015. Além disso, há grupos organizados atuando sobre a questão da mulher imigrante em São Paulo, cujas ações têm, como parte dos objetivos, pretensão de alcançar alguma instância de gestão pública para a realização de projetos visando esse público (sem especificação de nacionalidade). Entre as propostas levantadas, estão a criação de uma casa de parto com atendimento específico para mulheres imigrantes, tanto no que se refere a práticas tradicionais de parto (como o parto andino, por exemplo) quanto a um atendimento na língua materna da gestante; a criação de creches e vagas para crianças imigrantes; a preparação de funcionários públicos do Sistema Público de Saúde e de setores da burocracia para o atendimento aos imigrantes; entre outras.

Referências

- ALMEIDA, Táli. *As imigrantes sul-americanas em São Paulo: o trabalho feminino na construção de trajetórias transnacionais*. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência para Análise da Integração da América Latina) – Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2013.
- CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. In: *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007, pp. 119-133.
- FAVARETTO, Júlia Spiguel. *Descolonizando saberes: Histórias de bolivianos em São Paulo*. 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FREITAS, Patrícia Tavares de. Imigração e trabalho: determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade de São Paulo. *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambú – MG, 2010.
- GAUDEMAR, Jean-Paulo de. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- NÓBREGA, Ricardo. Migração e mobilização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo. In: DOMINGUES, José Maurício et al (org). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 181-206.
- REZERA, Danielle do Nascimento. *Gênero e trabalho: Mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010*. 2012. 209 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, Clara Lemme. *Migração feminina e mobilidade do trabalho: mulheres bolivianas em São Paulo*. 2015. 79 p. Trabalho de Graduação Individual (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SCHOLZ, Roswitha. *A nova crítica social e o problema das diferenças*. 2004. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-schol3.htm>. Acesso em 28/02/2014.
- SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas: 1997.
- VACAFLORES, Victor. Migración interna e intraregional en Bolivia: una de las caras del neoliberalismo. *Revista Aportes Andinos*. No 7. Globalización, migración y derechos humanos. Outubro 2003.
- VAINER, Carlos Bernardo. Migração e mobilidade na crise contemporânea da modernização. In: HEIDEMANN e SILVA (org.) *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*, Coletânea de textos do Simpósio Internacional (São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999). São Paulo: Humanitas / USP, 1999, pp. 11-30.

WANDERLEY, Fernanda. A Bolívia entre a mudança e a inércia: regime de emprego e de bem-estar social nos últimos vinte anos. In: DOMINGUES, José Maurício et al (org.) *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editoria UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 161-180.

RESUMO

O presente artigo pergunta-se sobre a nova tendência migratória chamada de *feminização das migrações*, partindo do caso empírico do fluxo de bolivianos para São Paulo. A presença feminina boliviana passa a chamar atenção após a década de 1990, quando começa a aumentar rapidamente. Os motivos de saída da Bolívia das mulheres relacionam-se às dificuldades no acesso à terra, ao trabalho e ao dinheiro. Após a chegada, as trajetórias passam necessariamente pelo emprego na costura, podendo seguir por outros caminhos. Nas oficinas, as mulheres lidam com uma divisão do trabalho produtivo, a realização das atividades domésticas, o cuidado com os filhos e a exposição à violência sexual. Em nossa interpretação, a *feminização das migrações* constitui-se como um momento da crise do trabalho, tanto em relação à sua mobilização *para fora* do país de origem quanto em relação à sua inserção. O cerne dessa nova tendência é a contradição entre um ganho de autonomia por parte das mulheres e uma exposição a formas renovadas de violência.

Palavras-chave: feminização da migração, bolivianas, crise do trabalho.

ABSTRACT

The present article discusses the new migratory tendency called *feminization of migrations*, having the empiric case of the Bolivian immigration flux to São Paulo as its starting point. In the 1990s, Bolivian feminine presence starts attracting attention when it mushrooms. These women's reasons for leaving Bolivia are related to difficulties in accessing land, labor and money. After their arrival, the trajectories necessarily go through working in sewing sweatshops, sometimes leading to different paths. In these sweatshops, women must face the division of productive labor, the performance of domestic activities, children care and an exposition to sexual violence. To our interpretation, the *feminization of migrations* constitutes a moment of a labor crisis, regarding their mobilization *outside* their native country as much as their insertion. This new tendency's core is the contradiction between an autonomy gain and an exposition to renewed forms of violence.

Key-words: migration of feminization, bolivian, labor crisis.

Mulheres japonesas e suas famílias: migração e colonização privada no estado de Mato Grosso - 1952

*Aldina Cássia Fernandes da Silva**

Introdução

Este artigo faz parte das pesquisas realizadas para a dissertação “Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso - Gleba Rio Ferro (1950 – 1960)”, de 2004. As experiências de homens e mulheres revelaram rostos diversos que participaram do processo migratório e da colonização privada. Nas múltiplas formas de lembrança, enquanto sujeito histórico, a mulher japonesa revela os papéis por ela assumidos na migração a partir de costumes aprendidos na família, sempre voltados para a formação de sentido cultural e para a orientação de ações futuras para a vida dos seus membros.

Recorre-se a Jörn Rüsen (2014) para fundamentação das reflexões e compreensão da formação de sentido cultural. Esta consiste na apreensão do tempo, enquanto categoria universal e elementar da existência humana. A dimensão temporal está em interconexão com a experiência e com “o sentido que os seres humanos extraem do tempo ou conferem ao tempo, eles próprios pertencem a esse evento de sentido da cultura.” (RÜSEN: 2014, p. 254)

Para o autor, a cultura é compreendida como uma forma de “lidar com o tempo que leva à formação de sentido onde quer que vivam seres humanos e como quer que eles vivam.” (RÜSEN: 2014, p.255). Embora a cultura seja uma dimensão que está entrelaçada a outras, como o trabalho e a sociedade, não consegue englobar todos os acontecimentos da vida humana. É preciso interpretar o tempo que possibilita sentido para a vida, pois essa formação de sentido implica a interconexão de quatro atividades mentais consideradas complexas: experimentar, interpretar, orientar e motivar. Assim, experimentar é considerar o tempo como algo que envolve coisas e seres humanos que se alternam. A interpretação se relaciona com a concepção de memorização e expectativa. Com essa premissa a vida humana é realizada conforme a orientação dada, gerando ações motivadoras (RÜSEN: 2014, p.267 e 268).

* Mestre em História pela UFMT, doutoranda em História pela UFPR (CAPES), professora de História da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. E-mail: aldinacassia@gmail.com

Nesse contexto, a partir da interpretação temporal das ações de homens e mulheres japonesas e suas famílias, emergiram vários tipos de formação de sentido e dimensões temporais, que serão explicitadas ao longo do texto, fazendo intersecções com a concepção familiar, o processo migratório e o trabalho, entre outras.

Com essas considerações, é possível verificar que fragmentos dos relatos refletem uma variedade de vivências temporais e a formação de sentido cultural que possibilita entender a interiorização do papel das mulheres no processo migratório e suas dinâmicas. Já as transformações e manutenção de traços culturais são importantes para apreensão dos pilares que amparam as famílias neste processo migratório. Para Morokvasic (2016), a migração pode reforçar as hierarquias na família e as relações de gêneros existentes, mas também possibilita que sejam reformuladas e, então, dar surgimento a novas formas de viver.

Assim, parte-se do princípio de que as primeiras famílias na Gleba Rio Ferro tentaram reproduzir uma estrutura familiar que prezava os valores coletivos como hierarquia e obediência para fortalecimento das relações de gênero já existentes e o sentimento de pertença. No decorrer do processo migratório, porém, profundas modificações ocorreram nessa forma de pensar.

As fontes orais obtidas na pesquisa auxiliam a interpretação do processo migratório por meio do relato das experiências de homens e mulheres que se deslocaram para a Gleba Rio Ferro na década de 50, bem como o entendimento dos papéis assumidos pelos japoneses. São narrativas que atualizam, no presente, o passado repleto de significados culturais e apontam para diversas possibilidades de estudo relacionadas às mulheres japonesas: família, matrimônio, maternidade, trabalho, política, educação, corpo, sentimentos, entre outros.

Dentre as nuances que emergem das fontes orais, há duas vertentes principais vinculadas ao tema: migração de mulheres japonesas e a formação de famílias. A primeira está relacionada à questão da formação de sentido cultural que moldou a variedade de trabalhos desempenhados pelas mulheres japonesas e a segunda, ao tempo dos enlaces matrimoniais. Não há pretensão de englobar todas as questões correlacionadas a essas vertentes. Pretende-se compreender parte da pluralidade de orientação de papéis desempenhados pelas mulheres japonesas na família dentro do novo espaço ocupado, bem como identificar os traços culturais que proporcionaram sentido e emolduraram as formas de agir e pensar dos homens e mulheres em estudo.

Nessa linha, os fragmentos de relatos de memória são de homens e mulheres que se disponibilizaram a contar, no presente, suas experiências, o que possibilita o tecido do texto. As entrevistas foram realizadas entre 2003 e 2007 e especificadas à frente do nome dos entrevistados. Os narradores são japoneses e descendentes que emigraram das ilhas centrais do Japão. Destaca-se que no Japão há vários grupos étnicos que compõem o país, como os Okinawas e os Ainus, entre outros. Diante dessa heterogeneidade, é importante salientar a origem do grupo que se pretende estudar. Os entrevistados têm como referência as províncias pertencentes às Ilhas Centrais do Japão: Fukushima, Wakamiyae

e Nagano entre outras. O pertencimento a essas províncias confere diferenças culturais consolidadas durante o período de unificação e expansão territorial japonesa em relação aos povos que foram anexados ao Japão.

Não é oportuno fazer uma discussão sobre as diferenças culturais existentes no Japão, mas é interessante considerar que, na formação de sentido cultural de inúmeros japoneses das Ilhas Centrais, a representação de famílias como tradicionais está relacionada com a orientação cultural, tendo como referência o sentimento de pertença aos lugares de origem, às tradições e os costumes. O sentido dessa configuração de pertencimento é reconstituído na formação da colônia Gleba Rio Ferro, nas associações, em muitos processos migratórios e nos papéis desempenhados por inúmeras mulheres e homens japoneses.

Sendo assim, os fios que compõem cada relato de vida trazem inúmeros meandros e permitem a visualização de vínculos da memória de muitas mulheres japonesas com relação à formação de sentido cultural e à família. Em vista disso, a “História oral permite o registro de testemunhos e o acesso à “história dentro da História” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI: 2008, p. 156).

A propósito, a história oral é entendida como metodologia que permite a ampliação do conhecimento de muitas mulheres e homens japoneses que reelaboram suas experiências em relação a seu papel e ao sentido cultural das suas ações. A afirmação se sobrepõe: “Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI: 2008, p. 165).

No entanto, segundo Paul Ricoeur (2007), a memória individual faz parte da memória coletiva, mas representa um ponto de vista que se modifica conforme o lugar social que ocupa. Esse lugar também se altera, conforme a interação das pessoas com vários meios. Desse modo, os fragmentos dos relatos serão compreendidos no presente texto considerando a posição social dos sujeitos no grupo familiar.

Da Gleba Rio Ferro

No contexto sociopolítico, as famílias japonesas fizeram parte do processo de migração e colonização, na década de 1950, do Estado de Mato Grosso, cuja política foi pautada na ocupação privada dos espaços considerados vazios com mão-de-obra imigrante, no norte do estado, destinados à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola.

Para os governos estadual e federal, a economia mato-grossense não proporcionava grandes rendimentos para os cofres do Estado e da União. Os discursos governamentais afirmavam que sua maior preocupação era “colonizar os espaços vazios”, a fim de dinamizar a ocupação produtiva da terra. O governo estadual colocou à venda áreas de terras devolutas com oferta de glebas para empresas privadas que estivessem interessadas em trazer colonos que se estabelecessem em Mato Grosso.

Silva (2004) observa que o governador da época, Sr. Fernando Corrêa da Costa, até 1950, limitara-se a reservar grandes áreas de terras para a colonização privada. O interesse era por empresas que tivessem capital para abrirem as matas e ofertassem infraestruturas aos colonos que adquiriam os lotes. Na retórica do governo, essa política tinha como proposta promover o desenvolvimento do Estado e salvaguardar os interesses dos pequenos lavradores, por meio da colonização dirigida. As glebas foram, então, demarcadas com cerca de 200.000 hectares para cada empresa colonizadora que deveria dividi-las em pequenos lotes e vendê-las a “interessados idôneos”. A gleba destinada a Colonizadora Rio Ferro Ltda. pertencia a Yassaturo Matsubara, que havia obtido 200.000 hectares para promoção da colonização com imigrantes japoneses.

A Gleba Rio Ferro está localizada ao norte do Estado de Mato Grosso e distante da capital Cuiabá aproximadamente 513 quilômetros, com passagem e transporte pelas BR MT-364, MT-225, MT-163. Foi nesse contexto que as mulheres se tornaram mais independentes. Subiram nos caminhões, escolheram o que levar e partiram juntamente com seus familiares para esse novo espaço. Nesse processo, a família tinha como chefe o homem que negociou a aquisição das terras e detinha o poder de comando da rede familiar. A seguir será detalhado o papel das mulheres na rede familiar no processo migratório.

As mãos que lavram a terra e a formação cultural de sentido



Mulheres no desmate das terras da Colônia Rio Ferro.
Fonte: Acervo Particular da Família Matsubara (1955)

Para ilustrar a questão, vê-se que na Gleba Rio Ferro as mãos das mulheres “arremessaram machados” contra os troncos das árvores e utilizaram o “traçador¹” no corte dos troncos. A lembrança do “tempo do desmate”, vivenciada pelas japonesas, revela parte do cotidiano dos acampamentos:

“É, mais me arrependi de ter vindo para o Rio Ferro. Porque veio num mato desse, nossa. Sofrimento que passei!! Nessa Dracena, que nós fomos derrubar mato eu passei apurada, tinha que cozinhar debaixo da chuva, não podia fazer na barraca, cozinhar embaixo da lona queimava tudo né, não dava. E lá fora quando chovia, fazia comida lá fora chovendo. Ah! Que sofrimento que passei!!!” (Relato de Nobuco Wakamiya Konno - 2003).

Verifica-se que as ocupações no campo durante o “tempo do desmate” se entrelaçavam com o tempo do trabalho doméstico. Cozinhar era considerado uma atividade feminina que devia ser conciliada com o trabalho pesado da derrubada das matas. No cotidiano do acampamento, o mais significativo para a narradora foi a preparação dos alimentos sob a chuva. A lembrança do sofrer da narradora está em tensão com a sua expectativa, pois o sentimento de esperança por dias melhores, que as invade ao subirem o caminhão, modifica-se frente à realidade enfrentada na chegada.

Os colonos japoneses acampavam com seus familiares em locais próximos da área a ser desmatada. Não havia preocupação de se montar uma cozinha, ou mesmo uma cobertura, para que as mulheres pudessem armazenar utensílios e alimentos. A preocupação deles sempre estava relacionada à abertura das matas e estradas, construção de pontes e balsas somente para aquisição de lotes de terra.

As estradas que davam acesso às propriedades foram abertas pelos colonos, que ao chegarem às terras adquiridas iniciavam a construção das residências de suas famílias. Convém ressaltar que os japoneses que se deslocaram em caravanas para a Gleba trabalharam em conjunto com os engenheiros e empreiteiros contratados pelo colonizador. A Colonizadora contratou vários colonos para auxiliar no tempo do desmate. O colonizador, como garantia da força de trabalho, havia estipulado uma cláusula que estabelecia requisição da força do trabalho familiar, caso se necessitasse. Isso constava num contrato assinado pelos colonos que definia idade acima de 14 (catorze) anos. As famílias que chegaram depois da primeira caravana já encontraram, portanto, uma realidade diferente: espaço desmatado e construído.

Naquele momento o mais importante e significativo para esses colonos era conseguir um lote de terra para serem proprietários e tornarem-se agricultores autônomos. Muitos imigrantes acreditavam que somente com dedicação ao trabalho alcançariam uma vida melhor. Assim, o “tempo de trabalho” prevalecia

sobre outras práticas cotidianas. Para enfrentar o deslocamento, a abertura das terras, a mudança de vida, muitos homens e mulheres japonesas recorreram aos princípios do *gambarê*, que significa “a luta para vencer através da qual os imigrantes japoneses, do trabalho e dos estudos procuram os meios para vencer” (SAKURAI: 1993, p. 62). Para a narradora D. Heloisa, *gambarê* significa:

Se esforce! Em tudo, em estudo, em trabalho, em atividade, em tudo, se esforce. Sempre falava assim: *gambarê*, né. Se esforce para ser feliz, sempre minha mãe falava. Isto era normal para nós. Falava assim, para se esforçar, para vencer as dificuldades e ser feliz em tudo. (Relato de HeloisaYumiko - 2003).

No tempo do desmate, esses valores proporcionaram sentido às ações e foram fundamentais para que homens e mulheres suportassem as dificuldades. A dedicação e o esforço da mulher japonesa, responsável por estes ensinamentos na família, representaram um papel preponderante no tempo do desmate, na preparação do solo para o cultivo, na educação dos filhos, nos afazeres domésticos. Assim, a imersão no trabalho, com resignação e disciplina, era a forma de “vencer na vida” e garantir a educação para um futuro melhor aos seus descendentes. Esses valores são parte da ideia de *gambarê*, conceito muito significativo para todos.

Do ponto de vista do *gambarê*, as mulheres vivenciavam uma experiência de desmate diferente de muitos homens, pois conciliavam seus afazeres domésticos aos recursos existentes no novo espaço de ocupação. Nas narrativas, o papel da mulher à frente da expansão e colonização nas terras da Gleba Rio Ferro não se restringe à educação dos filhos e às tarefas da casa. A mulher japonesa também trabalhou no desmate, no plantio e no cultivo da terra, assim como a professora da escola da Gleba, que também vivenciou esse tempo de uma forma ímpar, singular.

Para Sakurai, (1993: p.93) “São essas personagens femininas que exercem como ninguém o espírito do *gambarê* e sofrem de perto as agruras das diferenças culturais”. Já os jovens, desde cedo, eram inseridos nos trabalhos domésticos e no campo. Cortavam os arbustos pequenos e limpavam as gramíneas que cobriam o solo. Na divisão do trabalho, emerge a polarização masculina e feminina na distribuição das tarefas. Como uma função exclusivamente masculina, o trabalho na abertura de estradas, construções, pontes e balsas sempre obteve destaque.

Contudo, para se entender os papéis desempenhados por homens e mulheres japonesas, faz-se necessária a compreensão de algumas considerações sobre a formação de sentido cultural das famílias japonesas. Já foi mencionada a questão dos valores do *gambarê*, ensinado na família e constituinte da orientação de sentido cultural tradicional para os japoneses com o objetivo de modelar o comportamento esperado. Há, porém, outros valores que se entrelaçam a esta

formação de sentido cultural fundamentados nos processos cognitivos, como respeito, hierarquia, solidariedade, cooperação, entre outros. São orientações culturais tradicionais que permitem aos japoneses a compreensão do mundo, de si mesmos e dos outros.

Apesar de haver muitas nuances que envolvem essa questão, serão associados a ela alguns elementos recortados e que fizeram parte das experiências de muitas mulheres japonesas e de suas famílias. Os japoneses da Gleba Rio Ferro imigraram para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1930 e fixaram residência na cidade de Marília (SP). Vieira (1973: p.111) realizou estudos sobre as famílias japonesas estabelecidas na cidade de Marília (SP) e afirma que as relações familiares “caracterizavam-se por um padrão de subordinação-dominação, uma nítida hierarquização e uma orientação coletiva.”

Após a Segunda Guerra Mundial, no Japão e no Brasil, esses pilares da família japonesa sofrem modificações. A maioria desses japoneses migrantes traz, porém, elementos culturais que aprenderam nas relações familiares para o novo espaço de ocupação como o sentido cultural tradicional, a hierarquia e a solidariedade. Nessas constelações familiares, o potencial de sentido que os japoneses conferem à sua interpretação no presente está carregado de peculiaridades do passado, observadas nas experiências narradas. O futuro, segundo os mais velhos, depende da continuidade desse sentido nas ações dos descendentes. Ocorrem, todavia, mudanças dos tempos na apropriação desse sentido, que pode ser efetuada de outras formas, como por meio do “distanciamento crítico, rejeição e condenação.” (RÜSEN: 2014, p. 275).

De acordo com a hierarquia familiar, cada membro deve reconhecer o direito do outro de interferência em determinados assuntos que, mesmo individuais, são percebidos como assuntos familiares. Por isso a afirmação: “Os japoneses visam à conduta adequada às várias idades e ocasiões, mais que a consistência dos caracteres” (BENEDICT: 2002, p.239).

Nessa família, o chefe mantinha uma relação de subordinação com os membros da família e representava o poder máximo. As decisões sobre casamento dos filhos, trabalho familiar, educação, assuntos sociais e econômicos ficavam sob a responsabilidade dele. Esse poder hierárquico dentro das famílias japonesas consolidava-se em três ideias: “os homens são superiores às mulheres, os mais velhos, aos mais jovens e os nascidos na família aos que vierem de fora.” (VIEIRA: 1973, p.111).

Conforme Sakurai (2007: p. 157-159), para que os membros das famílias sigam os princípios da hierarquia e a harmonia, cada pessoa tem a função de preservar o bem de todos. A autora ainda afirma que os pilares do confucionismo e do budismo sustentam essas orientações culturais tradicionais. A concepção é do trabalho pela coletividade, fortalecido pela ideologia do Estado na Era *Meiji* (1868-1912), no período *Taicho* (1912-1926) e no início da era *Showa* (1926-1989) com suas respectivas especificidades. Essa ideologia é símbolo da ideia de

unidade nacional empregada durante a Era *Meiji* no projeto de modernização do país, que se perpetua durante décadas no Japão.

Diante disso, ocorre um movimento amplo por parte dos conservadores que envolvem a educação como estabelecimento de formação dos japoneses em moral e cívica, com a participação em Associações de Jovens, criação de cooperativas rurais, poupanças coletivas, entre outros. As ações do governo são voltadas para afastar o individualismo e fortalecer a cooperação e a solidariedade. (SAKURAI: 2007, p.159)

Inúmeros imigrantes das famílias em estudo tiveram essa formação no Japão antes da emigração para o Brasil. Sempre voltada para a coletividade, em harmonia e respeito à hierarquia, esses preceitos orientaram inúmeras ações no Brasil, no novo espaço de ocupação. Assim a formação familiar impunha às mulheres um papel secundário no meio familiar, caracterizado pela hierarquia e prevalência do chefe familiar.

Apesar da influência dos membros da primeira geração, os imigrantes continuaram expressando nas relações familiares os princípios da orientação cultural hierárquica e coletiva. Muitas mulheres, naquele espaço, começaram a controlar suas ações com a utilização da astúcia e, assim, planejavam táticas que lhes proporcionavam uma condição de autonomia em várias questões nas relações familiares. D. Nobuco (2003), relata como utilizou táticas para mudança do tempo e não construção de uma família numerosa, ao mesmo tempo que exerceu um controle das ações: “Eu evitava filho, não queria ter aquela filharada, se não evitasse, era um atrás do outro. Falava para meu marido, ele queria mais. Eu falava não, do jeito que está é difícil criar filho! Ainda bem que tive só estes três filhos”.

De alguma forma, Nobuco interpretou o tempo de forma a mudar o sentido da estrutura familiar e alterou uma situação, que para ela seria difícil, para uma favorável. Este acontecimento representa que o sentido cultural recebido anteriormente é considerado um fardo que é necessário modificar nas relações familiares. A família numerosa, como era costume, não representava mais um padrão a ser seguido. Para a japonesa, a transformação na forma de pensar a constituição familiar em interconexão com seu papel de progenitora está relacionada com as dificuldades vivenciadas na Gleba Rio Ferro. A situação “difícil” para criar os filhos refere-se à questão precária de sobrevivência das famílias na referida gleba.

Assim, o papel de educadora da mulher japonesa na família mantém estreito vínculo com a influência dos traços culturais que garantem a distinção frente aos outros grupos que se encontram na fronteira. Nesse sentido, para as mulheres japonesas e suas famílias, os traços culturais perpetuados são utilizados também para tornar suportável a mudança que ocorre no processo migratório.

Essas mulheres japonesas, ao se apropriarem dos ensinamentos recebidos na família, interpretam o seu sentido e reelabora-os na educação dos filhos. Assim, muitos *nikkeis* que migraram para a Gleba Rio Ferro têm consciência dos

valores e normas que sua família segue, como a ideia do *gambarê*, da hierarquia, do trabalho coletivo, da importância da educação que estão sempre presentes na percepção do papel do homem e da mulher, mas não se mostram totalmente submissos a eles.

No sentido cultural tradicional, a mulher japonesa deveria ter preocupação em fornecer a seus filhos uma educação dentro do costume japonês, voltada para o “convívio social” entre os indivíduos, tanto dentro da colônia como fora dela. Vale lembrar que a função social da mulher japonesa na formação e orientação das ações dos filhos, dentro do arcabouço de sentido cultural, é relatada pela narradora Heloísa que rememora os ensinamentos repassados por sua mãe: “Minha mãe era uma pessoa fora de série, educadora mesmo. Minha mãe ensinava a vida para nós, lia os livros em japonês, ensinava o costume japonês, as tradições mesmo” (Relato de HeloisaYumiko - 2003).

A percepção da narradora japonesa, ao se referir ao papel da sua mãe como transmissora das “tradições mesmo”, demonstra que a formação do sentido cultural tradicional tem forte ligação com o papel de mãe na família, enquanto educadora e perpetuadora dos costumes japoneses. O sentido desse tempo tradicional pode ser validado com a categoria perduração, pensada por Rösen. Ele explica “tratar-se-ia, então, de uma nova compreensão da orientação temporal tradicional tendo em vista processos de mudança do presente, que não se quer imobilizar através das tradições, mas tornar suportáveis e vivenciáveis.” (RÜSEN, 2014, p. 261).

Nessa perspectiva, o processo migratório se torna suportável na vida dos japoneses, homens e mulheres, na Gleba Rio Ferro, a partir do sentido cultural tradicional empregado em suas ações no cotidiano. As terras de onde migraram tinham, contudo, proximidade com os centros urbanos - havia estradas entre as propriedades para circulação e casas, entre outras infraestruturas que possibilitavam uma vida diferente da realidade que encontraram para chegarem aos lotes. No contrato, as terras seriam utilizadas para o cultivo da *Hevea brasiliensis* em seu habitat nativo. A sua produção levaria dez anos no mínimo, sendo que o plantio e a produção de gêneros alimentícios não obtiveram êxito na gleba.

No tocante ao ensino da língua japonesa (*Nihongo*), no novo espaço, era realizado pela família, sendo a mãe o membro responsável por essa ação. A língua foi um importante elemento utilizado por estas famílias para manutenção do sentido dos valores culturais e fortalecimento da fronteira étnica do grupo. Além disso, destaca-se como marcador da identidade japonesa do grupo no novo espaço de ocupação.

Ao desempenhar essa função social de educação dos descendentes na língua japonesa no Brasil, as mulheres interpretaram e orientaram o sentido da cultura japonesa para as futuras gerações. A motivação estava sempre na comunicação entre os familiares e era realizada em língua japonesa, que

estabelecia a interconexão com o sentimento de pertença dos pais e de seus ancestrais, permitindo que os descendentes se situassem socialmente enquanto descendentes de japoneses.

Esses ensinamentos, realizados na família pelas mulheres, também fortaleciam o vínculo com os familiares que haviam ficado no Japão. Era uma forma de proporcionar autonomia na comunicação entre os japoneses e fortalecer a coesão entre o grupo. Muitos dos descendentes haviam nascido no Brasil, mas mantinham ligações com os familiares que ficaram na terra do sol nascente.

O fragmento do relato da D. Heloisa evidencia que as mulheres tinham um papel significativo na educação dos filhos. Elas deveriam cuidar para que as crianças aprendessem os costumes que proporcionassem sentido ao seu cotidiano. Assim, as mulheres tinham a responsabilidade de manter e repassar traços da cultura japonesa. O objetivo da mãe dessa narradora era de “criar pessoas para o convívio da sociedade dentro de padrões que conduzem os membros da família para o trabalho honesto, para a manutenção da honra e do nome da família” (SAKURAI, 1993, p. 28).

Dessa maneira, a memória das mulheres japonesas é associada, nos relatos à família, ao trabalho e ao papel de formação do sentido cultural tradicional. Contudo, a questão das negociações sobre a compra dos lotes de terras, o contrato estabelecido entre colonos e o colonizador e mesmo as questões financeiras não aparecem nos relatos das mulheres entrevistadas, ainda que o papel da mulher japonesa não tenha ficado limitado ao âmbito doméstico, pois ela é considerada força de trabalho no desmate e na abertura das matas.

Essas mulheres também deviam exercer sua função social no casamento mais que a afetiva e, para cumprir os papéis a elas destinados após o casamento, muitas recebiam formação formal e conhecimentos especiais que proporcionavam o fortalecimento do pertencimento cultural, como vestir o quimono, usar determinados adereços, realizar a cerimônia do chá, entre outros costumes. (SAKURAI, 2007, p.308).

Sabe-se que inúmeras mulheres japonesas solteiras na Gleba Rio Ferro não tinham a autonomia para escolha do seu pretendente para casamento. Sua voz não era ouvida. Eram tratadas como seres humanos passivos que deveriam aceitar as decisões do chefe da família e seguir as orientações culturais tradicionais em relação ao matrimônio. Essa condição de acatar os costumes não era restrita às mulheres, os homens solteiros também deveriam respeitar a escolha de suas esposas. A hierarquização das relações na família, então, também prevalecia nas escolhas dos parceiros em muitos dos casamentos da Gleba.

As famílias eram muito tradicionais. Namorar antes do casamento não podia. Na época, namorar não podia. Somente depois do noivado que namorava. Mas, para casar com outra raça sem ser japonês, ah! O velho não

deixava. Eles exigiam que casasse entre japônês com japonês, na tradição. (Relato de Paulino - 2003).

Nesse contexto, o narrador rememora quanto o sentido cultural de preservação dos costumes está presente nas ações dos pais em relação aos filhos. O importante é preservar os costumes e, dentre eles, o matrimônio. As relações familiares e sociais são fundamentadas no fortalecimento do grupo por meio dos laços endogâmicos, ou seja, o casamento misto era interpretado como prejudicial à manutenção da cultura tradicional japonesa e a expectativa se fixa na manutenção da tradição e na coesão do grupo. A família, imersa em uma forma de convivência tradicional, simboliza transformação de rompimento com os laços de origem para muitos. Com o casamento, formar-se-iam laços de parentesco entre as famílias, o que envolveria a estabilidade do grupo. Desse modo, a aliança entre os jovens da mesma etnia representa a perduração do sentido cultural da coletividade.

Para muitos imigrantes japoneses que se deslocaram para o Estado de Mato Grosso na década de 50, era fundamental que o matrimônio fosse realizado, conforme a orientação cultural que conheciam. No costume japonês, a união matrimonial deveria ocorrer por arranjo (*miai*), ou seja, uma pessoa conhecida serve de intermediária para promoção da aproximação do homem e mulher com a idade considerada adequada para se casarem. O casal somente era apresentado após a aprovação de ambas as partes. O objetivo dos pais de manter o costume do casamento por arranjo tem como premissa a preservação dos costumes, a linhagem familiar e a posição social. A narradora Heloísa relembra o seu casamento realizado por arranjo na Gleba Rio Ferro:

“Casei com dezessete anos, vivi oito anos só com meu marido, ele morreu. Nosso casamento foi registrado no cartório do 3º Ofício de Cuiabá, em 1958. Casei não sei por quê. Nem sei se gostava, naquela época não namorava. Casei através dos padrinhos, tinha o Sr. George Shinohara, dono do Empório Cecília, em Cuiabá, que também foi gerente da Gleba um certo período. Os outros foram o Sr. João Matsubara e Sr. Okamura. Eles foram conversar com meu pai, que tinha um rapaz querendo namorar comigo. Eu não sabia nem quem era direito. O casamento depois foi feito entre meus padrinhos e minha família, na residência dos meus pais e fizeram a festa. Meus amigos disseram para mim preparar uma bacia de água que você vai chorar muito. Eu não sabia o que era o casamento e um homem, só depois de casada que fui descobrindo...descobrindo. Naquela época não tinha televisão, os filhos eram um atrás do outro”. (Relato D. HeloísaYumiko -2003).

A citada narradora, ao rememorar como ocorreu seu casamento, traz à tona a prática do casamento pelo *miai*. O padrinho a que a narradora se refere é o intermediário (*nakodo*) responsável pelo êxito do matrimônio. O *nakodo* é quem promove encontros entre os jovens para futuros casamentos, mas para a D. Heloísa isso significava simbolicamente a obrigação de se casar com o pretendente escolhido pelos pais. Dessa forma, a cerimônia considerada tradicional é realizada na casa do noivo, porém o enlace dela foi diferente. Aconteceu na casa da noiva. A tradição foi transformada para atender à condição do jovem que se mudara para a Gleba sem sua família.

Na Gleba Rio Ferro, entretanto, não havia moças suficientes para todos os homens solteiros. Essa situação tornou a manutenção do casamento por arranjo muito difícil. Por isso, D. Helena afirma que o motorista da gleba, responsável pela manutenção das provisões do armazém, havia se casado com uma moça brasileira, já que também havia famílias brasileiras no novo espaço ocupado.

A mudança de concepção sobre o casamento interétnico ocorreu de forma dinâmica entre os jovens que mantinham relações sociais fora do grupo em que viviam, por meio da escola, do trabalho ou mesmo dos amigos descendentes de outras etnias. Assim, o sentido cultural de casar com pessoas da mesma etnia sofre modificações e outros traços culturais são acionados para marca do sentido da japonesidade.

Mesmo sofrendo mudanças na concepção de casamento, os colonos da Gleba Rio Ferro mantiveram o matrimônio por arranjo (*miai*) na área de colonização. A maioria dos entrevistados para a realização da pesquisa se envolveu em tal ação, ou seja, casamento com jovens da mesma etnia. Vale esclarecer que a mudança na forma tradicional do matrimônio começa a ocorrer no grupo com jovens da terceira geração. Assim diz o Sr. Paulo: “meus filhos é tudo casado com outra raça, nenhum dos filhos são casados com japoneses. Tenho oito filhos tudo casado com outra raça”. Desta forma, a partir da década de 70 é que a mudança na prática do casamento tradicional ocorre entre muitas famílias de origem nipônica.

Nessa situação, pode-se afirmar que a prática matrimonial das famílias japonesas que se deslocaram para Mato Grosso é caracterizada, principalmente, pela orientação cultural e tradicional, apreendida pelos imigrantes desde a infância e transformada posteriormente, diante das novas experiências durante suas vidas na migração e com o distanciamento de muitos descendentes do sentido cultural.

A memória das narradoras japonesas traz ao palco da história as variações nas formas de realização do matrimônio pelo grupo no que se refere ao ritual e à interpretação do sentido, ou seja, as lentes pelas quais interpretam as orientações recebidas em sua formação familiar e o mundo em que vivem:

Minha mãe se casou pelo *miai* e foi morar com a sogra porque meu pai era filho mais velho. Já a minha tia, que

também se casou pelo mesmo sistema não conhecia o seu marido e foram se conhecer no dia do casamento. O marido dela, no dia, achou que a noiva era uma irmã dela, pois eram cinco irmãs. Há noivos que se conheciam antes ou, às vezes, observavam a família para ver a pretendente. (Relato de Eunice - 2007).

O fragmento acima narrado revela que a prática do casamento tradicional entre as famílias japonesas não era homogêneo. Muitos noivos não tinham permissão para conhecer suas futuras noivas. Os pais sempre procuravam aprovação dos pretendentes que tivessem uma condição econômico-social similar ou superior à da noiva. O fato de se casar com o filho primogênito conferia às esposas obrigações com a família do marido que a levavam para morar na residência dos seus pais. Devido a esse costume, “a sogra japonesa” tem, até hoje, uma imagem bastante estereotipada. É vista como a megera que desconta na esposa do filho tudo aquilo que sofreu nas mãos de sua sogra, ou seja, a esposa trabalha e a sogra critica, continuando uma “mãe sábia” (SAKURAI, 2007, p. 309).

Dessa maneira, na gleba, muitas mulheres assumem a função secundária na hierarquia familiar japonesa. Só obtêm sua valorização e reconhecimento como responsável pelo lar quando exercem a maternidade, pois assim sua autoridade de sogra proporciona a continuidade da família, conforme os costumes. No entanto, as mulheres da pesquisa não contestam essa prática, mas os risos, ao se referirem à sogra, mostram um silêncio que não revela as astúcias utilizadas nessa relação hierárquica familiar. Ser sogra é outro papel que as mulheres, mães de primogênitos, assumem na instituição familiar.

Além disso, é importante ressaltar que, para a constituição da família, as mulheres tornavam-nas numerosas em busca de filhos homens, que nem sempre conseguiam ter. Isso representaria a continuidade sucessória familiar. Segundo Handa, na sociedade considerada tradicional japonesa, “a herança se transmitia aos filhos primogênitos” (HANDA, 1987 p.28).

Em relação às sogras, elas também foram e são atualmente as *obasan* (avós) que assumem o papel de manutenção do sentido cultural, das tradições e costumes formadores das gerações procriadas no Brasil. Os filhos de casamento interétnico, no qual o pai é descendente de japonês e quando há proximidade com a *obasan* paterna, são assumidos por elas com a função de ensinar o sentido cultural japonês.

Para contribuir ainda mais, Kubota, (2008, p.87), ao analisar o papel da mãe e da *obasan*, enquanto responsáveis pela transmissão de tradições e costumes entre as famílias japonesas em Campo Grande-MS, afirma: “Observando diversas famílias, principalmente constituídas por casamentos interétnicos, nota-se que os filhos recebem pouca influência da cultura japonesa quando o pai é descendente”. Este é o caso da própria autora que relata a sua experiência,

na introdução da dissertação, pois é filha de pai japonês e de mãe brasileira e percebeu a diferença na formação do sentido cultural na sua pesquisa quando a mãe e/ou *obasan* assumem o papel de ensinar os costumes japoneses aos filhos e aos netos.

Considerações finais

Nessa breve exposição e dentro dos meandros escolhidos para tecer o presente artigo, o processo cognitivo do sentido cultural que orienta as ações tem fundamental importância para compreensão do papel das mulheres nas famílias e suas experiências nos enlacs matrimoniais ocorridos na Gleba Rio Ferro. Considera-se que a origem dos imigrantes japoneses é um passado que sempre está presente e atuante nas ações ao proporcionar sentido à vida deles. Com esse sentido cultural, o futuro se restringe à formação fundamentada na origem para os imigrantes. Para tanto, a função de realizar a ligação entre a concepção de pertencimento e as experiências cotidianas é atribuído às mulheres que mantêm um papel mais que relevante na formação dos filhos e netos e na orientação e (re) interpretação desse sentido cultural. Sendo assim, as mulheres japonesas da Gleba Rio Ferro se esforçaram para enfrentar as condições difíceis da chegada. Inúmeras delas nunca trabalharam no desmate usando o traçador. Elas continuaram preservando o sentido das tradições e costumes culturais para cumprimento do trabalho com seus familiares.

Notas

¹ Traçador: serra grande, de lâmina elíptica, usado por duas pessoas para cortar toras e outras peças grossas de madeira.

Referências

- ALBERTI, V. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. 2ed. p. 156- 202.
- BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HANDA, T. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- KUBOTA, N. F. L. *Bon Odori e Sobá: as Obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande-MS*. Marília: FFC/UNESP, 2008. Dissertação de mestrado.
- MOROKVASIC, M. *Crossing Borders and shifting boundaries of Belonging in Post-Wall Europe: a Gender Lens*. Disponível em: http://aa.ecn.cz/img_upload/6334c0c7298d6b396d213ccd19be5999/MMorokvasic_Crossingbordersandshiftingboundaries.pdf
Acesso em 04 abr. 2016. O texto foi publicado originalmente em alemão em: ANTAL, A. B; QUACK, S. (Eds). *Grenzüberschreitungen – Grenzziehungen: Implikationen für Innovation und Identität*. Berlin: Sigma, 2006. p 47-72.
- SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- _____. *Os Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, A. C. F. *Nas Trilhas da Memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Colônia Rio Ferro (1950 – 1960)*. 194f. Cuiabá: ICHS/UFMT, 2004. Dissertação de mestrado
- RÜSEN, J. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Trad. Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.
- VIEIRA, F. I. S. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira/USP, 1973.

RESUMO

Este texto tem como proposta compreender a relação entre a formação de sentido cultural e o papel das mulheres japonesas e suas famílias na colônia Gleba Rio Ferro, no estado de Mato Grosso - MT. Essas mulheres são filhas de imigrantes japoneses que vieram para o Brasil antes da Segunda Guerra Mundial e permaneceram nas cidades de Marília - SP e Assaí - PR até 1952, momento em que as famílias adquiriram lotes de terras no projeto de colonização privada conduzido pela Colonizadora Rio Ferro Ltda., no estado de Mato Grosso. Para tanto, a história oral será utilizada como metodologia na interpretação das experiências vivenciadas durante o processo migratório e na nova área de ocupação dessas famílias.

Palavras Chave: mulheres japonesas, migração e colonização, Gleba Rio Ferro

ABSTRACT

This paper aims at understanding the relationship between the formation of cultural meaning and role of Japanese women and their families in the colony Gleba Rio Ferro -MT. They are children of Japanese immigrants who migrated to Brazil before World War II and remained in the cities of Marília -SP and Assaí -PR until 1952, moment this that their families have acquired plots of land in private colonization project conducted by Settler Rio Ferro Ltda. in the State of Mato Grosso. Therefore, oral history is used as a methodology in interpreting the experiences of the migration process and the establishment of families in the new area of occupation.

Key words: japanese women, migration and colonization, glebe Rio Ferro

Vozes de mulheres migrantes não apenas em 8 de março

*Elizabeth Ruano**

Introdução

Neste relato problematizo o caráter trivial que pode assumir a noção de representação em contextos migratórios. Para tanto, retomo a minha participação em condição de *representante* das mulheres migrantes na mesa¹ de abertura do “Seminário Regional de Cooperação Sul-Sul sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes na América Latina e no Caribe”², realizado em 8^o de março de 2016. Essa incursão esteve demarcada pela comemoração do dia internacional da mulher e se tratou de uma homenagem idealizada pela organização desse evento às mulheres migrantes. Atualmente alcançam mais de 111 milhões de mulheres, número que representa 48% do contingente global de migrantes no mundo.

Em contextos de feminização das migrações prevalece o silêncio ensurdecedor relegado sistematicamente às mulheres e às minorias, que raramente encontram espaço para se expressar (SILVEIRINHA, 2012). Nesse sentido, o convite para discursar nesse evento foi recebido como uma oportunidade ímpar de ter voz em um cenário internacional de debate sobre as migrações internacionais. No entanto, a elaboração do discurso implicou também em questionar a legitimidade dessa representação outorgada de *cima para baixo*. Assim, no discurso proferido optei por ecoar as narrativas de outras mulheres migrantes e acentuar a diversidade nos percursos, nos destinos individuais e nas estruturas sociais que reproduzem situações de vulnerabilidade feminina.

Contudo a questão da legitimidade da representação ficou em aberto. Mencionar durante um discurso pronunciado em um espaço hegemônico, enquanto arena que restringe a sua participação às migrantes em situação laboral precarizada, em condição de *status* migratório irregular e outras categorias que dão conta da complexidade das migrações femininas, não legitima o lugar de representação outorgado. Torná-las objeto do discurso, falar delas e por elas continua sendo um desdobramento da condição marginal delas nesses espaços (HERNÁNDEZ CASTILLO, 2014, jamais equivalente à sua presença e protagonismo nos seus projetos migratórios.

* Doutora em Ciências Sociais. Professora visitante do CEPPAC-UnB.
E-mail: elizabeth@unb.br

É importante frisar que aqui analiso três narrativas que surgiram em contextos diferenciados. Como já explicitado, minha fala foi construída para corresponder às demandas do convite para participar do evento mencionado. Ditas demandas enquadram-se na minha condição de identidade multifacetada, como mulher migrante e estudiosa das migrações. O segundo discurso analisado também foi preparado pela sua autora tendo como foco o evento em questão, porém situações de ordem logística inviabilizaram a sua participação. O terceiro discurso foi colhido em situação de pesquisa acadêmica no contexto de um projeto recentemente concluído⁴. Os trechos aqui citados correspondem adaptações analíticas fundamentadas na autorização explícita das suas autoras para dito objetivo.

Conforme Couldry (2009), cada relato individual deve ser registrado e ouvido, no entendimento de que a história pessoal surge emaranhada com as histórias de outros. Revisito essas três narrativas na perspectiva da “voz como processo” (Couldry, 2010). Se trata de dar significação à vida de alguém e às suas condições, isto é, relatar a história promovendo outras narrativas.

A escolha dos discursos aqui analisados teve como critério destacar as diferenças no perfil e nas trajetórias dessas mulheres migrantes.

Quadro 1. Perfil das autoras das narrativas

Nome ⁵	Idade	Nacionalidade	Profissão	Status migratório
Erika	30	Nigéria	Professora	Solicitante de refúgio
Nilsa	28	Paraguai	Frentista	Visto permanente
Elizabeth	40	Colômbia	Professora	Visto permanente

Fonte: autoria própria

Como traços comuns entre as autoras dos discursos aqui estudados se destaca o fato de serem mulheres, migrantes e trabalhadoras radicadas no Brasil⁶. A nacionalidade, idade, profissão e *status* migratório são características que incidem no lugar dessas mulheres no país de destino (quadro 1). Nesse sentido, cabe questionar em que condições essas características incidem na possibilidade de se ter voz. No debate acadêmico, Couldry (2009) se questionou por que a voz importa? Para o autor, se ter voz é crucial para potencializá-la como agenciamento reflexivo. Essa potencialização somente ocorre quando o sujeito sabe que a sua voz pode interessar em determinadas situações.

Vida em refúgio: a voz de Erika⁷

Erika é uma mulher de trinta anos de idade, nascida na Nigéria onde atuava profissionalmente como professora. Conflitos de natureza sociopolítica no seu país de origem obrigaram-na a migrar e procurar o *status* como refugiada no

Brasil, no ano de 2014. Na sua condição de solicitante de refúgio experimenta os desdobramentos do *status* migratório em caráter de provisoriedade e incerteza. O *status* atravessa todas as esferas da vida transformando-se em acirrada vulnerabilidade. Nos seguintes parágrafos, reproduzo sua voz destacando seu agenciamento reflexivo que aparece demarcado na importância e urgência da regularização do seu *status* como refugiada.

Segundo a sua compreensão:

Nós refugiados imigrantes, homens e mulheres, somos bastante diferentes dos outros imigrantes que se deslocaram ao Brasil buscando pastos mais verdes. Nós refugiados imigrantes viemos para buscar a proteção do Estado, porque outros expandiram suas proibições sobre nós. Nós, saímos do nosso país de origem sem nada em termos de coisas materiais. Viemos com as nossas mãos para cima, mostrando que não temos nada além de nossas vidas. Alguns de nós foram mentalmente devastados, emocionalmente agredidos, financeiramente despojados.

A voz de Erika enfatiza a vulnerabilidade dos solicitantes de refugio e a necessidade de que o Estado brasileiro estenda proteção especial para eles:

Vimos para encontrar socorro, para ter certeza e razões para viver, mas infelizmente enfrentamos reveses. Não posso negar alguma acolhida que tem sido útil, mas ainda há muitas brechas. Até agora, a maioria de nós que viemos em 2014, estamos ainda por conhecer o destino no que diz respeito ao pedido de refúgio. As mulheres sofrem a pior parte, algumas caíram nas mãos de companheiros sem coração que se aproveitaram da vulnerabilidade. Algumas encontram-se grávidas sem que fosse seu próprio desejo. Algumas sofrem todos os tipos de doenças.

O trecho acima demarca algumas características que dizem respeito a especificidade da feminização das migrações. Essas vivências atualizam as evidências divulgadas pelo informe do Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW, sigla em inglês) mediante as quais se denunciou a predominância do assédio e abuso sexual contra as migrantes, em especial aquelas em situação irregular de documentação (CEDAW, 2008).

No seu relato, Erika ainda aponta dificuldades cotidianas que se tornam empecilhos incortornáveis dada a dificuldade para a inserção no mercado de trabalho. Segundo Erika,

a maioria de nós não temos onde reclinar a cabeça. Pessoalmente, quando solicito uma acomodação, em várias ocasiões me foi dada uma carta de recomendação [...] As dores que eu tenho não podem ser quantificadas. Tive um emprego como faxineira, então eu era capaz de gerar renda que, junto com outro refugiado, me permitiu alugar um apartamento que tive que deixar quando fui demitida em 10 de outubro de 2015. Passei por intimidações, desprezo e outros tipos de tratamento indigno até que finalmente fui demitida sem motivo razoável. Quando se trata de buscar oportunidades no mercado de trabalho, os refugiados passam por uma série de entrevistas e avaliações, mas muitas vezes sem sucesso. Tenho talento, sei cuidar dos cabelos e cozinhar pratos africanos, mas é tão difícil levantar algum capital para começar meu próprio negócio (ênfase minha).

Seu discurso enfatiza os obstáculos que os refugiados experimentam no tocante aos processos de mobilidade social. Isto é, após dois anos de permanência no Brasil denota uma dinâmica de interiorização e aceitação dos retrocessos pessoais. No tocante a inserção laboral no país de destino, afirma que:

Alguns de nós estamos prontos para assumir as oportunidades de emprego, sem importarmos com as nossas profissões que ficaram em casa. Mesmo que não seja nossa profissão, agora importa a “sobrevivência do mais apto”. Penso que seria melhor se houvesse empregos ou tarefas para aqueles que não podemos falar fluentemente português, trabalhos que não precisem de muita comunicação. Enquanto isso, ir aprendendo a língua naturalmente. Não é aconselhável forçar o cérebro quando você está sob uma condição de intensa pressão porque vai ser um desperdício, especialmente quando se trata de adultos que têm que pensar em um monte de coisas: contas a pagar, sem comida, você não sabe o destino das crianças que você deixou para trás. Nossas vidas precisam de apoio. Temos muito para dar de volta à sociedade brasileira (ênfase minha).

O agenciamento que Erika exerce mediante seu relato, na sua condição de mulher nigeriana solicitante de refugio no Brasil, permite perfilar não apenas a legitimação da sua demanda pessoal por regularização do seu *status* migratório. Na sua voz é acionada frequentemente a ideia de um *nós*, um coletivo com o qual estabelece conexão identitária. Trata-se de uma representação exercida pela consciência da importância da sua voz diante da possibilidade de ser ouvida.

Ela constroi um discurso que politiza seu lugar de fala a partir da reflexividade em torno da sua vivência e das experiências de *outros* que compartilham dessa condição de vulnerabilidade.

Migração para o trabalho: a voz de Nilsa⁸

Nilsa é uma mulher paraguaia, de origem rural, de vinte e oito anos de idade. No seu relato afirma que iniciou seu percurso migratório no âmbito interno nacional quando ainda era menor de idade. Segundo ela, as condições socioeconômicas do seu país que se desdobram em dificuldades para a inserção no mercado de trabalho foram o que motivou sua decisão de migrar: “o problema no Paraguai é que não tem fonte de trabalho, especialmente para nós mulheres. Mulher no sítio não pode. Aí como é que se faz? [...] *Quando tinha 15 anos sai da minha casa e fui para a capital [Assunção], trabalhava e conseguia me manter sozinha*”.

Neste caso, além da procura por um emprego a gravidez se coloca como mais uma motivação para emprender seu projeto de migração internacional:

Quando eu engravidei eu vim. Meu filho nasceu aqui no Brasil [...] Trabalhava como empregada em casa de família, deixava ele na creche, aí eu fui trabalhando, trabalhando [...] Nessa época, falava muito pouco com minha família. *E eu chorava muito, muito*. Não podia falar com eles, era caro ligar para lá [Paraguai] (grifo meu).

Diferentemente das autoras dos outros dos relatos analisados, Nilsa é mãe solteira. Essa condição impõe desafios adicionais aos evidenciados pelas outras migrantes. Seu tempo é dividido entre emprego, cuidados domésticos e deslocamentos. Nessa difícil equação, entre emprego e vida doméstica, é obrigada a delegar ao seu filho mais velho, de quinze anos, os cuidados do lar durante suas ausências:

Trabalho de segunda a sábado, das 8 às 16 horas. Meu emprego fica em outra cidade. Moro aqui porque o aluguel é mais em conta. Todo dia gasto uma hora no ônibus. Antes era pior, demorava 3 horas, tinha que acordar mais cedo, 05h30 horas devia estar dentro do ônibus [...] Tenho dois filhos menores. [...] Geralmente deixo a comida pronta para ele. Meu filho mais velho esquenta ou termina de fazer o almoço. Ele cuida da casa até eu voltar do serviço.

As responsabilidades como mãe competem assimetricamente com as exigências do emprego e remetem a outros riscos diante dos quais os filhos das

migrantes são vulneráveis, como por exemplo o trabalho infantil, a exploração, a solidão, a impossibilidade de acesso à escola, dentre outros. Na dimensão social, o relato de Nilsa indica empecilhos enfrentados em relação a impossibilidade de aceder a espaços de lazer: [...] “gostaria de levar eles [filhos] para passear. É difícil, porque aqui perto não tem lugares bonitos, aliás é perigoso, há muita violência”.

Segundo Nilsa, morar longe do local de trabalho é uma decisão forçada pelo custo do aluguel. No entanto, o tempo dos percursos entre sua moradia e o local do serviço afeta outras dimensões da sua vida como o seu projeto de continuar estudando.

Eu pretendia estudar para ver se eu conseguia outro trabalho, só que por enquanto estou parada. Faltam documentos para comprovar que cursei até quinta série. Como os documentos são muito caros, eu tive que fazer uma nova prova para determinar a série que eu poderia estudar. Voltar a estudar é difícil para mim. Eu trabalho fora e cuido dos meus filhos e da casa⁹. Não sei como dou conta (grifo meu).

Para Nilsa, seu projeto migratório é bem sucedido dado que arranhou um emprego estável, com carteira assinada, e obteve o visto de *status* permanente. Sobre o visto, relata o que conseguiu graças aos seus filhos nasceram no Brasil. Quanto ao emprego, ele é fruto de uma rede incipiente de relações no país de destino:

*Quando cheguei ao Brasil comecei trabalhando em uma casa de família, cuidando de um idoso. Quando ele faleceu, minha patroa falou com o gerente de um supermercado. Contou a minha história. *Eles me chamaram para entrevista e me contrataram* para trabalhar na faxina. Fiquei dois anos como faxineira. *Depois me transferiram para o setor das embalagens. Eu trabalho direitinho para eles não me mandarem embora* (ênfase minha).*

A referência à rede incipiente de relacionamentos se sustenta na afirmativa de Nilsa que revela: “não conheço ninguém”. Quando questionada sobre as pessoas com as quais se relaciona, ela indica que seus contatos com nativos brasileiros se restringem ao âmbito laboral, sem alcançar laços de proximidade. Similar situação acontece nas escolas dos filhos. Segundo afirmou, os vínculos menos distantes se constroem na igreja que frequenta. Essa fraca conexão social ganha maior complexidade quando se lembra que há 15 anos Nilsa mora no Brasil.

Migração e acesso à educação: a voz de Elizabeth¹⁰

A minha experiência pessoal reflete a importância das políticas de internacionalização da educação superior e da flexibilização dos trâmites para regularizar os projetos migratórios femininos. O convênio multinacional para Estudantes, Convênio da CAPES, tornou possível a realização do mestrado e doutorado no Brasil. Meu envolvimento como estudiosa da migração iniciou em 2013, no entanto comecei a experimentar a migração desde os nove anos de idade. Três décadas se passaram desde a primeira vez que tive que deixar meus pais e o vilarejo onde nasci diante do acirramento do conflito armado na Colômbia. Isto é, experimentei a migração inicialmente no contexto interno do meu país.

Pensando nas dificuldades do projeto migratório internacional, há que destacar que o desconhecimento do idioma do país de destino acarreta limitações que incidem negativamente na inserção dos migrantes. O relato de Nilsa também pontua essa questão. Segundo ela, “minha língua é o guarani, as pessoas estranham quando falo, as pessoas sabem que não sou de aqui e ficam receosas”. No meu caso, “experimentei as dificuldades no aprendizado da língua portuguesa e os estranhamentos com a cultura brasileira”. Porém, minha inserção foi mediada e facilitada pelo convívio universitário que revela meu *status* demarcado pelo visto de estudante de pós-graduação.

Durante quase uma década de permanência no Brasil tenho sentido o peso dos custos das taxas e da consecução da documentação exigida como solicitante do visto de estudante e, posteriormente, do visto permanente pelo casamento com um brasileiro. Nesses anos enfrentei e continuo enfrentando entraves legais e burocráticos que dificultam o exercício pleno de direitos enquanto cidadã migrante em situação regular de documentação.

Apesar das relatadas dificuldades na inserção social, econômica e produtiva como migrante regular, em 2014 consegui o primeiro carimbo na minha carteira de trabalho. Além de formalizar a minha condição de mulher trabalhadora migrante no Brasil, a carteira de trabalho me proporcionou dignidade e confiança. Nesse sentido, destaco que as políticas de emprego e de formação profissional e cidadã constituem, sem dúvida, uma estratégia eficaz de promoção dos direitos para as mulheres migrantes.

Repensando o agenciamento reflexivo a partir de vozes femininas migrantes

Este relato surgiu do meu incômodo diante do *status* de representação das mulheres migrantes que me foi concedido no âmbito do “Seminário Regional de Cooperação Sul-Sul sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes na América Latina e no Caribe”, realizado em Brasília, em março de 2016. Escrever estas linhas evidenciou que a pesar de se tratar

de uma representação outorgada de *cima para baixo*, a politização do lugar de fala, no meu caso como pesquisadora e militante na defesa dos direitos dos migrantes, remete ao agenciamento reflexivo em exercício. É nessa lógica que busco potencializar a visibilidade de outras vozes sem deixar de problematizar as armadilhas da mediação na minha condição acadêmica.

A estratégia analítica de colocar três relatos diferenciados em diálogo permitiu explorar a polifonia das vozes femininas em contextos migratórios. Se buscou problematizar o silêncio distinguindo os espaços de voz. Se entende que a participação de uma mulher migrante em um evento sem migrantes que discutiu políticas para esse segmento social constitui um âmagô de participação política direta. Âmagô porque evidenciou a ausência dos atores principais nesses espaços, confirmando o silenciamento questionado. Contudo, “dar” voz à outras migrantes neste trabalho acadêmico é um mecanismo que se traveste de visibilidade.

Ciente de que nos contextos migratórios as mulheres somos sistematicamente relegadas ao silêncio e que raramente encontramos espaços para expressarmos, optei por relatar minha experiência em um espaço comemorativo do chamado dia da mulher. A opção de trazer outras vozes, confiadas a mim em espaços de pesquisa acadêmica, visou destacar a sua polifonia. Essas vozes não surgem singulares e descontextualizadas. Não dizem apenas sobre sentimentos pessoais, surgem atreladas a estruturas opressivas que lhes dão forma e contexto. Nessas vozes, a complexidade dos dilemas humanos é permeada por anseios, conquistas e planos pessoais. Os dramas cotidianos relatados dizem respeito a questões burocráticas, jurídicas, linguísticas e culturais que dificultam a inserção dos migrantes nos países de destino, e evidenciam fenômenos estruturais nos países de origem.

A pluralidade das vozes femininas poderia ecoar nos espaços institucionalizados, não apenas como ato proforma no marco da comemoração de oito de março. As vozes aqui citadas denotam que as lutas cotidianas das mulheres em geral, e das migrantes trabalhadoras em particular, têm como utopia a gestação de um presente digno em condições de igualdade e reconhecimento de direitos. Essas trajetórias confluem no anseio de mudança das condições de vulnerabilidade claramente elucidadas nas palavras de Erika. Porém, uma significativa parcela de mulheres migrantes encontra-se em situação irregular de documentação, aspecto que é determinante na inserção precarizada e na perpetuação do silenciamento.

Notas

¹ Integrada pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho e membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Normas Internacionais da OIT, Lélío Bentes Corrêa, o Secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, e o Diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Peter Poschen, a representante do ministério da Segurança Nacional de Trinidad e Tobago, Cheryl Ann, a sindicalista da Central Unitária de Trabajadores do Chile, Patricia Coñoman, a representante da Costa Rica, Valentina Vives e por mim em qualidade de migrante e pesquisadora.

² Evento realizado em Brasília, entre 8 e 10 de março de 2016, com a participação de especialistas internacionais e delegações tripartites de governos e de organizações de empregadores e trabalhadores de Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile e Trinidad e Tobago, objetivando a troca de informações e experiências sobre migração laboral.

³ Nessa data é habitual a promoção da reflexão sobre os fenômenos sociais que sofrem as mulheres. Segundo a ONU, em 2015 uma de cada três mulheres foi vítima de violência além de discriminação por gênero, origem étnica, profissão, nacionalidade ou estatuto migratório. De outro lado, a disparidade salarial se tornou estrutural nos mercados edificados no patriarcado e no machismo institucional (GENTILI, 2016).

⁴ “Migrantes Paraguaios no Distrito Federal”, realizada entre maio e dezembro de 2015. Objetivou explorar qualitativamente o dito fluxo migratório. Desenvolvida pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM).

⁵ Correspondem aos nomes reais das migrantes autoras dos relatos em análise, foi concedida autorização para esse propósito.

⁶ Segundo a OIT (2016), 67 milhões de trabalhadores migrantes no mundo são mulheres, aproximadamente 28% desse total migraram desde as Américas. 53% dos migrantes em idade ativa (entre 20 e 64 anos) são mulheres originárias do continente americano. Segundo dados do Obmigra, entre o ano 2000 e 2014, o Brasil registrou um crescimento de 126% de trabalhadores migrantes. A proporção média de mulheres migrantes trabalhadoras no período correspondeu a 29%.

⁷ Relato encaminhado por e-mail, 6/03/2016, versão original redigida em inglês. Os parágrafos citados textualmente são resultado da tradução livre.

⁸ Conversa informal realizada em Santa Maria (DF), 18/06/2014.

⁹ Na atual divisão sexual do trabalho, os cuidados, incluindo a provisão de bem-estar físico, afetivo e emocional, são realizados principalmente por mulheres. Nos países de origem e de destino das migrantes aqui citadas, as estatísticas oficiais confirmam que esse trabalho se enquadra habitualmente como não remunerado, sendo realizado majoritariamente por mulheres. No Brasil, as mulheres despendem em média 26,6 horas semanais realizando afazeres domésticos, enquanto o público masculino dedica 10,5 horas. As mulheres que trabalham fora do lar dedicam 22 horas, os homens desempregados 12,7 horas (IPEA, 2012). Na Colômbia, as mulheres dedicam em média 7, 23 horas e os homens 3,10 horas por dia no trabalho doméstico não remunerado (COLOMBIA, 2013). O Paraguai ainda carece de dados oficiais. Somente em 2015, o Ministério da Mulher, em parceria com a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), iniciou ações de transferência e apropriação de metodologias visando mensurar o trabalho doméstico não remunerado. Na Nigéria, segundo um informe de USAID (2012), a maioria das mulheres dedica seu tempo ao trabalho doméstico não remunerado. Apenas 29,5% das nigerianas trabalham em espaços particulares.

¹⁰ Estrato do discurso proferido no citado seminário.

Referências

- CEDAW. *General recommendation No. 26 on women migrant workers*. CEDAW/C/2009/WP.1/R. 5 December 2008.
Disponível em:
http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/GR_26_on_women_migrant_workers_en.pdf
Acesso em 03.07.2015
- COULDRY, Nick. Rethinking the politics of voice. *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*. Vol. 23, nº4, August/2009, pp. 579-582.
- COULDRY, NICK. *Why voice matters: Culture and Politics after Neoliberalism*. London: Sage, 2010.
- CRISTALDO, Heloisa. Seminário discute direitos dos trabalhadores migrantes na América Latina.
Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-ministro-do-trabalho-participa-de-homenagem-as-mulheres-migrantes-em-seminario-no-dia-internacional-da-mulher/>
Acesso em 9/3/2016.
- COLÔMBIA – Departamento Administrativo Nacional da Eestadística-DANE. *Cuenta satélite de la economía del cuidado*. Boletín Técnico. Bogotá: DANE, 2012. 17 p.
- GENTILI, Pablo. *Mujeres latinoamericanas: voces en la lucha por la igualdad*. Contrapuntos/El País.
Disponível em: <http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2016/03/mujeres-latinoamericanas-voces-en-la-lucha-por-la-igualdad.html>
Acesso em 9/3/2016.
- HERNÁNDEZ, Rosalva Castillo. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico: las mujeres indígenas y sus demandas de género. In: ESPINOSA, Yuderlys miñoso; GÓMEZ, Diana Correal; OCHOA, Karina Muñoz (Ed.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. pp. 309- 324.
- ILO Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers: results and methodology / International Labour Office - Geneva: ILO, 2015, 118 p.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. Comunicado nº 149. Brasília: IPEA, 2012. 18 p.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Ministro do Trabalho participará de homenagem às mulheres migrantes em seminário no Dia Internacional das Mulheres*. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_458082/lang--pt/index.htm Acesso em 9/3/2016.
- SILVEIRINHA, Maria João. O som do silêncio: a questão da voz nas sociedades neoliberais em crise. In: SÁ, Alexandre; PEIXINHO, Ana; CAMPONEZ, Carlo. *Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 266 p.
- USAID. *Gender in Nigeria Report 2012: Improving the Lives of Girls and Women in Nigeria*. 2012. 99 p.
Disponível em:
https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/67333/Gender-Nigeria2012.pdf
Acesso em 9/3/2016.

Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX

*Ângelo Priori e João Fábio Bertonha (org.)
Guarapuava (PR), Editora da UNICENTRO, 2015, 225 p.*

O estudo das migrações nos centros universitários de diversas regiões de nosso país tem a possibilidade de oferecer novos olhares para fatos relevantes sobre a história das migrações e a atualidade da mobilidade humana. Num país continental como o Brasil, a migração tem diversas facetas, cujos contornos particulares devem-se à história regional e sua inserção no processo de formação sócio-econômica nacional. Nesse sentido, resgatar a história das migrações por regiões, como é o caso dos estados de São Paulo e Paraná e, em particular, a articulação entre projetos de colonização, fluxos migratórios e disputa pela terra, tem importância fundamental para conhecer as dinâmicas sociais e econômicas que configuraram tanto essa região como sua inserção no restante do país.

Parece ser esse o horizonte do livro, que reúne uma coletânea de artigos providos de estudos de jovens pesquisadores de diferentes níveis, de estudantes da graduação a doutorandos, que freqüentam o Programa de Pós-Graduação em Política e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). São estudos diferentes, mas que procuram de alguma maneira ter em comum os temas da migração e da ocupação do território, abordando desde a ação das empresas de colonização até a nova configuração territorial da fronteira do país, em Nova Iguaçu. Segundo a proposta da introdução, trata-se de “fenômenos que são estudados, muitas vezes, de forma estanque, mas que, na verdade, formam os dois lados da mesma moeda”. Na verdade, apesar da intenção dos organizadores, explícita na apresentação de um processo social em comum, cada texto tem uma metodologia e perspectiva teórica que lhe é própria, não havendo uma unidade mais consistente no livro como um todo.

O livro se divide em duas grandes partes: “As companhias colonizadoras e a ocupação do território: São Paulo e Paraná” e “Imigrantes, migrantes e a ocupação dos espaços paulista e paranaense”. Assim, apesar do título do livro destacar a relação entre migração, ação das colonizadoras e conflito agrário, é apenas na primeira parte que se pode perceber a força da imbricação desses fatores. Nos três textos que compõe essa parte se ressalta de maneira desigual a importância da arregimentação de trabalhadores migrantes e suas famílias na lógica de ocupação, valorização e comercialização de terras pelas empresas

colonizadoras. O primeiro texto, “A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (Caic) e o processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1936)”, é um trabalho cuidadoso de leitura dos registros e relatórios da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização do Estado de São Paulo (Caic), o qual demonstra como a atração e arregimentação de famílias imigrantes na Europa estava ligada à disponibilização de terras para colonização na região Oeste do Estado de São Paulo. No entanto, não se sabe se esses projetos se realizaram na prática ou não, ou quais foram as vicissitudes enfrentadas pela Companhia em sua trajetória. Subentende-se que essa teria tido um desempenho abaixo do esperado, mas não se tem comprovação disso. E, sobretudo, o texto não faz relação entre o processo de especulação da terra e a criação de condições para conflitos agrários.

Os outros dois textos dessa primeira parte buscam analisar, justamente, a ação de colonizadoras e o desenvolvimento de conflitos agrários no Oeste do Paraná e no Paraguai. O segundo deles, “A construção das Memórias sobre os conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950/80)”, trata sobre os conflitos entre a empresa Colonizadora Norte do Paraná e os diversos e sucessivos grupos de colonos que migravam para o Oeste do Paraná em busca de terras, nas décadas de 1950 a 80. A partir de fontes indiretas, diversas e desiguais (jornais, teses e estudos anteriores), busca explicitar as visões distintas e conflitantes entre os dirigentes da empresa, de um lado, e posseiros e arrendatários, de outro, sobre o processo violento de titulação, destituição e ocupação das terras. A violência da história de ocupação do território também fica em evidência no terceiro estudo dessa parte do livro, “A luta dos ‘brasiguaios’ pelo acesso à terra”, que procura resgatar o processo de ocupação da região oriental do Paraguai por migrantes brasileiros. O autor expõe a relação contraditória entre a política de ocupação do território pelas empresas de colonização no Paraguai e a ação das redes de solidariedade dos imigrantes. Também aqui o desenvolvimento do texto se serve basicamente de fontes indiretas, também desiguais entre si, para recontar a luta pelo acesso a terra dos conhecidos “brasiguaios”. Em ambos os textos, mais do que um processo de análise dos fatores que relacionam a ação das colonizadoras e o uso dos fluxos de migrantes, o que se propõem é uma denúncia da lógica de violência institucionalizada na ocupação do território e de valorização das terras, explicitada nos conflitos agrários.

A segunda parte do trabalho muda completamente de tom e de objeto de análise. Os textos colocam toda sua atenção no processo de inserção de gerações de imigrantes nessa região, com um acento em suas práticas culturais. Principalmente nos dois primeiros textos da segunda parte, o que está em questão é a relação entre cultura e etnia do imigrante e sua inserção no território. O primeiro texto, “Os imigrantes de origem alemã no Paraná: debate sobre a presença teuta no Estado”, apoiando-se fortemente numa bibliografia já existente sobre a história da imigração e colonização alemã no Brasil, sobretudo

no século XIX, procura evidenciar a força dos vínculos étnicos e comunitários na descrição das chamadas “colônias alemãs”. Também se preocupa com a discussão teórica sobre emprego da categoria “aculturação”. O centro da atenção é a ocupação de territórios no entorno de Curitiba, muito embora o autor se utilize sem muita distinção da ocupação do Paraná e da região da capital do Estado como referências. Esse trabalho não problematiza a ação de colonização do território e a questão agrária, e não avança além de informações históricas gerais. O texto seguinte, “A imigração espanhola para São Paulo e as memórias de Braz Ponce Martins (1897-1938)”, se apoia nas memórias de um descendente de imigrantes espanhóis, para discorrer sobre sua infância e história familiar, apenas mencionando, sem, contudo, problematizá-las, as relações entre colonização, presença de colonos imigrantes e questão agrária. A autora opta por enveredar na discussão do problema da assimilação ou não do imigrante espanhol no Brasil, e as evidências da preservação de alguns de seus costumes. O seu interesse maior está na relevância do uso da memória oral como fonte de pesquisa, a fim de resgatar a história do cotidiano, no caso, da ocupação do interior do Estado de São Paulo, e depois, do Paraná, por uma família de origem espanhola. Apenas no final do texto, entretanto, o objeto de análise aparece, isto é, os trechos da memória desse imigrante, em poucas páginas, mas não chegam a ser analisados em profundidade.

O último texto dessa parte, “A ocupação do espaço brasileiro da Tríplice Fronteira”, é o mais curto do livro. Ele faz referência ao que seria um quadro interessante para uma possível pesquisa sobre a história de ocupação da fronteira paranaense do país e sua atual configuração étnica e econômica, no contexto da globalização do capital. O artigo destaca a particularidade da ocupação desse território, desde o período colonial, como Colônia Militar, e o papel da colonização por imigrantes de origem européia na década de 1940. O texto menciona, sem aprofundar, as difíceis relações entre a população remanescente de indígenas apropriados, os cultivadores de erva mate e os ocupantes descendentes de imigrantes, antes de entrar na transformação dessa região no grande enclave comercial de Foz de Iguaçu, Ciudad Del Est e Puerto Iguazu, a partir do fim dos anos 1960. A estruturação dessa zona franca ensejou a vinda de outros fluxos migratórios, de origem internacional, dando uma nova configuração urbana a esse território. Enfim, o texto é curto, e não lança nenhuma análise sobre esse quadro, mas acena para uma problemática nova: as novas relações conflitivas entre ocupação do território e presença de imigrantes, e (por que não?) sua relação com as questões agrárias ainda vivas na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Esse livro revela o esforço de um centro universitário regional em mostrar seu trabalho em torno de um complexo de questões sociais e históricas relevantes para o país. São estudos de alguma maneira incipientes, com bastante discussão teórica e pouco embasamento empírico realmente novo. Aos que já conhecem a bibliografia usada, parece algo envelhecido. Porém, na medida em que puder

acessar fontes diretas sobre as questões levantadas e, sobretudo, fizer um enlace articulando as várias questões e cenários tratados, poderá dar uma contribuição importante para a compreensão da emergência dos vários e entrelaçados fluxos nessa macrorregião. Como aponta o último artigo, poderia até mesmo levantar um quadro mais aprofundado da realidade migratória local, nesse complexo fronteiro, no âmbito das relações socioeconômicas globais.

Sidnei Marco Dornelas, cs

Assessor da Comissão Episcopal para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial – CNBB
Grupo de Apoio do Setor Mobilidade Humana - CNBB

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Veja, a seguir, novos periódicos, livros, teses e dissertações
doadas à biblioteca do CEM.



SUMÁRIO

EDITORIAL

DOSSIÊ: “O PROTAGONISMO DOS MIGRANTES”

“Can migrants act?”. Presenza, organizzazione, visibilità in un orizzonte precario
Filippo Furri

Asociaciones de inmigrantes en la encrucijada. Acción transnacional y riesgos de cooptación
Joan Lacomba

Alcance teórico y práctico del transnacionalismo: la participación política de los inmigrantes nigerianos en la ciudad de Nueva York
Leila Rodríguez

Un lugar donde vivir. Las luchas migrantes por el acceso al espacio urbano en la ciudad de Córdoba (Argentina)
María Victoria Perissinotti

Agency, resistance and (forced) mobilities. The case of Syrian refugees in transit through Italy
Chiara Denaro

Lidiando con la frontera vertical: estrategias migratorias de los hondureños en tránsito por México
José Carlos Yee Quintero, Eduardo Torre Cantalapiedra

Sobre burocracias, documentos e sujeitos imigrantes: otimização e flexibilidade na vivência da mobilidade
Daniel Angel Etcheverry

ARTIGOS

Vínculos transfronterizos: vida, movilidad y comercio en el barrio boliviano de Iquique, Chile
Marcela Tapia Ladino, Fernanda Chacón Onetto

La innovación y la migración calificada en la encrucijada: reflexiones a partir de la experiencia mexicana
Raúl Delgado Wise, Mónica Guadalupe Chávez Elorza, Héctor Rodríguez Ramírez

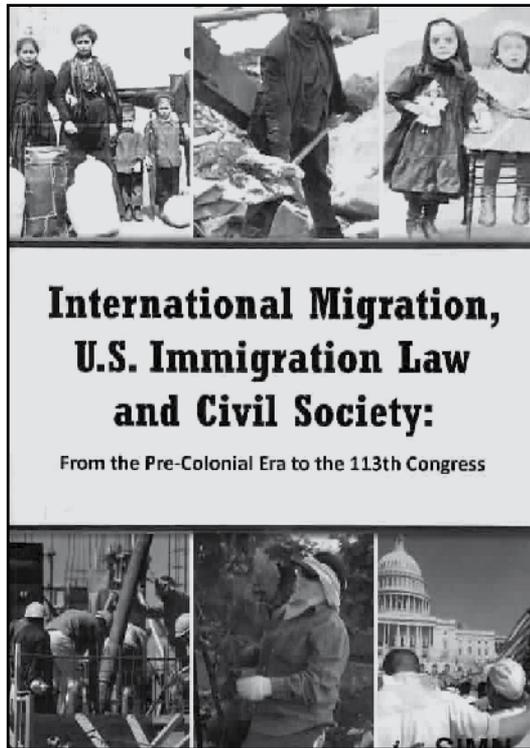
Situação e contexto: políticas migratórias e interações com refugiados no norte de Angola
Paulo Ricardo Muller



As viagens de Carola Migrista... migrante ou turista?

Maria Luisa Silva Santos

Você já ouviu falar de curiosidade positiva? Então vou explicar: a curiosidade positiva é aquela que gera conhecimento. É a curiosidade que faz você se inquietar, perguntar, querer aprender. É a curiosidade boa ... aquela que nos dá uma bagagem cultural, que faz a gente ficar mais preparado no convívio com as pessoas e nos diversos lugares. Carola é uma garota assim. A ideia de aprender pra ela é uma aventura deliciosa... uma aventura que estimula seu raciocínio e ativa seus questionamentos. No texto "As viagens de Carola Migrista" sua curiosidade passa por saber se ela é migrante ou turista inquietação que surge em uma viagem da escola. Junto com suas amigas Giuliana e Ravena, ela passeia, pesquisa, discute conceitos e vai descobrindo suas respostas.



International Migration, U.S. Immigration Law and Civil Society: from the Pre-Colonial Era to the 113th Congress

Scalabrini International Migration Network – SIMN (Org.)

International Migration, U.S. Immigration Law and Civil Society: from the Pre-Colonial Era to the 113th Congress is the tenth in a series of studies published by the Scalabrini International Migration Network (SIMN). The series seeks to improve migration governance in the Americas by educating policymakers and the public on the benefits, trade-offs and human dimensions of migration. This volume provides an overview of international migration to the United States, the history of U.S. immigration law and policy, and the growing role of civil society in the immigration debate. It illustrates the central importance of immigration to the U.S. experience, as well as the challenges in reaching policy consensus in this area. The series began with an exploratory study on international migration in the Western Hemisphere. Subsequent volumes have covered Migration policy and civil society in Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, Colombia, Mexico, Paraguay and Peru.



Migrações: rumos, tendências e desafios

Organizadores: Helion Póvoa Neto, Miriam de Oliveira Santos, Regina Petrus

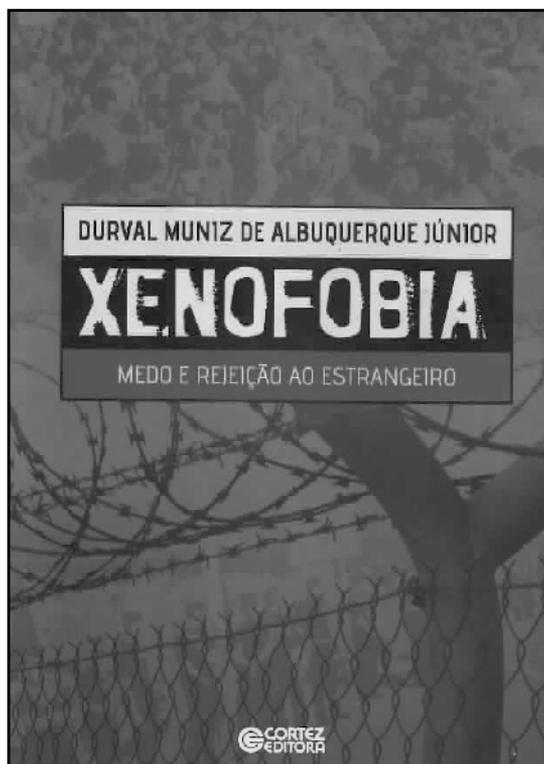
Esse livro é fruto do V Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM), realizado em outubro de 2015. Tratou-se de um seminário comemorativo dos quinze anos de trabalho do núcleo, ao longo dos quais vimos contribuindo para o debate da questão migratória em várias escalas, através de diferentes abordagens, reunindo professores, pesquisadores, estudantes e pessoas que acolhem, prestam atendimento e atuam de diferentes formas junto aos migrantes, em favor de seus direitos e de um olhar mais humano e inclusivo nas sociedades e/ou locais para os quais se destinam. Em seu percurso, o NIEM atuou como um grupo interdisciplinar e interinstitucional de estudos da migração, realizado e apoiando pesquisas, apresentações regulares de trabalhos, debates, encontros, seminários e publicações, e contribuiu, através da “lista do NIEM” na internet, para a divulgação de materiais diversos sobre a questão da migração e dos migrantes. O V Seminário do NIEM - “Migrações: rumos, tendências e desafios” - se concretizou de acordo com as propostas, objetivos e história do grupo, reunindo apresentações diversas de convidados que acompanharam, participaram, contribuíram, apoiaram e estimularam o nosso núcleo. Os palestrantes foram pessoas vinculadas a diversas instituições acadêmicas e não acadêmicas localizadas em diversas áreas do Brasil, além de dois trabalhos da Argentina apresentados por integrantes de um projeto de intercâmbio entre grupos de pesquisa sobre as migrações na América Latina.



Religião e espaço público: cenários contemporâneos

Jaldemir Vitório SJ, Aurea Marin Burocchi (Orgs.)

[...] Esta obra reflete a inter-relação entre religião e espaço público, explicitando os muitos cenários perceptíveis nas mais diversas situações e circunstâncias. Seu contexto imediato são as conferências principais do 28º Congresso da SOTER. Sua proposta é oferecer chaves importantes para se compreender o fenômeno religioso na atualidade. O fio condutor do livro aborda questões que não podem mais ser evitadas: o religioso seria ético e o não religioso, sem princípio morais? O religioso tenderia a assumir sua cidadania com consciência e responsabilidade, enquanto o não religioso vestiria a capa do mau cidadão e do mau caráter? O religioso teria uma presença positiva na sociedade, na contramão da ação perniciosa do não religioso? Os fatos impedem de responder apressadamente a essas e outras interrogações. Mas, esta obra que enfrenta-los de forma honesta e transparente. O 28º Congresso da SOTER constituiu-se em ambiente de diálogo multidisciplinar para se verifica a relevância da religião em confronto com os ambientes não propriamente religiosos.



XENOFOBIA: medo e rejeição ao estrangeiro

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

A xenofobia é um dos maiores problemas do nosso tempo e infelizmente todos os dias o noticiário tem ampliado o estoque de tragédias a lamentar, revelando o quanto esse tema é atual. O mundo contemporâneo, mesmo naquelas sociedades que se julgam as mais civilizadas e avançadas, tem que conviver com crescentes manifestações de intolerância, de racismo, de violência em relação aos estrangeiros, à medida que se caracteriza por ser um mundo marcado pela constante e ampla mobilidade das populações, dada, por um lado, pelas maiores facilidade de transportes, mas, por outro, pela convivência, lado a lado, de sociedades e economias com níveis de desenvolvimento econômicos profundamente desiguais. A globalização dos fluxos de capitais e da empresa foi acompanhada pela globalização dos fluxos de mão de obra e de trabalhadores, desde os mais qualificados até a grande massa de deserdados, de subempregados, de desempregados do mundo, que se lançam a aventuras, bastante perigosas, em busca de um lugar que lhes dê acesso a um posto de trabalho e a mínimas condições para viver. É visando colaborar para que tenhamos uma sociedade mais inclusiva, mais respeitadora dos direitos humanos, das diferenças, uma sociedade mais tolerante em relação ao outro, ou seja, uma sociedade mais democrática e republicana, que este livro foi escrito.



LIVRE-COMÉRCIO - o que está em jogo?

Campanha Jubileu Sul/Brasil (Org.)

Livre-comércio: o que está em jogo? Tem por objetivo apresentar a toda a sociedade o debate realizado pela Campanha conta a Alca (Área de Livre-Comércio das Américas) nesses últimos anos. Levando em conta o processo acelerado das negociações da Alca, os interesses que estão em jogo e, de modo especial, a soberania dos países, das nações, convidamos todos para que venham debater este tema conosco. O livro traz também uma reflexão sobre o Nafta (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte - México, Canadá e Estados Unidos), fazendo um balanço dos acontecimentos que ocorreram com tais países após nove anos do acordo. Sem pretensões, apontamos alternativas para as lutas do povo a fim de enfrentar o livre-comércio e todas as formas de dominação que vêm sendo implantadas, como a Alca.

Geografia e migrações: o caso dos haitianos no município de São Paulo

Diego Segobia Bocci

Dissertação de mestrado - PUC-SP, 2015.

A dissertação tem como objeto de estudo o atual padrão dos fluxos migratórios internacionais recentes. Assim, apresenta como objetivos gerais a reflexão sobre o aumento da quantidade de pessoas que integram esse fluxo e a análise dos motivos de maior controle e violência migratória. Como objetivos específicos, busca-se analisar as bases existenciais da sua produção e das formas de exploração dos seus integrantes mais pobres. A estruturação teórico-metodológica está baseada no materialismo histórico e dialético, que a Geografia também expressa. Nesse sentido, dentro da realidade socioespacial capitalista, as pessoas que compõem as migrações internacionais, principalmente, as mais desprovidas dos meios de existência, tornaram-se mercadorias, que são comercializadas em distintas localidades no mundo, cuja globalização reforçou essa realidade, pois intensificou o enraizamento global de uma ideologia hegemônica da classe dominante.

Normas para apresentação de textos

Travessia – *Revista do Migrante* deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 10 a 20 laudas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <....> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação - A importância da categoria “gênero” nos novos estudos migratórios
Ana Carolina Gonçalves Leite

DOSSIÊ: ROSTOS FEMININOS NA MIGRAÇÃO

A face feminina na migração “permanentemente” temporária no Estado de São Paulo: o caso das trabalhadoras da citricultura
Lidiane Maciel; Giovana Gonçalves Pereira

Rostos femininos nas migrações internacionais: mulheres brasileiras no Sul da Flórida
Valéria Barbosa Magalhães; José Renato de Campos Araújo

Rostos goianos na migração
Juliana dos Santos Pereira Moraes

Mulheres em movimento: registrando memórias migrantes
Tatiana Chang Waldman; Maria Angélica Beghini Morales

Vivências discriminatórias según colombianas y paraguayas radicadas en Ecuador y Brasil
Elizabeth Ruano; Patrícia Nabuco Martuscelli

A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo
Clara Lemme Ribeiro

Mulheres japonesas e suas famílias: migração e colonização privada no estado de Mato Grosso - 1952
Aldina Cássia Fernandes da Silva

RELATO

Vozes de mulheres migrantes não apenas em 8 de março
Elizabeth Ruano

RESENHA

Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX
Sidnei Marco Dornelas, cs

travessia@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576